



PREFEITURA DE
ANÁPOLIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO DE PESSOAS E INOVAÇÃO
DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO

90040/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS (989221)

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, INCLUINDO O SERVIÇO DE HOSPEDAGEM (DATA CENTER), LINK LAN-TO-LAN, FIREWALL COMO SERVIÇO, LICENCIAMENTOS E APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO PELO PERÍODO DE 24 MESES PARA ATENDER À PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 3.173.878,08 (Três milhões, cento e setenta e três mil, oitocentos e setenta e oito reais e oito centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 26/06/2026 às 09:00 horas (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO GLOBAL DO LOTE

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA:

Portal de Compras do Governo Federal www.comprasgovernamentais.gov.br

Sumário

1. DO OBJETO.....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	6
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES ...	7
6. DA FASE DE JULGAMENTO.....	10
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	11
8. DO TERMO DE CONTRATO.....	13
9. DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO.....	14
10. DOS RECURSOS.....	14
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	15
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	17
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	18
14. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;	18
14.1 – Apêndice – Estudo Técnico Preliminar.....	18
15. ANEXO II – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO;	19

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90040/2026
Processo Administrativo SEI nº (01125.00001853/2026-07)

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Anápolis, por meio da Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação, com sede à Av. Profa. Zenaide de Calle Roriz, 1350 - Jundiáí, Anápolis - GO, 75110-030, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº. 48.980, de 27 de abril de 2023 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de infraestrutura de tecnologia da informação, incluindo o serviço de hospedagem (data center), link lan-to-lan, firewall como serviço, licenciamentos e apoio técnico especializado pelo período de 24 meses, para atender à Prefeitura Municipal de Anápolis, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A contratação se dará em lote. O critério de julgamento da licitação será o **Menor Preço Global do Lote**, garantindo a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme descrição do Termo de Referência.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Nesta licitação, conforme estabelecido no Termo de Referência, não haverá divisão de cotas para reserva à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, por se tratar de contratação indivisível, nos termos do art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, bem como art. 40, §3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.10 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.7.11 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.14. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

<https://www.anapolis.go.gov.br/E-mail: licitacao@anapolis.go.gov.br>

Centro de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia de Anápolis (CEITEC)

Av. Profa. Zenaide de Calle Roriz, 1350 - Jundiá, Anápolis - GO, 75110-030

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 3.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 3.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 3.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 3.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.
- 3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:
- 3.7.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- 3.7.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 3.7.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 3.7.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 3.7.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 3.7.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 3.7.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 3.7.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica,

de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

3.7.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

3.7.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

3.7.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de personalidade, subordinação e habitualidade.

3.8. A falsidade de declarações sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

3.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1 Valor unitário e total do item/lote, bem como o valor global para prestação de serviços de infraestrutura de tecnologia da informação, incluindo o serviço de hospedagem (data center), link lan-to-lan, firewall como serviço, licenciamentos e apoio técnico especializado, de acordo com a descrição e quantitativo constantes no Termo de Referência, para atender as necessidades dos serviços de Prefeitura Municipal de Anápolis.

4.1.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

- 4.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;
- 4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global do lote.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa "ABERTO", onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.10.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.10.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.10.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
- 5.10.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.10.4.1. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

- 5.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.16. **Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.**
- 5.16.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.16.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.16.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.16.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.16.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 5.17. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.18. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 5.18.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 5.18.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei;
- 5.18.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 5.18.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- 5.19.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 5.19.2 empresas brasileiras;
- 5.19.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 5.19.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.20. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo (*Acórdão TCU nº 723/2024*).

5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.21.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.21.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.21.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.21.4 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 4 (quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.21.5 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1 SICAF;

6.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas — CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

6.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

6.2.1 A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

6.4.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1 conter vícios insanáveis;

6.6.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.6.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta caso o valor proposto tenha um desconto maior que 50% do valor estimado.

6.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

6.8.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.10.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.10.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de

impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou digitalmente através de anexo no sistema eletrônico do Comprasnet.Gov.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

7.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.8. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.8.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.9.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.10. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.10.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por

meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de 4 (quatro) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.11. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.11.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.12. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 7.10.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em no mínimo 04 (quatro) horas, para:

7.12.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

7.12.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.12.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

7.12.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

7.13. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

7.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8. DO TERMO DE CONTRATO

8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

8.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 03 (três) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 03 (três) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

8.4. Os prazos dos itens 8.2 e 8.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

8.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8.7. Para reajuste utilizar-se-á conforme art. 24 da IN SGD/ME nº 94/2022, nas contratações de serviços de Tecnologia da Informação em que haja previsão de reajuste de preços por aplicação de índice de correção monetária é obrigatória a adoção do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.

8.8. O reajuste será aplicado anualmente, observando-se o interregno mínimo de 12 (doze) meses a partir da data do orçamento estimado que instruiu o processo licitatório, nos termos do art. 92, §3º, da Lei nº 14.133/2021, vedada a fixação de data-base vinculada à apresentação da proposta.

8.9. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9. DO MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

Gestão Contratual

9.1. A Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação, por meio da Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (DITM), será responsável pela gestão do contrato.

9.2. Os gestores e fiscais serão formalmente nomeados por portaria, com atribuições especificadas no ato de designação, em conformidade com os arts. 70, 117 e 118 da Lei no 14.133/2021.

9.3. Execução e responsabilidade:

9.6.1. O contrato deverá ser cumprido fielmente pelas partes, cabendo a cada uma responder por eventual inexecução total ou parcial, nos termos do art. 115 da Lei no 14.133/2021. Conforme itens 21 e 22 do TR.

9.6.2. O prazo para assinatura do instrumento contratual é de até 2 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas no Edital e seus anexos.

9.7. Vigência Contratual:

9.7.1. O prazo de vigência da contratação será de 24 (vinte e quatro) meses, com início na data de publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município, prorrogável para até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.8. Prazo para início da execução dos serviços

9.8.1 O início da execução dos serviços deverá ocorrer em até 10 (dez) dias corridos, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço ou instrumento equivalente, expedido pela CONTRATANTE, após a assinatura do contrato.

9.9. O prazo estabelecido considera o período necessário para mobilização inicial da CONTRATADA, incluindo planejamento técnico, alocação de equipe, validação de requisitos operacionais e preparação do ambiente para início das atividades. Conforme item 11.2.9 do TR.

9.10. O prazo definido poderá ser prorrogado, mediante justificativa técnica devidamente fundamentada e aceita pela CONTRATANTE, desde que não haja prejuízo à continuidade dos serviços públicos e ao interesse da Administração.

9.11. Prorrogação de prazo:

9.11.1. O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável para até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021. Se houver impedimento, paralisação ou suspensão da execução, o cronograma será prorrogado automaticamente pelo período correspondente, mediante simples apostila, conforme § 5º do art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

9.12. A prorrogação de que trata o item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

9.13. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

9.14. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

9.15. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

9.16. Fiscalização técnica e administrativa:

9.16.1. A execução será acompanhada por um ou mais Fiscais do Contrato designados em portaria, com substitutos indicados.

9.16.2. O Fiscal técnico monitorará a qualidade dos serviços e exigirá a correção imediata de falhas, vícios ou irregularidades. Conforme item 16. ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO (SLA) deste TR.

9.16.3. Constatada irregularidade, o Fiscal notificará a Contratada por escrito, fixando prazo para saneamento, e registrará a ocorrência em livro, sistema próprio ou módulo de fiscalização contratual.

9.16.4. Questões que ultrapassem a competência do Fiscal serão encaminhadas ao Gestor do Contrato.

9.16.5. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade integral da Contratada por vícios, danos ou prejuízos.

9.16.6. A CONTRATANTE poderá realizar, direta ou indiretamente, auditorias técnicas, administrativas e jurídicas semestrais ou extraordinárias, sempre que houver incidente relevante ou suspeita de falha grave, com acesso irrestrito a relatórios, evidências e trilhas de auditoria, sem ônus adicional.

9.17. Preposto:

9.17.1. A Contratada manterá preposto formalmente aceito pela Administração para representá-la na execução, com poderes para receber notificações, ordens e solicitações operacionais, conforme art. 118 da Lei nº 14.133/2021.

9.18. Justificativas e reincidência:

9.18.1. Justificativas para nível de serviço abaixo do pactuado só serão aceitas se comprovada a excepcionalidade e fatores alheios ao controle da Contratada.

9.18.2. A reincidência em falhas será apurada considerando o histórico durante toda a vigência do contrato, ensejando penalidades cumulativas nos termos deste Termo de Referência e do SLA.

9.19. Sanções e penalidades:

9.19.1. Havendo inexecução total ou parcial, aplica-se o rito dos arts. 155 a 163 da Lei no 14.133/2021, podendo ser impostas multas, suspensão ou declaração de inidoneidade, sem prejuízo de indenizações.

9.19.2. Encargos da Contratada:

9.19.3. A Contratada é única responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução, nos termos do art. 121 da Lei no 14.133/2021. A inadimplência não transfere responsabilidade à Administração.

9.20. Competências do Gestor do Contrato:

9.20.1. Coordenar a fiscalização, instruir processos de prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, aplicação de sanções ou extinção, e consolidar a documentação pertinente ao setor de contratos.

9.20.2. Indicadores de desempenho e pesquisa de satisfação;

9.21. O Fiscal avaliará periodicamente se quantidade, qualidade, tempo de resposta e forma de execução atendem aos indicadores mínimos estabelecidos neste Termo de Referência e no SLA.

9.22. Poderá ser aplicada pesquisa eletrônica de satisfação aos usuários internos dos serviços; itens com mais de 50% de avaliação negativa, calculada sobre as respostas efetivas, deverão ser corrigidos pela Contratada no prazo fixado. Pesquisas poderão ser obrigatórias em casos de incidentes críticos ou reincidências.

9.23. Comunicação operacional:

9.23.1. As comunicações formais serão realizadas por e-mail institucional; situações emergenciais poderão ser tratadas por telefone, devendo a Contratada registrar e responder a todas as solicitações em meio formal no prazo máximo de 24 horas.

9.23.2. Direito de rejeição e adequação;

9.24. A Contratante pode rejeitar bens ou serviços que não atendam às especificações, exigindo adequação ou substituição sem ônus adicional.

9.25. Obrigação de correção:

9.25.1. A Contratada deverá, às suas expensas, reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir o que apresentar vícios ou defeitos, conforme art. 119 da Lei no 14.133/2021.

9.26. Atendimento às determinações:

9.26.1. A Contratada atenderá, no prazo estipulado, todas as determinações do Fiscal ou Gestor relacionadas à execução, sem ônus extra para a Contratante.

9.26.2. O contrato poderá ser alterado, se assim convier a ambas as partes, nos termos e formas previstos nos artigos 124 a 136, da Lei nº 14.133/2021, desde que não altere o objeto original da licitação.

9.27. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021 e alterações.

9.28. Rescisão por gravidade:

9.29. Constatado incidente grave de segurança da informação, vazamento de dados ou descumprimento material e reiterado dos SLAs pactuados, a CONTRATANTE poderá rescindir o contrato sem ônus, sem prejuízo das penalidades legais e contratuais cabíveis, nos termos dos arts. 137 e 138 da Lei no 14.133/2021.

10 DOS RECURSOS

- 10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
 - 10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 11.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 11.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 11.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 11.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 11.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 11.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 11.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

- 11.9. fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 11.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 11.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- 11.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 11.13. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
- 11.13.1. Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei 14.133/2021);
- 11.13.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do §4º, da Lei 14.133/2021;
- 11.13.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei 14.133/2021);
- 11.14. Multa:
- 11.14.1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 11.14.2. Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial.
- 11.14.3. Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial.
- 11.15. A aplicação das sanções previstas no Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei 14.133/2021).
- 11.16. Todas as sanções previstas no Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei 14.133/2021).
- 11.17. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei 14.133/2021).

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: licitacao@anapolis.go.gov.br.
- 12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo

Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://acessoainformacao.anapolis.go.gov.br/>.

13.11. . Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Catálogo de Materiais (CATMAT/CATSER) e as especificações constantes no Edital, prevalecerão as especificações do ANEXO I, Termo de Referência, do Edital.

13.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;

14.1. ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

15. ANEXO II – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO;

Anápolis, 10 de junho de 2026.

TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, INCLUINDO O SERVIÇO DE HOSPEDAGEM (DATA CENTER), LINK LAN-TO-LAN, FIREWALL COMO SERVIÇO, LICENCIAMENTOS E APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO PARA ATENDER À PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

1.1.1. O presente Termo de Referência tem por finalidade a realização de procedimento licitatório, nos termos da Lei nº 14.133/2021, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, INCLUINDO O SERVIÇO DE HOSPEDAGEM (DATA CENTER), LINK LAN-TO-LAN, FIREWALL COMO SERVIÇO, LICENCIAMENTOS E APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO PARA ATENDER À PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS, pelo período de 24 meses, segundo as condições e exigências estabelecidas neste instrumento, dos seguintes serviços integrados da TI:

a) Serviço de hospedagem de ativos tecnológicos em Data Center certificado Tier III (ou equivalente), emitido por entidade reconhecida internacionalmente, com certificado válido e disponibilidade mínima de 99,982%, incluindo obrigatoriamente:

- Moving: migração física dos equipamentos de TIC, com desmontagem, transporte seguro, instalação e validação funcional no novo ambiente;
- Colocation: alocação física dos equipamentos em racks dedicados, incluindo as mídias de backup (fitas LTO), com energia redundante, climatização adequada, acesso controlado e suporte à operação contínua;
- Setup: preparação e configuração completa do ambiente para entrada em produção, com ajustes de rede, integração de serviços e aplicação de políticas de segurança.

b) Conectividade LAN-to-LAN dedicada e redundante, com largura de banda mínima de 5 Gbps, operando em rotas fisicamente independentes, transporte transparente de VLANs, baixa latência, largura de banda simétrica e operação em modo full-duplex.

c) Firewall como Serviço (FWaaS), em regime gerenciado e de gerenciamento compartilhado, com gestão, monitoramento e resposta a incidentes 24 horas por dia, 7 dias por semana, contemplando filtragem por aplicação, VPN (Site-to-Site e Client), IDS/IPS, inspeção SSL/TLS, proteção contra ataques DDoS, atualizações automáticas, painel seguro para acompanhamento e armazenamento imutável de logs por 24 meses, sujeito a SLA com penalidades contratuais. O gerenciamento compartilhado prevê que membros devidamente autorizados da equipe de TI da CONTRATANTE poderão solicitar a criação, alteração e remoção de regras, bem como acessar funcionalidades de gerenciamento restritas exclusivamente aos ambientes e políticas sob sua

responsabilidade.

d) Serviço de armazenamento em nuvem do tipo objeto (Object Storage), com capacidade de 150 TB, protocolos de segurança de acesso devidamente documentados e informados à CONTRATANTE e acesso via protocolo compatível com S3.

e) 150 licenças Veeam Backup ou equivalente para ambientes físicos e virtuais, garantindo compatibilidade e continuidade operacional, ou, caso substituída a solução, com assunção integral pela CONTRATADA de todos os custos e responsabilidades de migração e integração.

f) 100 licenças de Remote Desktop Services (RDS), original, com suporte técnico nacional, direito a atualizações, autenticação multifator, criptografia de ponta a ponta e integração com Active Directory, assegurando acesso remoto seguro aos sistemas corporativos.

g) Banco de horas técnicas equivalente a 960 (novecentas e sessenta) horas globais por ano, totalizando 1920 (um mil, novecentos e vinte) horas para 24 meses, distribuídas entre suporte técnico e consultoria especializada, prestadas por especialistas em redes, segurança cibernética, firewall e outros tópicos de monitoramento, operação, diagnóstico e execução de projetos, com formalização via Ordens de Serviço e entrega de relatórios consolidados, conforme procedimentos detalhados no item 9.7.3 deste TR.

g.1) Horas de Suporte Técnico: reserva de 480 horas anuais, totalizando 960 (novecentas e sessenta) horas para 24 meses, destinadas ao atendimento de chamados técnicos operacionais, incluindo diagnóstico, resolução de incidentes, configurações e atividades de manutenção corretiva e preventiva relacionadas à infraestrutura de rede e segurança.

g.2) Horas de Consultoria Especializada: reserva de 480 horas anuais, totalizando 960 (novecentas e sessenta) horas para 24 meses, destinadas à prestação de serviços consultivos por especialistas em redes, segurança cibernética, firewall e monitoramento, abrangendo análise de ambientes, elaboração de projetos, recomendações estratégicas e acompanhamento de implantações.

1.1.2. Todos os serviços deverão atender aos níveis mínimos de serviço (SLAs) definidos neste Termo de Referência, sendo de inteira responsabilidade da contratada garantir a execução integral das atividades, com aplicação de penalidades proporcionais em caso de descumprimento, de forma a assegurar:

I – A continuidade dos serviços públicos digitais;

II – A integridade e disponibilidade dos dados institucionais;

III – A segurança da informação no âmbito da Administração Pública Municipal;

1.1.3. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, consoante à classificação do serviço com respaldo na Lei Nº 14.133/2021, artigo 6º, INCISO XIII, por ser aquele cujo “objeto da contratação” estabelece padrão de desempenho e qualidade usuais no mercado, sendo possível enumerar as funcionalidades mínimas para que seja delimitado o objeto do TR, devendo-se aperfeiçoar, o processo licitatório, na modalidade pregão, para sua contratação.

1.1.4. As prestações de serviços objeto desta contratação enquadram-se na categoria de "serviços e fornecimentos contínuos", conforme respaldo da Lei Nº 14.133/2021, artigo 6º, INCISO XV. A interrupção desses serviços acarretaria na impossibilidade de fornecer serviços públicos à

sociedade. Essa interrupção também resultaria na paralisação de todas as atividades administrativas, podendo comprometer gravemente a integridade da base de dados dos sistemas municipais, incluindo, mas não se limitando, ao portal institucional da Prefeitura, sistema de saúde, plataforma de atendimento ao cidadão, sistemas da rede municipal de educação, sistema de documentação digital (SEI) e sistema financeiro (SIM), entre outros indispensáveis à operacionalização da administração municipal.

1.1.5. Atesta-se o atendimento ao disposto no art. 10, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 48.980/2023 e no art. 19, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, adotando-se, na ausência de catálogo eletrônico municipal, os Catálogos CATMAT e CATSER do SIASG para a especificação dos itens da contratação.

2. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O custo estimado mensal da contratação é de R\$ 132.244,92 (cento e trinta e dois mil, duzentos e quarenta e quatro reais e noventa e dois centavos), totalizando R\$ 1.586.939,04 (um milhão, quinhentos e oitenta e seis mil, novecentos e trinta e nove reais e quatro centavos) para o período de 12 meses, e R\$ 3.173.878,08 (três milhões, cento e setenta e três mil, oitocentos e setenta e oito reais e oito centavos) para 24 (vinte e quatro) meses.

CATMAT /CATSER	Serviço	Unidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (12 MESES)
27022	Serviço de Hospedagem (Data Center+Fitas LTO)	Fixo Mensal	R\$ 25.651,82	R\$ 307.821,84
26506	Link (LAN-to-LAN) Redundante 5GB	Fixo Mensal	R\$ 18.390,73	R\$ 220.688,76
21202	Firewall (FwaaS)	Fixo Mensal	R\$ 5.232,31	R\$ 62.787,72
27057	150TB armazenamento em nuvem	Fixo Mensal	R\$ 27.780,25	R\$ 333.363,00
27758	150 licenças Veeam Backup ou equivalente	Fixo Mensal	R\$ 16.401,91	R\$ 196.822,92
24333	100 licenças de Remote Desktop Services (RDS)	Fixo Mensal	R\$ 9.077,50	R\$ 108.930,00
24970	Suporte 480h anual - por demanda	Hora Técnica de Serviço	R\$ 371,38	R\$ 178.262,40
24970	Consultoria 480h anual - por demanda	Hora Técnica de Serviço	R\$ 371,38	R\$ 178.262,40
*Obs: Valor da Hora mensal é estimada, sendo o cálculo efetuado da seguinte maneira 480/12=40h mensais				
	Valor mensal estimado			R\$ 132.244,92
	Valor Total – 12 MESES (R\$)			R\$ 1.586.939,04
	Valor Total – 24 MESES (R\$)			R\$ 3.173.878,08

3. MOTIVOS E FUNDAMENTOS

3.1. MOTIVOS DA CONTRATAÇÃO:

3.1.1. Considerando a criticidade dos serviços públicos mantidos pela infraestrutura de Tecnologia da Informação (TI) da Prefeitura Municipal de Anápolis, torna-se imprescindível a contratação de empresa especializada para prestação de serviços integrados de hospedagem, incluindo moving de equipamentos TIC, colocation e setup em data center certificado, com serviços de monitoramento de segurança (24 horas por dia, 7 dias por semana) e fornecimento de licenciamentos necessários.

3.1.2. A Prefeitura de Anápolis não dispõe de infraestrutura física e tecnológica compatível com os requisitos mínimos exigidos para a operação de um Data Center de missão crítica, tais como redundância elétrica com sistemas de UPS e geradores, controle térmico especializado, ambiente com climatização redundante, conectividade estruturada, controle rigoroso de acesso e mecanismos avançados de segurança da informação.

3.2. A contratação justifica-se em razão do encerramento, em 18/09/2026, do Contrato Emergencial nº 155/2025, vinculado ao Processo SEI nº 01123.00006022/2025-99, aliado à identificação de riscos críticos na infraestrutura de Tecnologia da Informação, tais como:

3.2.1. Ausência de infraestrutura adequada para manter os ativos de TI em operação segura e contínua;

3.2.2. Vulnerabilidade a falhas elétricas, incêndios e problemas de climatização, evidenciados por incidentes anteriores recentes, como:

3.2.2.1. Um incidente de incêndio ocorrido em 2024 na sala de servidores, que colocou em risco a integridade dos equipamentos e dados;

3.2.2.2. Falhas recorrentes nos sistemas de climatização, com episódios de panes nos aparelhos de ar condicionado, comprometendo o controle de temperatura e aumentando o risco de superaquecimento;

3.2.2.3. Falta de geradores, e no-breaks sem manutenção desde 2020, e que hoje sustentam apenas 5 minutos. A falta de energia, além de aumentar o risco de danificar os equipamentos, faz com que a rede fique desconfigurada após o reinício dos mesmos, causando paralisação em diversos serviços críticos;

3.2.3. Falta de monitoramento especializado 24x7x365, o que expõe a administração a ameaças cibernéticas e falhas críticas fora do horário administrativo.

3.3. Ressalta-se que, tanto a recolocação dos servidores, a instalação de firewall e os serviços de acesso e manutenção dessa rede são imprescindíveis para amenizar o risco iminente de interrupção de serviços essenciais, como sistemas de saúde, educação, arrecadação e atendimento ao cidadão, caso não ocorra a imediata realocação dos equipamentos para ambiente adequado;

3.4. Esta contratação tem como objetivos específicos:

3.4.1. Realocar os ativos de TI da Prefeitura para ambiente de colocation com infraestrutura certificada (TIER III ou superior), garantindo redundância elétrica, climatização adequada e segurança física;

3.4.2. Executar o serviço de moving dos equipamentos TIC com planejamento e execução especializados, assegurando a integridade e disponibilidade dos dados;

3.4.3. Implementar serviços de monitoramento e segurança 24x7x365, incluindo firewall como serviço, para mitigação de riscos cibernéticos e continuidade operacional;

3.4.4. Fornecer os licenciamentos necessários para acesso e operação plenas do ambiente tecnológico em conformidade com as melhores práticas de governança de TI.

3.5. Diante do exposto, a contratação de empresa especializada em infraestrutura para hospedagem de data center é medida imprescindível para preservar o interesse público, garantir a continuidade dos serviços essenciais e assegurar a observância dos princípios da eficiência, continuidade e segurança da Administração Pública.

3.6. Fundamentos da contratação:

3.6.1. O presente processo de contratação está estabelecido sob o fito da Lei nº 14.133/2021, Decreto nº 48.980, de 27 de abril de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 01 de 04/04/2019, com suas alterações, e a outras legislações aplicáveis. Devidamente caracterizada pelos seguintes elementos:

3.6.1.1. Potencialidade de danos insuportáveis pela Administração:

3.6.1.1.1. A não contratação expõe a Administração Municipal aos seguintes danos insuportáveis e de risco evidente:

- a) Paralisação total ou parcial de serviços públicos digitais essenciais, como emissão de documentos fiscais e administrativos, gestão de benefícios sociais, agendamento de atendimentos, processamento de folha de pagamento e manutenção de sistemas de saúde, assistência social e arrecadação tributária.
- b) Perda irreversível de dados institucionais, incluindo cadastros de cidadãos, registros contábeis, informações fiscais e prontuários eletrônicos, comprometendo a memória administrativa e o cumprimento de obrigações legais.
- c) Prejuízos econômicos e sociais mensuráveis, decorrentes da interrupção de serviços à população, impossibilidade de execução orçamentária, atraso em pagamentos a fornecedores e potenciais multas contratuais por descumprimento de prazos legais.
- d) Riscos à segurança da informação e ao compliance institucional, com aumento da vulnerabilidade a ataques cibernéticos, vazamentos de dados sensíveis e violação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018).

3.6.1.2. Para os fins estabelecidos no artigo 5º, inciso V da Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de abril de 2019, na versão compilada com as alterações das Instruções Normativas SGD/ME nº 202, de 2019, SGD/ME nº 31, de 2021 e SGD/ME nº 47, de 2022, Não será reembolsável as despesas com transporte, hospedagem e outros custos operacionais, que devem ser de exclusiva responsabilidade da contratada;

3.7. Justificativa para o não parcelamento da solução:

3.7.1. Interdependência técnica: Os componentes (hospedagem, conectividade, firewall, backup e suporte) formam um ecossistema integrado de infraestrutura crítica.

3.7.2. Economia de escala: A contratação unificada proporciona melhor custo-benefício e gestão centralizada.

3.7.3. Responsabilidade única: A integração sob um único fornecedor elimina conflitos de responsabilidade entre diferentes prestadores.

3.7.4. A não divisão do objeto em lotes encontra amparo no art. 12, §2º, inciso I, da Instrução Normativa SGD/ME nº 1/2019, uma vez que a divisão prejudicaria a eficiência na contratação, considerando que os serviços possuem interdependência técnica e operacional, constituindo uma solução integrada de infraestrutura crítica onde o funcionamento adequado de cada componente depende intrinsecamente dos demais.

3.8. Subcontratação

3.8.1. É admissível a subcontratação parcial de atividades vinculadas ao objeto contratual, desde que previamente autorizada pela CONTRATANTE, mediante solicitação formal e apresentação das informações sobre a empresa subcontratada, incluindo sua qualificação técnica e regularidade jurídica e fiscal;

3.8.1.1 Fica vedada a subcontratação do objeto: Serviço de hospedagem de ativos tecnológicos em Data Center (Data Center+fitas LTO). Item 1.1.1, alínea “a”;

3.8.1.2 A vedação fundamenta-se na criticidade do objeto, especialmente quanto à segurança da informação, continuidade operacional e responsabilização contratual. Considerando que a hospedagem envolve o tratamento e armazenamento de dados sensíveis da Administração, exige-se que a execução seja realizada diretamente pela contratada, de modo a assegurar a existência de um único responsável pelos níveis de serviço (SLA), abrangendo a segurança física e lógica do ambiente.

3.8.1.3 A eventual subcontratação poderia introduzir camadas adicionais de intermediação, dificultando a fiscalização contratual, a rastreabilidade de incidentes e a atribuição de responsabilidades, além de potencialmente comprometer os níveis mínimos de desempenho exigidos, tais como disponibilidade (uptime), latência e integridade dos dados.

3.8.1.4 Adicionalmente, a execução direta pela contratada assegura maior controle sobre a infraestrutura utilizada, garantindo aderência aos requisitos técnicos, operacionais e de segurança estabelecidos no Termo de Referência, bem como a continuidade e a confiabilidade dos serviços prestados.

3.8.2. Em qualquer hipótese, a CONTRATADA permanecerá como responsável exclusiva e solidária pelo cumprimento integral de todas as obrigações contratuais, respondendo por eventuais falhas, vícios, atrasos, danos ou prejuízos decorrentes da atuação da subcontratada;

3.8.3. A subcontratação não exime a CONTRATADA do cumprimento dos níveis de serviço (SLA) estabelecidos neste instrumento e de todas as demais obrigações técnicas, jurídicas, administrativas e de sigilo previstas;

3.8.4. É vedada a subcontratação total ou a cessão integral do contrato, ficando restrita à subcontratação de partes específicas e delimitadas do objeto;

3.8.5. É vedada a subcontratação de empresa declarada inidônea, suspensa ou impedida de contratar com a Administração Pública, nos termos da legislação vigente.

3.9. Da alteração subjetiva

3.9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que a nova pessoa jurídica:

- a) atenda integralmente a todos os requisitos de habilitação técnica, jurídica, econômico-financeira e de regularidade fiscal e trabalhista exigidos na licitação original;
- b) assuma, de forma expressa, todas as obrigações, responsabilidades e encargos previstos no contrato, sem prejuízo à execução do objeto pactuado;
- c) mantenha inalteradas as demais cláusulas e condições contratuais;
- d) obtenha anuência prévia e expressa da Administração para a continuidade do contrato.

3.9.2. A Administração poderá rescindir o contrato, sem ônus, caso a alteração societária acarrete prejuízo à execução, risco à continuidade do serviço ou descumprimento de requisitos legais e contratuais.

3.10. Participação de cooperativas

3.10.1. Será admitida a participação de cooperativas, nos termos da Lei nº 14.133/2021, desde que atendam integralmente às exigências de habilitação jurídica, fiscal, econômico-financeira e técnica previstas no edital e neste contrato;

3.10.2. A cooperativa participante deverá comprovar sua regular constituição e funcionamento, bem como apresentar certidões e documentos que demonstrem estar apta ao exercício da atividade objeto da contratação;

3.10.3. Não será admitida a contratação de cooperativas em hipóteses vedadas pela legislação, especialmente quando o objeto implicar relação de emprego direto entre a Administração e os cooperados.

3.11. Participação de Consórcios

3.11.1. A participação de consórcios não será admitida, uma vez que o objeto do presente Termo de Referência é amplamente comercializado por diversas empresas do mercado, de forma individual. A permissão para formação de consórcios poderia reduzir a competitividade e frustrar o caráter competitivo da licitação, cujo critério de julgamento será o menor preço global.

3.11.2. A disponibilização dos serviços mencionados por meio de consórcios ou cooperativas não é uma prática comum no mercado de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC), especialmente para os itens de alta complexidade técnica mencionados no escopo deste Termo de Referência (TR). A prática predominante na indústria é a prestação de serviços por empresas altamente especializadas, que realizam significativos investimentos financeiros na construção de ambientes especializados, conhecidos como Colocation Centre, seguindo elevados padrões técnicos de qualidade adotados em todo o mundo.

3.11.3. Ademais, ao proibir o uso de consórcios ou cooperativas, o contrato visa evitar a fragmentação na gestão e responsabilidade, que podem surgir quando várias entidades ou empresas trabalham em conjunto. Considerando a alta complexidade do projeto de implantação e gestão da estrutura de prestação de serviços, essa fragmentação pode dificultar o controle, a

coordenação e a responsabilização, resultando em atrasos, conflitos e possíveis problemas na entrega dos serviços conforme especificado.

3.12. Do Tratamento Diferenciado a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

3.12.1 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015, bem como para bens e serviços produzidos com tecnologia produzida no país e bens produzidos de acordo com processo produtivo básico, na forma do art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991 e art. 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. A contratação de serviços integrados de infraestrutura de Tecnologia da Informação caracteriza-se como serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021. Dessa forma, adota-se a modalidade pregão, na forma eletrônica, conforme previsto no art. 28, inciso I, e art. 17, §2º, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de solução padronizada e amplamente disponível no mercado. A utilização do pregão eletrônico assegura maior competitividade, transparência e economicidade, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

4.2. Trata-se de licitação para contratação de empresa especializada na prestação de serviços integrados de infraestrutura de Tecnologia da Informação, pelo período de 24 (meses), abrangendo os seguintes componentes, conforme condições e requisitos técnicos mínimos estabelecidos no Estudo Técnico Preliminares (ETP) e neste Termo de Referência:

a) Serviço de Hospedagem (Data Center certificado):

4.2.1. Disponibilização de espaço físico, energia redundante, refrigeração e conectividade em Data Center com certificação Tier III (ou superior), emitida por entidade reconhecida (ex.: Uptime Institute), devidamente comprovada por certificado válido, e o gerenciamento, custódia e armazenamento de mídias de backup (Fitas LTO). Inclui o setup e a migração física (moving) como parte integrante do serviço;

4.2.2. A prestação do serviço de Colocation deverá ocorrer em Data Center localizado dentro de um raio de até 200 km da sede da CONTRATANTE; visando:

4.2.3. Menor latência na comunicação entre os sistemas hospedados e a infraestrutura local da CONTRATANTE, garantindo melhor desempenho e estabilidade dos serviços;

4.2.4. Acesso rápido e facilitado pelos analistas e técnicos da CONTRATANTE ao ambiente físico do Data Center sempre que necessário, sem restrições de horário ou agendamento prévio, para manutenções, inspeções técnicas ou atuação emergencial;

4.2.5. Redução de custos com deslocamentos, eliminando a necessidade de passagens, hospedagens ou pagamento de diárias, podendo os deslocamentos serem realizados com veículos próprios da Administração.

4.2.6 A limitação geográfica também se justifica sob o ponto de vista técnico de desempenho, uma vez que a proximidade física impacta diretamente na latência da comunicação, permitindo a implementação de links dedicados com alta disponibilidade e baixa latência, essenciais para

aplicações críticas, replicações de dados, acesso remoto a consoles de gestão e integração com sistemas internos que exigem tempo de resposta imediato.

4.2.7. Execução integral do moving, incluindo remoção, transporte, reinstalação e comissionamento dos ativos de TI da CONTRATANTE para o Data Center contratado, assegurando a integridade física e lógica dos equipamentos e dados;

4.2.8. O transporte deverá observar, cumulativamente: utilização de embalagens adequadas para equipamentos sensíveis; contratação de seguro compatível com o valor integral dos ativos transportados; execução por profissionais qualificados para desmontagem e reinstalação; e disponibilização de escolta armada durante todo o trajeto, de modo a mitigar riscos e assegurar a integridade e a segurança patrimonial;

4.2.9. Os equipamentos serão transportados em caminhão preparado para transportes de equipamentos sensíveis, com o valor segurado de R\$ 600.000,00 (600 mil reais);

4.2.10. A CONTRATADA deverá elaborar e apresentar à CONTRATANTE, antes da execução da migração, Plano de Migração contendo cronograma detalhado, janelas de manutenção, medidas de contingência e procedimentos de rollback.

4.2.11. Após a conclusão da migração, a CONTRATADA deverá entregar documentação técnica completa, incluindo topologia, configuração de rede, alocação física e lógica dos equipamentos, e políticas aplicadas.

b) Link (LAN-to-LAN):

4.2.12. A CONTRATADA deverá disponibilizar conexão de dados dedicada e redundante, com largura de banda mínima de 5 Gbps (gigabits por segundo), garantindo comunicação contínua e segura entre os pontos da CONTRATANTE e o Data Center contratado;

4.2.13. A conectividade deverá ser dedicada e exclusiva, estabelecendo ligação direta com o Data Center da CONTRATADA, sem compartilhamento com terceiros;

4.2.14. Deverão ser utilizadas rotas fisicamente independentes, de modo a manter a operação mesmo em caso de falha total de uma das conexões, assegurando a disponibilidade dos sistemas essenciais. A topologia e SLAs (latência máxima, perda de pacotes, jitter máximo, disponibilidade, entre outros) da operadora de telecomunicação escolhida deve ser pré-aprovada pela CONTRATADA antes da sub-contratação, garantindo completa ciência pela CONTRATANTE dos riscos envolvidos no trajeto da LAN-2-LAN;

4.2.15. A largura de banda deverá ser simétrica (mesma taxa de upload e download) e a comunicação deverá operar em modo full-duplex;

4.2.16. A CONTRATADA deverá fornecer relatórios mensais de desempenho, contendo registros de latência, perda de pacotes e jitter, com dados extraídos de ferramentas de monitoramento homologadas e auditáveis pela CONTRATANTE;

4.2.17. O não atendimento aos parâmetros definidos no item anterior ensejará aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência, sem prejuízo da rescisão contratual em caso de descumprimento reiterado.

c) Firewall como Serviço (FWaaS):

4.2.18. Solução de proteção perimetral gerenciada e de gerenciamento compartilhado, contemplando regras de filtragem personalizadas, inspeção profunda de pacotes (DPI), sistema de prevenção de intrusão (IPS), suporte a VPNs seguras (IPSec e SSL), bloqueio de tráfego malicioso e controle de aplicações, permitindo que membros devidamente autorizados da equipe de TI da CONTRATANTE possam solicitar a criação, alteração e remoção de regras e políticas de segurança sob sua responsabilidade;

4.2.19. Atualizações automáticas e constantes de assinaturas e políticas de segurança;

4.2.20. Padrões mínimos de criptografia como AES-256 e TLS 1.3.;

4.2.21. Painel de controle seguro para a CONTRATANTE, com visualização em tempo real e exportação de logs para auditoria, incluindo acesso segregado e controlado para membros autorizados da equipe de TI da CONTRATANTE, restrito exclusivamente às funções e políticas sob sua responsabilidade;

4.2.22. Armazenamento imutável de logs por 24 meses.

d) Armazenamento em Nuvem – Tipo Objeto (Object Storage) – 150TB

4.2.23. Disponibilização de 150 TB de capacidade inicial em armazenamento tipo objeto (S3), com protocolos de segurança de acesso aos dados devidamente documentados e informados à CONTRATANTE, escalabilidade sob demanda e alta durabilidade compatível com ambientes de missão crítica;

4.2.24. Garantir integração segura com o ambiente de backup existente e com outros serviços contratados (hospedagem, firewall e link LAN-to-LAN);

4.2.25. Suporte a políticas de versionamento e retenção configuráveis, de acordo com as diretrizes de segurança e compliance da CONTRATANTE;

4.2.26. Fornecer documentação técnica com detalhes da configuração (buckets, permissões, políticas de acesso e logs), bem como testes de escrita/leitura e validação de desempenho;

4.2.27. Disponibilizar canais de suporte técnico 24x7 para incidentes relacionados ao serviço de armazenamento;

e) Licenças Veeam Backup ou equivalente – 150 unidades

4.2.28. Fornecimento de 150 (cento e cinquenta) licenças da solução Veeam Backup, compatíveis com o ambiente atual da Prefeitura, assegurando migração transparente, validação dos jobs existentes e manutenção ininterrupta das rotinas de backup e recuperação;

4.2.29. Suporte a ambientes físicos e virtuais, com criptografia, deduplicação, compressão e políticas de retenção configuráveis;

4.2.30. Funcionalidades mínimas: Backups incrementais e full com agendamento flexível;

4.2.31. Restauração granular (arquivos individuais, VMs, aplicações); Integração nativa com armazenamento tipo objeto (S3) e compatibilidade com múltiplos destinos; Monitoramento de jobs

e geração de relatórios; Teste automático de recuperação para validação de integridade.

4.2.32. Entrega deverá contemplar configuração inicial, integração completa com o ambiente de armazenamento contratado (item d) e repasse de conhecimento para a equipe da CONTRATANTE.

f) Licenciamento de Remote Desktop Services (RDS):

4.2.33. Disponibilização de 100 (cem) licenças Microsoft Remote Desktop Services (RDS), permitindo que usuários da Prefeitura acessem remotamente, de forma segura e controlada, os serviços e sistemas corporativos hospedados no Data Center contratado;

4.2.34. As licenças deverão ser originais, com suporte técnico nacional e direito a atualizações durante todo o período contratual;

4.2.35. A solução deverá suportar autenticação multifator, criptografia de ponta a ponta e integração com o ambiente de diretório ativo (Active Directory) da CONTRATANTE;

4.2.36. A CONTRATADA deverá realizar a instalação, configuração inicial e entrega de documentação técnica, garantindo plena operacionalidade para todos os usuários contemplados;

4.2.37. Em caso de falha no licenciamento, aplicar SLAs de tratativa conforme criticidade estabelecida no item 16.3.;

g) Banco de Horas Técnicas:

4.2.38. Banco de horas técnicas equivalente a 960 (novecentas e sessenta) horas globais por ano, totalizando 1920 (um mil, novecentos e vinte) horas para 24 meses, distribuídas entre suporte técnico e consultoria especializada, prestadas por especialistas em redes, segurança cibernética, firewall e outros tópicos de monitoramento, operação, diagnóstico e execução de projetos, com formalização via Ordens de Serviço e entrega de relatórios consolidados, conforme procedimentos detalhados no item 9.7.3 deste TR.

4.2.38.1 Horas de Suporte Técnico: reserva de 480 horas anuais, totalizando 960 (novecentas e sessenta) horas para 24 meses, destinadas ao atendimento de chamados técnicos operacionais, incluindo diagnóstico, resolução de incidentes, configurações e atividades de manutenção corretiva e preventiva relacionadas à infraestrutura de rede e segurança.

4.2.38.2 Horas de Consultoria Especializada: reserva de 480 horas anuais, totalizando 960 (novecentas e sessenta) horas para 24 meses, destinadas à prestação de serviços consultivos por especialistas em redes, segurança cibernética, firewall e monitoramento, abrangendo análise de ambientes, elaboração de projetos, recomendações estratégicas e acompanhamento de implantações.

4.2.39. As horas técnicas correspondem a trabalho especializado prestado por profissional com qualificação mínima exigida neste Termo de Referência, sendo contabilizadas individualmente por hora efetivamente trabalhada. Conforme itens 7.10 e 9.7 deste TR.

4.2.40. O consumo das horas técnicas seguirá de acordo com a necessidade da CONTRATANTE, contudo, poderão ser acumuladas e utilizadas durante toda a vigência contratual, respeitando-se, em qualquer hipótese, o saldo global previsto no item 2.1.

4.2.41. As regras de utilização, controle e faturamento das horas técnicas seguem os procedimentos estabelecidos no item 9.7.3 deste Termo de Referência.

4.2.42. O não cumprimento das atividades no prazo ou com a qualidade exigida ensejará aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência.

4.3. Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual:

4.3.1 Embora a elaboração do Plano de Contratações Anual (PCA) esteja prevista na Lei nº 14.133/2021 como instrumento obrigatório de planejamento das contratações públicas, informa-se que, até o presente momento, o Município de Anápolis ainda não instituiu, de forma definitiva, a implementação do PCA em sua estrutura administrativa.

Ressalta-se, contudo, que a demanda está alinhada ao interesse público e à necessidade administrativa identificada pelos órgãos municipais, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e continuidade dos serviços públicos, que orientam o planejamento das contratações.

5. RESULTADOS PRETENDIDOS

5.1. O que se pretende com a presente contratação é assegurar a continuidade das operações críticas de Tecnologia da Informação da Prefeitura Municipal de Anápolis, por meio da implantação de infraestrutura segura, redundante e monitorada para hospedagem dos ativos tecnológicos e de rede do Município.

5.2. O firewall como serviço garante a segurança dos dados trafegados nos servidores e na rede de conectividade da Prefeitura. Em ambos os níveis, na proteção dos servidores físicos e na rede de dados, a segurança é imprescindível para evitar prejuízos operacionais e institucionais, especialmente diante do cenário atual de riscos, tais como falhas elétricas, vulnerabilidades cibernéticas, indisponibilidade de backup e degradação do ambiente físico onde hoje se encontram os servidores municipais.

5.3. A infraestrutura de TI representa um elo essencial entre o Município e a população, sustentando os canais digitais de acesso a serviços e informações públicas. Além disso, é por meio dessa estrutura que ocorre a integração entre departamentos internos e com órgãos externos, permitindo a execução de políticas públicas, projetos e metas institucionais.

5.4. Além de mitigar riscos e assegurar a continuidade dos serviços, a contratação proporcionará ganhos estratégicos e institucionais relevantes, tais como:

5.4.1. Elevação do nível de disponibilidade dos sistemas municipais, com aderência aos SLAs previstos para Data Center certificado Tier III ou superior;

5.4.2. Modernização e padronização da infraestrutura de TI, eliminando vulnerabilidades decorrentes de equipamentos e práticas obsoletas;

5.4.3. Aumento da resiliência cibernética e da capacidade de resposta a incidentes de segurança;

5.4.4. Melhoria na capacidade de recuperação de desastres, com backup remoto, replicado e integrado ao ambiente de produção;

5.4.5. Otimização da gestão contratual, com centralização de suporte e manutenção em único

prestador especializado;

5.4.6. Fortalecimento da continuidade dos serviços públicos digitais, garantindo atendimento ágil, seguro e ininterrupto à população.

6. PLANILHA DE QUANTITATIVO

Função	Item	Descrição	Qtd.
Serviço de Hospedagem (Data Center)	1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SOLUÇÃO DE AMBIENTE DATA CENTER, MODALIDADE COLOCATION (ENTREGA DE ESPAÇO/POSIÇÃO PARA RACK DE 42Us, DIMENSÕES: L 600 MM X P 1100 MM X H 2000 MM – 19 POLEGADAS), INCLUINDO ATIVIDADES DE COLOCATION, MOVING E SETUP, e Gerenciamento, Custódia e Armazenamento de Mídias de Backup (Fitas LTO), CONFORME DISCRIMINADO NO REFERENCIAL TÉCNICO.	2
	2	CONEXÃO LAN-to-LAN ENTRE AS UNIDADES (5 Gbps, por caminhos distintos).	2
	3	ARMAZENAMENTO EM NUVEM DO TIPO OBJETO	150 TB
	4	LICENCIAMENTO VEEAM BACKUP OU EQUIVALENTE	150 LICENÇAS
	5	LICENCIAMENTO DE REMOTE DESKTOP SERVICES (RDS)	100 LICENÇAS
Segurança Perimetral do Data Center & Rede	6	FIREWALL COMO SERVIÇO (FWaaS).	1
Serviço especializado de suporte por demanda	7	SALDO GLOBAL DE HORAS DE ESPECIALISTA EM TI POR 12 MESES	480 HORAS
Serviço especializado de consultoria por demanda	8	SALDO GLOBAL DE HORAS DE ESPECIALISTA EM TI POR 12 MESES	480 HORAS

7. DEFINIÇÕES IMPORTANTES

7.1. Data Center (Centro de Processamento de Dados): Ambiente físico projetado para hospedar servidores, sistemas de armazenamento e equipamentos de rede, com infraestrutura redundante de energia, climatização e segurança, operando de forma contínua (24 horas por dia, 7 dias por semana). O ambiente deverá possuir certificação mínima Tier III de operação (ou equivalente), emitida por entidade reconhecida internacionalmente (ex.: Uptime Institute ou TÜV Rheinland), devidamente comprovada por certificado válido, assegurando alta disponibilidade (mínimo de 99,982%), manutenibilidade sem interrupção e conformidade com padrões internacionais de resiliência e operação.

7.2. Colocation: Serviço de hospedagem de equipamentos de TI (como servidores, storages e switches) em racks dedicados, localizados em Data Center de terceiro, com acesso controlado,

energia redundante, climatização adequada e monitoramento contínuo. Os equipamentos permanecem sob propriedade e gestão da CONTRATANTE, sendo a CONTRATADA responsável pela operação física e suporte ao funcionamento.

7.3. Serviço de Moving de Equipamentos TIC: Atividade técnica especializada que inclui o planejamento, desmontagem, embalagem segura, transporte com seguro compatível, remontagem e validação do funcionamento de equipamentos de tecnologia da informação entre locais distintos. Inclui a elaboração prévia de Plano de Migração, com cronograma detalhado, janelas de manutenção, contingências e rollback.

7.4. Setup: Conjunto de atividades de preparação e configuração inicial do ambiente tecnológico no Data Center contratado, abrangendo instalação física e lógica dos equipamentos, ajustes de rede, integração com serviços existentes, aplicação de políticas de segurança, testes de conectividade e desempenho, e validação final para entrada em produção.

7.5. Link LAN-to-LAN (Layer 2 ou L2L): Conexão dedicada e redundante de dados entre dois pontos da rede (ex.: Prefeitura e Data Center), com transporte transparente de VLANs, assegurando alta disponibilidade, baixa latência, largura de banda simétrica e segurança na comunicação entre sistemas. Deve ser estabelecida por rotas fisicamente independentes, utilizando operadoras distintas.

7.6. Firewall como Serviço (FWaaS): Solução de segurança perimetral fornecida em regime gerenciado pela CONTRATADA, mediante disponibilização de equipamentos de última geração, devidamente configurados, atualizados e monitorados de forma contínua (24 horas por dia, 7 dias por semana). A solução deverá contemplar, no mínimo: filtragem por aplicação (Camada 7), VPN (Site-to-Site e Client), sistemas de detecção e prevenção de intrusão (IDS/IPS), inspeção SSL/TLS, proteção contra-ataques DDoS, atualizações automáticas, painel seguro para acompanhamento e armazenamento imutável de logs por 24 meses. O serviço estará sujeito a Acordo de Nível de Serviço (SLA) com penalidades contratuais específicas.

7.7. Armazenamento em Nuvem do Tipo Objeto (Object Storage): Arquitetura de armazenamento que organiza dados em objetos acessíveis via API (ex.: S3), com alta escalabilidade e durabilidade, destinada à guarda de grandes volumes de arquivos não estruturados, como backups e logs, com protocolos de segurança de acesso devidamente documentados e informados à CONTRATANTE.

7.8. Licenças Veeam Backup ou equivalente: Licenças de software para execução de rotinas automáticas de cópia de segurança e recuperação de dados, com suporte a ambientes físicos e virtuais, criptografia, deduplicação e políticas de retenção configuráveis. O Veeam é a solução homologada atualmente pela Prefeitura, garantindo compatibilidade e continuidade operacional. Caso outra solução seja adotada, a CONTRATADA deverá assumir integralmente todos os custos e responsabilidades de substituição, integração e migração.

7.9. Licenciamento de Acesso Remoto (Remote Desktop Services – RDS): Conjunto de licenças originais que permitem o acesso remoto seguro aos sistemas da Prefeitura, com autenticação multifator, criptografia de ponta a ponta e integração com Active Directory. Inclui direito a atualizações e suporte técnico durante todo o contrato.

7.10. Especialista em NOC (Network Operations Center): Profissional altamente qualificado para atuação em ambientes de missão crítica, responsável por monitoramento, diagnóstico, operação e resposta a incidentes em redes, servidores e serviços de TI. No âmbito deste contrato, as

atividades do NOC serão executadas conforme demanda, mediante consumo do banco de horas técnicas de suporte previstas no objeto, com registro via Ordem de Serviço e entrega de relatórios consolidados, nos termos do item 9.7.3.

7.11. Ambiente Tier III: Classificação de ter definida por entidades como o Uptime Institute ou TÜV Rheinland, que assegura infraestrutura com alta disponibilidade (mínimo de 99,982%), redundância de energia e climatização, manutenção sem interrupção e práticas de governança operacional consolidadas.

8. CARACTERÍSTICAS DOS OBJETOS

8.1. Hospedagem em Data Center Certificado:

8.1.1. A infraestrutura de sustentação operacional da hospedagem deverá ser provida integralmente pela CONTRATADA, em ambiente de Data Center certificado, com operação em regime contínuo (24 horas por dia, 7 dias por semana), contemplando, no mínimo:

- a) Espaço físico seguro e isolado, em endereço livre de riscos de alagamento e intempéries;
- b) Sistema de fornecimento de energia elétrica com redundância e proteção contra oscilações;
- c) Sistema de climatização com controle de temperatura e umidade adequado ao padrão de missão crítica;
- d) Sistemas de prevenção e combate a incêndios com detecção precoce (VESDA) e extinção automática (gás inerte, preferencialmente NOVEC 1230);
- e) Controle de acesso físico com autenticação biométrica e registros de entrada e saída;
- f) Monitoramento por câmeras (CFTV) e sensores ambientais (temperatura, umidade, fumaça, abertura de portas);
- g) Conectividade redundante de dados com disponibilidade mínima de 99,982%, conforme padrão Tier III.
- h) Toda a estrutura deverá estar plenamente funcional, disponível à CONTRATANTE e conforme os SLAs e demais requisitos previstos neste Termo de Referência.
- i) A prestação do serviço de Colocation deverá ocorrer em Data Center localizado dentro de um raio de até 200 km da sede da CONTRATANTE, conforme item 4.2.2 deste TR.

8.1.2. O serviço será precificado como hospedagem completa (incluindo setup e migração física), conforme especificações deste documento, não se aplicando cobrança por unidade de rack.

8.1.2.1 A CONTRATADA deverá prover serviço especializado de gerenciamento, custódia, armazenamento e controle das mídias de backup em fitas LTO pertencentes à CONTRATANTE.

8.1.3. A hospedagem deverá atender a todas as especificações técnicas mínimas contidas neste Termo de Referência.

8.1.4. A CONTRATADA deverá fornecer infraestrutura de Data Center para hospedagem dos ativos físicos da CONTRATANTE conforme detalhamento feito neste instrumento e seus anexos.

8.1.5. O ambiente deverá ser aderente à classificação TIER III/TR3 de operação, com disponibilidade de 99,982%, permitindo manutenção sem interrupção e garantindo expansão futura.

8.1.6. A exigência de certificação TIER III/TR3 de operação se justifica pelos seguintes motivos:

- Alta disponibilidade e mitigação de riscos operacionais;
- Manutenibilidade sem impacto nos serviços;
- Auditoria independente e rigor técnico;
- Adequação ao perfil de carga computacional;
- Continuidade e expansão;
- Proteção do patrimônio/investimento.

8.1.7. A CONTRATANTE será responsável pela gestão, monitoramento e suporte técnico dos seus equipamentos e acessórios instalados no Data Center.

8.1.8. Os equipamentos TIC da CONTRATANTE deverão estar devidamente identificados como de sua propriedade, devendo a CONTRATADA manter inequívoca essa condição, inclusive para efeito de requerimentos de terceiros, ações extrajudiciais ou judiciais.

8.1.9. Durante o período de implantação deverá ser disponibilizada sala de reunião dentro do complexo do Data Center com mobiliário e ponto de internet para até 5 pessoas, sem limitação de horário.

8.1.10. Após o ateste da implantação, e durante a vigência do contrato, a CONTRATADA deverá dispor de sala de reunião eventual no complexo Datacenter, conforme necessidade da CONTRATANTE, sem a necessidade de exclusividade, com uso estimado de até 48 horas mensais.

8.1.11. Setup e Migração Física (Moving)

8.1.12. O transporte físico dos equipamentos entre o site da CONTRATANTE e o Data Center da CONTRATADA será de responsabilidade da CONTRATADA, incluindo:

- Mapeamento de portas atuais (Ethernet e SAN);
- Desmontagem, embalagem e transporte;
- Montagem na infraestrutura do Data Center da CONTRATADA;
- Transporte em caminhão preparado para equipamentos sensíveis, com seguro compatível e escolta armada, conforme item 4.2.8 deste TR.

8.1.13. O moving integra o setup do serviço de hospedagem, não constituindo item de medição ou pagamento independente.

8.2. Conexão LAN-to-LAN (5 Gbps redundante)

8.2.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar solução de comunicação de dados com fornecimento de link dedicado para conexão do tipo LAN-to-LAN.

8.2.2. O link deverá estar operacional conforme prazos descritos neste Termo de Referência.

8.2.3. A entrega do link deverá atender a todas as especificações contidas neste Termo de Referência, conforme itens 4.2.12 a 4.2.17 deste TR.

8.3. Firewall como Serviço (FWaaS):

8.3.1. O Data Center de hospedagem deverá possuir solução física em cluster (HA) de firewall “next generation”, filtragem por aplicação na Camada 7, throughput mínimo de 20 Gbps NGFW, 50 Gbps VPN IPsec AES256-SHA256, 30 Gbps IPS, 15 Gbps inspeção SSL, e suporte a 20 milhões

de conexões simultâneas e 800 mil novas conexões por segundo.

8.3.2. O firewall poderá ser compartilhado, desde que entregue contexto dedicado à CONTRATANTE com suporte a 120 mil sessões concorrentes, 40 VPNs site-to-site e 60 VPNs cliente-to-site.

8.3.3. IDS e IPS deverão ser aplicados para inspeção de todo tráfego, e a rede interna deverá garantir segregação de clientes e dados. Conforme itens 4.2.18 a 4.2.22 deste TR.

8.4. Armazenamento em Nuvem – Tipo Objeto (150 TB)

8.4.1. Serviço de armazenamento em nuvem do tipo objeto, com capacidade inicial de 150 TB, protocolos de segurança de acesso devidamente documentados e informados à CONTRATANTE, versionamento e integração com políticas de backup e recuperação. Conforme itens 4.2.23 a 4.2.27 deste TR.

8.4.2. A solução deverá garantir alta durabilidade e disponibilidade, acesso via protocolo S3 ou equivalente, e conformidade com políticas de continuidade de negócio e requisitos de segurança.

8.5. Licenças Veeam Backup ou equivalente – 150 unidades

8.5.1. Licenciamento para software de backup Veeam, compatível com ambientes físicos e virtuais, oferecendo criptografia ponta a ponta, deduplicação, compressão, políticas de retenção configuráveis, integração nativa com o armazenamento em nuvem contratado, recuperação granular e rápida de arquivos, VMs e aplicações, e suporte 24x7 do fabricante. Conforme itens 4.2.28 a 4.2.32 deste TR.

8.5.2. A solução deverá assegurar migração transparente, validação de jobs existentes e continuidade operacional sem interrupção.

8.6. Licenças RDS – 100 unidades

8.6.1. O licenciamento de ferramenta de acesso remoto visa garantir que os profissionais da CONTRATANTE ou autorizados possam acessar com segurança os sistemas e equipamentos hospedados no ambiente de hospedagem, mesmo fora do local físico. Conforme itens 4.2.33 a 4.2.37 deste TR.

8.6.2. A solução deverá permitir continuidade operacional em regime de teletrabalho, suporte remoto, administração segura e acesso controlado aos sistemas críticos, com autenticação multifator, criptografia de ponta a ponta e auditoria de sessões, assegurando conformidade com políticas de segurança e confidencialidade.

8.7. Banco Global de Horas Técnicas – 960 anual

8.7.1. Horas técnicas de suporte especializadas de NOC para atualizações, troubleshooting, revisões de arquitetura, testes de segurança e suporte especializado em demandas críticas. Conforme itens 4.2.38 a 4.2.42 deste TR.

8.7.2. O consumo das horas será global para toda a vigência contratual, não limitado por mês, com base no item 9.7.3.

9. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

9.1. HOSPEDAGEM (Data Center – Colocation integrado)

9.1.1. O ambiente de prestação de serviços deverá ser certificado na classificação Tier III de operação (ou equivalente, como TR3 TÜV Rheinland), emitido por entidade reconhecida internacionalmente, observando as demais especificidades solicitadas neste documento. Considera-se “aderente” o resultado do ambiente de sustentação operacional que proporcione disponibilidade mínima de 99,982% para a operação do Data Center da CONTRATANTE hospedado no ambiente da CONTRATADA.

9.1.2. Operação e manutenção em regime de 24x7. A operação deverá possuir técnicos residentes qualificados, de acordo com NR-10, e a manutenção dos principais sistemas (Geradores, UPS e Máquinas de climatização).

9.1.3. O serviço deverá prover infraestrutura de sustentação operacional e atender características técnicas construtivas para a prestação do serviço, compostas pelas especificações e normas técnicas indicadas nos itens a seguir:

9.1.4. O espaço físico deverá possuir piso elevado com resistência mínima para acomodar a carga do rack mesmo que estes estejam completamente ocupados por equipamentos.

9.1.5. Deverá possuir racks com porta frontal e traseira com chaves individuais de acesso por rack. O perímetro deverá delimitar espaço suficiente para conforto de acesso aos equipamentos pelos especialistas TIC da CONTRATANTE.

9.1.6. Deverá ser disponibilizada, no endereço, sala de desembalagem de equipamentos recebidos por envio da CONTRATANTE, com responsabilidade de descarte sustentável de papelão.

9.1.7. Deverá ser disponibilizada, fora da área de hospedagem, sala de uso técnico para acesso seguro através de notebooks portados por especialistas da CONTRATANTE, para conexão com o Data Center hospedado.

9.1.8. Dupla abordagem das operadoras de telecomunicações por salas de telecomunicações distintas. A entrada de Telecom não deve coincidir em nenhum ponto do DC até a operadora.

9.1.9. O dimensionamento do serviço de colocation terá como unidade básica de mensuração o rack de 19” com, no mínimo, 42 Us. Toda a infraestrutura física necessária, incluindo o quantitativo de racks e todos os elementos do ambiente de sustentação operacional, deverá estar integralmente contemplada na prestação do serviço.

9.1.10. A CONTRATADA deverá fornecer segurança física ao data center com equipe de vigilância patrimonial armada 24 horas por dia, 7 dias na semana, 365 dias por ano, com no mínimo dois postos de atuação, sendo um destes em cabine blindada, e sistema composto por câmeras de circuito interno de televisão, monitoradas e gerenciadas, cujas imagens possam ser posteriormente consultadas, por período mínimo de 90 dias, e viabilizem o rastreamento de pessoas dentro do ambiente hospedeiro.

9.1.11. A CONTRATADA deverá ter pessoas dedicadas, treinadas e responsáveis pela segurança de acesso às suas instalações prediais e ao Colocation contratado, através de mecanismos efetivos de controle de entrada e saída de pessoas e materiais.

9.1.12. O acesso de terceiros aos equipamentos da Contratante se dará sempre mediante autorização expressa da fiscalização/gestão da Contratante.

9.1.13. Para o adequado desempenho dos serviços a CONTRATADA deve observar as premissas, procedimentos, recomendações e melhores práticas encontradas em normas técnicas de referência nacionais e internacionais.

9.1.14. SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIOS

9.1.15. A infraestrutura de hospedagem do Colocation deve possuir sistema de combate a incêndio composto por mecanismos automáticos de extinção de fogo que não danifiquem os equipamentos elétricos e eletrônicos, e sejam inertes e não tóxicos com ação baseada na quebra das moléculas de oxigênio, do tipo NOVEC 1230, ou equivalente.

9.1.16. Deverá ter sistema de detecção de incêndio de alta sensibilidade e dispositivo de pré-alarme e alarme, no ambiente do Data Center, incluindo a área embaixo do piso elevado, os quadros elétricos de distribuição e ar-condicionado, com sistema integrado de alarme monitorado por computador e acompanhado em regime contínuo (24 horas por dia, 7 dias por semana).

9.1.17. Possuir sistema de detecção de vazamento de água.

9.2. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

9.2.1. A rede elétrica estabilizada 3F+N+T (Trifásica 380V) com disponibilidade de circuitos para monofásico (220V), frequência de 60 Hz e com dois circuitos elétricos independentes e dedicados (Via A e Via B), para alimentação das fontes redundantes dos equipamentos.

9.2.2. O padrão de tomadas elétricas adotado deverá ser do Tipo 36 tomadas C13 e 06 tomadas C19.

9.2.3. Deverá possuir Aterramento em todos os racks.

9.2.4. Deverá fornecer a potência elétrica total para alimentação dos equipamentos TIC existentes na infraestrutura atual da CONTRATANTE e que possam vir a ser adquiridos.

9.2.5. O cabeamento elétrico deverá ser distribuído através de eletrocalhas, com caminhos redundantes e independentes para as Vias A e B, devendo todas estarem devidamente aterradas;

9.2.6. A estrutura do próprio piso elevado deverá estar adequadamente aterrada para eliminar o acúmulo de carga estática, evitando a ocorrência de descarga eletrostática ESD (Electrostatic Discharge) e o subsequente dano aos equipamentos;

9.2.7. A edificação deve possuir sistema de proteção contra descargas atmosféricas e aterramento para proteção de equipamentos dentro das áreas de Colocation.

9.2.8. Toda a infraestrutura metálica deverá estar interligada e aterrada.

9.2.9. Subestação externa de média tensão com redundância mínima de 2 transformadores, garantindo com dupla distribuição de energia desde a Média Tensão de entrada. A alimentação dos transformadores após a alimentação da Concessionária, deverá ser por dois caminhos distintos (A e B) e possibilitar que cada lado interno (X e Y) seja atendido individualmente, na configuração: Caminho A alimenta lado X e caminho B alimenta lado Y, ou caminho A alimenta X

e Y ou caminho B alimenta X e Y).

9.2.10. Deverá fornecer Grupo de UPS (Uninterruptible Power Supply) com bancos redundantes e autonomia mínima de 10 (dez) minutos a plena carga.

9.2.11. O Grupo UPS deverá ser alimentado por grupo-gerador redundante, que energize toda a área do datacenter (e não apenas os circuitos de alimentação dos no-breaks), com acionamento automático na eventualidade de interrupção no fornecimento de energia comercial e autonomia mínima de 12 (doze) horas, sem reabastecimento.

9.2.12. Grupos de Geradores e UPS devem ser redundantes e independentes (N+1), com acionamento automático na eventualidade de interrupção no fornecimento de energia, com a capacidade de suportar todo o ambiente de Colocation por no mínimo 12 (doze) horas ininterruptas em caso de falha total no fornecimento de energia elétrica.

9.2.13. Todos os sistemas de alimentação (Transformadores, QGBTs, gerador, linhas de abastecimento de diesel, UPS – Uninterruptable Power Supply, painéis, PDU – Power Distribution Unit, linhas de distribuição, etc.) e refrigeração (Chillers ou expansão direta, CRAC, etc.) devem possuir redundância mínima tipo N+1 com manutenção concorrente, isto é, a manutenção de equipamento não causa desligamento da operação dos ativos de TI.

9.2.14. O sistema de geradores dedicado ao Data Center deverá possuir tanques com capacidade mínima para 12 (doze) horas de operação a plena carga, com SLA de reabastecimento que garanta no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de operação contínua. Os geradores devem possuir caminhos de alimentação de óleo redundantes, permitindo manutenção sem afetar a ativação. Os tanques de diesel deverão ser individuais, com opção de atendimento cruzado. Deverão existir procedimentos documentados de manutenção preventiva e testes periódicos, com registros disponíveis à CONTRATANTE.

9.2.15. Todos os racks equipados com dupla alimentação (circuitos A e B) CA para os equipamentos com dupla fonte.

9.2.16. Sistema de baterias corretamente dimensionado de forma a garantir a transição entre o fornecimento normal de energia e o grupo gerador, sem gerar nenhum tipo de interrupção na alimentação dos equipamentos.

9.2.17. Sistema de Climatização:

9.2.18. Deverá possuir arquitetura redundante (n+1) contando sempre com, ao menos, uma máquina de ar condicionado de precisão reserva, além das principais, com controles de temperatura, umidade relativa do ar e filtros de poeira, prezando sempre pela manutenção da condição ideal para o bom funcionamento dos equipamentos;

9.2.19. Os equipamentos de climatização devem ser alimentados por fontes de energia distintas (X ou Y). As linhas de tanques de combustível deverão ser redundantes, bem como as bombas de abastecimento.

9.2.20. Características do Cabeamento Estruturado LAN/SAN:

9.2.21. Toda a infraestrutura de cabeamento estruturado LAN/SAN interior da área Colocation para conectividade dos equipamentos TIC da Contratante será de responsabilidade da

CONTRATADA, compreendendo o fornecimento e manutenção ao cabeamento.

9.2.22. Deverá ser fornecido pela CONTRATADA cabeamento de manobra do tipo Patch Cord UTP CAT6 ou CAT6A e cordões de Fibra Óptica pré-conectorizados do tipo OM4.

9.2.23. Deve ser contabilizado o quantitativo de 40 Pach Cords UTP e 80 cordões MM (LC/LC) por Rack;

9.2.24. Todo o cabeamento estruturado deve ser do tipo LSZH (Low Smoke Zero Halogen), CMP, COP (Plenum) ou outros que apresentem melhor comportamento em relação à propagação vertical e horizontal de chama, densidade de fumaça e gases gerados em sua combustão;

9.2.25. Todo o cabeamento deverá possuir documentação de Homologação junto à ANATEL;

9.2.26. O Datacenter da CONTRATADA deverá possuir sala de entrada secundária para os serviços de telecomunicações, com canaletas redundantes e painéis, tomadas, cabeamento, patch cords e jumpers etiquetados/identificados;

9.2.27. Os Golden Jumpers para atender aos links de conexão do Colocation já devem fazer parte do escopo inicial dos serviços de conectividade, não cabendo à CONTRATANTE efetuar nenhum pagamento adicional por estes recursos.

9.2.28. A instalação e sustentação dos equipamentos das operadoras de serviços de comunicação de dados é obrigatória para viabilizar os enlaces de comunicação da CONTRATANTE. O pleno funcionamento desses ativos é regulado por acordo entre as operadoras e a CONTRATADA. Nesses acordos as operadoras instalam estruturas de concentração que podem ser utilizados para outros clientes dos serviços de seu data center, não sendo de uso exclusivo da CONTRATANTE. Estes equipamentos deverão estar instalados em espaço específico (sala segregada) para "TELECOM" e não fazem parte do conjunto de equipamentos alvo do serviço de Colocation reservado a CONTRATANTE, não sendo sua instalação e sustentação alvo de qualquer cobrança.

9.2.29. Sistema de Controle de Acesso e Monitoramento:

9.2.30. Sistema de monitoramento digital com cobertura do perímetro externo, áreas de acesso a sala do Data Center, e interno nos corredores da sala do Data Center. Sala de monitoramento 24x7, com câmeras digitais;

9.2.31. Acesso aos equipamentos restrito às pessoas previamente cadastradas e autorizadas pela CONTRATANTE;

9.2.32. Relatórios de visitas à infraestrutura física do Data Center, quando solicitado;

9.2.33. Controle de acesso dividindo a infraestrutura física do Data Center em regiões diferentes, de acordo com a política de segurança estabelecida e com níveis de restrições diferenciados, monitorando e verificando toda e qualquer tentativa de acesso;

9.2.34. Data Center sem acesso ao ambiente exterior, tais como: janelas, vidros ou divisórias, de forma a impedir acessos não autorizados e também fatores de exposição ao meio-ambiente (chuvas, ventos fortes, inundações etc.).

9.2.35. A porta de entrada do Colocation deverá possuir fechadura eletrônica;

9.2.36. O Colocation deverá possuir Sistema de CFTV digital com recurso para casos de ausência de iluminação para monitoramento remoto da área interna do Colocation;

9.2.37. As câmeras deverão ser posicionadas para a visualização do acesso frontal e traseiro dos racks;

9.2.38. Sistema de controle de acesso com, no mínimo, log de entrada à sala de Data Center (sala de Racks, sala elétrica) racks com gravação e retenção por, no mínimo, 90 dias;

9.2.39. É de responsabilidade da CONTRATADA todo o controle de acesso físico de profissionais e materiais às suas instalações e a área Colocation.

9.2.40. Os controles de acesso físico ao ambiente Colocation devem permitir individualizar o acesso (quem, quando, por que) mantendo o registro para consulta durante toda a vigência do contrato;

9.2.41. A CONTRATADA deverá apresentar, sempre que solicitado, informações sobre os procedimentos adotados para armazenamento e gerência dos dados de autenticação, acesso e monitoramento (controle de acesso, imagens do CFTV) que impactem na segurança do Colocation contratado.

9.2.42. Sistema de monitoramento de temperatura e umidade da sala do Data Center e racks individualizados;

9.2.43. Deverá possuir Sistema de Monitoramento Ambiental (DCIM - Data Center Infrastructure Management), ou seja, conjunto de ferramentas que monitoram, medem, gerenciam e controlam o uso do Data Center e Consumo de Energia, com as seguintes características:

9.2.43.1. Monitoramento dos Quadros Elétricos;

9.2.43.2. Monitoramento da Temperatura e Umidade interna do Data Center;

9.2.43.3. Gerenciamento do espaço físico;

9.2.43.4. Monitoramento de abertura/fechamento de Portas;

9.2.43.5. Monitoramento dos Equipamentos de Facilities com a geração de alarmes (Geradores, UPS, Máquinas de Climatização de Precisão)

9.3. FIREWALL COMO SERVIÇO (FWaaS)

9.3.1. Disponibilização de solução de firewall de próxima geração (NGFW) baseada em Fortigate (ou equivalente de mercado), em regime de serviço gerenciado (Firewall as a Service – FWaaS), com redundância física e lógica e operação 24x7.

9.3.2. Funcionalidades mínimas: inspeção profunda de pacotes (DPI), prevenção contra intrusões (IPS), antivírus/antimalware, controle de aplicações, filtragem de conteúdo por categorias de URL e integração com Threat Intelligence.

9.3.3. Entrega em alta disponibilidade (HA), em modo ativo-ativo ou ativo-passivo, assegurando continuidade de operação.

9.3.4. Integração com os serviços contratados (hospedagem, conectividade LAN-to-LAN e armazenamento), suportando segmentação por VLANs e políticas de segurança alinhadas às necessidades da CONTRATANTE.

9.3.5. Autenticação corporativa por Active Directory/LDAP, com possibilidade de aplicação de políticas baseadas em usuário/grupo.

9.3.6. VPNs site-to-site e de acesso remoto (IPSec e SSL VPN), com parâmetros de criptografia compatíveis com as políticas da CONTRATANTE.

9.3.7. Gerenciamento centralizado, com interface gráfica e linha de comando, monitoramento 24x7 e relatórios mensais (uso, eventos de segurança e intervenções).

9.3.8. Atualizações contínuas de assinaturas e firmware, sem custos adicionais, conforme melhores práticas do fabricante.

9.3.9. Desempenho mínimo: throughput de firewall ≥ 20 Gbps e inspeção SSL/TLS ≥ 2 Gbps, compatível com o tráfego previsto.

9.3.10. SLA de atendimento a incidentes conforme níveis definidos neste Termo para criticidade Crítica/Alta, com resposta e solução dentro dos prazos estabelecidos.

9.4. SERVIÇO DE CONECTIVIDADE LAN-TO-LAN

9.4.1. Deverá ser disponibilizado o link LAN-to-LAN transparente e redundante (extensão de vLAN L2) de pelo menos 05 Gbps direto e dedicado entre esta Administração Pública e o Datacenter onde estará alocado o ambiente Colocation.

9.4.2. Os Links deverão obrigatoriamente ter dupla abordagem: a conexão deve chegar ao data center (e à Prefeitura) por dois percursos físicos totalmente independentes entre si.

9.4.3. O link deverá ser fisicamente configurado no antigo Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Anápolis, situada na Av. Brasil Norte, nº 200 – Centro, Anápolis/GO. CEP: 75075-210, com uma banda total de no mínimo 05Gbps.

9.4.4. Caberá à contratada ou suas prestadoras de serviço a instalação física do link do backbone, incluindo a fixação destes, a instalação e a realização das conexões físicas dos cabos.

9.4.5. Caberá à CONTRATANTE o fornecimento, a instalação lógica, configuração e manutenção dos terminadores (switches, routers, transceiver, entre outros) de camada 2 no ponto de backbone definido para atendimento da comunicação entre o Datacenter e esta Administração Pública.

9.4.6. O serviço deve contemplar a entrega de Golden Jumpers.

Integração com o FWaaS: A segurança perimetral (NGFW/IDS/IPS) será prestada como serviço conforme o item 9.3 (FWaaS), devendo o serviço de conectividade estar plenamente integrado a este, incluindo configuração de políticas, alta disponibilidade, contingência e monitoramento conforme especificações de segurança estabelecidas no presente Termo.

9.5. Armazenamento em Nuvem do Tipo Objeto

9.5.1. A solução deverá oferecer capacidade inicial de 150 (cento e cinquenta) TB de armazenamento escalável e redundante baseado no modelo de objetos, acessível por protocolo compatível com API REST, mantendo as demais características desta subseção.

9.5.2. O armazenamento deverá suportar a organização por buckets ou contêineres, com gerenciamento de políticas de retenção e versionamento de objetos.

9.5.3. A arquitetura deverá garantir alta disponibilidade com SLA mínimo de 99,9% e protocolos de segurança de acesso devidamente documentados e informados à CONTRATANTE.

9.5.4. Deverá oferecer suporte a criptografia dos dados no armazenamento e em trânsito, com integração a mecanismos de controle de identidade e permissões.

9.5.5. Com capacidade de auditoria de acessos e logs de operações sobre os dados armazenados.

9.5.6. Suporte à integração com ferramentas de backup e aplicações corporativas.

9.5.7. Padrões mínimos de segurança criptográfica: uso obrigatório de AES-256 para dados em repouso e TLS 1.3 para dados em trânsito, com controle de chaves e rotação periódica.

9.6. LICENCIAMENTO PARA FERRAMENTA DE BACKUP (150 licenças Veeam Backup ou equivalente)

9.6.1. A solução de backup, contemplando 150 (cento e cinquenta) licenças Veeam Backup ou equivalente, deve permitir a proteção de ambientes virtuais e físicos com suporte a múltiplas plataformas de virtualização e sistemas operacionais.

9.6.2. Deve possibilitar a realização de backups completos, incrementais e diferenciais, com políticas de retenção configuráveis.

9.6.3. Requisitos para a ferramenta:

9.6.3.1. Recuperação granular de arquivos e aplicações (como e-mails, bancos de dados, documentos, etc.).

9.6.3.2. Suporte à replicação de dados entre locais e para armazenamento externo (on-premises, cloud, objeto).

9.6.3.3. Capacidade de automatizar agendamentos, relatórios e alertas sobre o status dos jobs de backup.

9.6.3.4. Interface de gerenciamento centralizada, baseada em interface gráfica com dashboards personalizáveis.

9.6.3.5. Recursos de deduplicação, compressão e criptografia fim a fim (AES-256 ou superior).

9.6.4. Em um cenário onde houver a necessidade de restore de backup, a disponibilização dos dados deve seguir os SLAs de acordo com o nível de criticidade, e seguindo os prazos da tabela 16.3.

9.6.5. Testes de restore do backup: deverão ser realizados testes mensais de restauração e

recuperação, com apresentação de relatório de evidências e tempos médios observados.

9.7. HORAS DE ESPECIALISTA EM TI

9.7.1. Disponibilização de profissionais técnicos com experiência comprovada em ambientes de infraestrutura de TI de médio ou grande porte, aptos a atuar de forma integrada nas seguintes frentes tecnológicas, garantindo compatibilidade, interoperabilidade e continuidade com o ambiente atualmente utilizado pela CONTRATANTE:

9.7.1.1. Software Básico de Infraestrutura (Sistemas Operacionais)

Administração, suporte e troubleshooting de sistemas operacionais de servidores, contemplando ambientes corporativos diversos, incluindo plataformas Windows e Linux, bem como outras soluções utilizadas em ambientes críticos.

As soluções deverão ser compatíveis com o ambiente atualmente utilizado pela CONTRATANTE. (Exemplos: Windows Server, distribuições Linux corporativas, entre outros equivalentes)

9.7.1.2. Software de Suporte à Aplicação (Middleware)

Configuração, administração e suporte a servidores de aplicação e serviços web, incluindo implantação, tuning e resolução de incidentes.

As soluções deverão ser compatíveis com o ambiente atualmente utilizado pela CONTRATANTE. (Exemplos: Apache Tomcat, JBoss, NGINX, WebSphere ou equivalentes)

9.7.1.3. Software de Gerenciamento de Dados (Banco de Dados)

Administração e suporte a bancos de dados relacionais utilizados em ambiente corporativo, incluindo instalação, manutenção, tuning, backup e recuperação.

As soluções deverão ser compatíveis com o ambiente atualmente utilizado pela CONTRATANTE. (Exemplos: Microsoft SQL Server, Oracle, PostgreSQL, MySQL ou equivalentes)

9.7.1.4. Soluções de Segurança Perimetral (Firewall / Segurança de Rede)

Configuração, operação e suporte a soluções de segurança de rede, incluindo firewall, VPN, controle de acesso e análise de incidentes.

As soluções deverão ser compatíveis com o ambiente atualmente utilizado pela CONTRATANTE. (Exemplos: soluções de firewall corporativo de mercado, como Cisco, Fortinet, Palo Alto, SonicWall ou equivalentes)

9.7.1.5. Infraestrutura de Armazenamento de Dados (Storage)

Administração e suporte a ambientes de armazenamento corporativo, incluindo gestão de volumes, desempenho, replicação e disponibilidade de dados.

As soluções deverão ser compatíveis com o ambiente atualmente utilizado pela CONTRATANTE. (Exemplos: arquiteturas SAN, NAS, DAS e soluções corporativas de mercado ou equivalentes)

9.7.1.6. Software de Proteção e Recuperação de Dados (Backup)

Implantação, configuração e suporte a soluções de backup corporativo, incluindo rotinas de backup, restauração, retenção e testes de recuperação.

As soluções deverão ser compatíveis com o ambiente atualmente utilizado pela CONTRATANTE. (Exemplos: Veeam, Commvault, NetBackup ou equivalentes)

9.7.1.7. Infraestrutura de Virtualização

Administração e suporte a ambientes virtualizados, incluindo criação, migração, monitoramento e otimização de máquinas virtuais.

As soluções deverão ser compatíveis com o ambiente atualmente utilizado pela CONTRATANTE. (Exemplos: VMware, Hyper-V, Nutanix ou equivalentes)

9.7.1.8. Soluções de Segurança da Informação

Atuação em ferramentas e práticas de segurança da informação, incluindo proteção de endpoints, monitoramento de eventos, análise de incidentes e aplicação de políticas de segurança.

As soluções deverão ser compatíveis com o ambiente atualmente utilizado pela CONTRATANTE. (Exemplos: antivírus corporativo, EDR, SIEM, DLP ou equivalentes)

9.7.2. A experiência dos profissionais deverá abranger, de forma comprovada, múltiplas frentes tecnológicas descritas neste item, não sendo admitida atuação restrita a apenas uma única área de especialização.

9.7.3. Da Utilização do Banco de Horas:

9.7.3.1. Fica instituído Banco de horas técnicas equivalente a 960 (novecentas e sessenta) horas globais por ano, totalizando 1920 (um mil, novecentos e vinte) horas para 24 meses, distribuídas entre suporte técnico e consultoria especializada, prestadas por especialistas em redes, segurança cibernética, firewall e outros tópicos de monitoramento, operação, diagnóstico e execução de projetos, com formalização via Ordens de Serviço e entrega de relatórios consolidados. A CONTRATANTE efetuará o pagamento apenas das horas efetivamente utilizadas, devidamente atestadas pela fiscalização, sendo estas deduzidas do saldo do banco. Não haverá pagamento por horas não utilizadas, bem como não se admitirá a acumulação ou indenização de horas não consumidas até o término da vigência contratual.

a) Horas de Suporte Técnico: reserva de 480 horas anuais, totalizando 960 (novecentas e sessenta) horas para 24 meses, destinadas ao atendimento de chamados técnicos operacionais, incluindo diagnóstico, resolução de incidentes, configurações e atividades de manutenção corretiva e preventiva relacionadas à infraestrutura de rede e segurança.

b) Horas de Consultoria Especializada: reserva de 480 horas anuais, totalizando 960 (novecentas e sessenta) horas para 24 meses, destinadas à prestação de serviços consultivos por especialistas em redes, segurança cibernética, firewall e monitoramento, abrangendo análise de ambientes, elaboração de projetos, recomendações estratégicas e acompanhamento de implantações.

9.7.3.2. A solicitação, execução e faturamento das horas serão processados conforme os seguintes procedimentos:

a) A CONTRATANTE deverá formalizar solicitação de execução de projeto à CONTRATADA, por meio de e-mail, abertura de chamado ou reunião entre as partes;

b) A CONTRATADA deverá apresentar prévia de Ordem de Serviço – OS, contendo a descrição detalhada do objeto, a justificativa técnica, o prazo estimado de execução (em horas) e a indicação do responsável técnico;

c) Compete à CONTRATANTE avaliar a prévia da OS, podendo aceitá-la, rejeitá-la ou propor ajustes. Estando o conteúdo adequado e consensuado, a CONTRATADA emitirá a OS definitiva, que deverá ser assinada pela CONTRATANTE;

d) A CONTRATADA executará os serviços no prazo, escopo e padrões de qualidade estipulados na OS. Ao final, deverá apresentar Relatório Técnico contendo a descrição minuciosa das atividades realizadas, evidências comprobatórias de execução (tais como prints, registros de log, configurações ou equivalentes) e, quando aplicável, recomendações técnicas;

e) Concluída a execução, a CONTRATANTE deverá emitir o aceite formal da OS, atestando a conformidade da entrega;

f) De posse do aceite, a CONTRATADA estará autorizada a proceder com o faturamento das horas correspondentes;

g) A CONTRATANTE deverá efetuar o pagamento das horas faturadas, observada a conformidade com a OS e o aceite emitido.

9.7.3.3. O controle das horas consumidas será realizado mediante planilha de acompanhamento, a ser atualizada mensalmente pela CONTRATADA e validada pela fiscalização da CONTRATANTE, devendo o saldo remanescente estar permanentemente disponível para consulta.

9.7.3.4. Esgotado o quantitativo de 1920 (um mil, novecentas e vinte) horas para 24 meses, eventual necessidade de ampliação dependerá da celebração de termo aditivo contratual, observada a legislação aplicável.

9.7.3.5. A utilização das horas deverá ser previamente solicitada pela CONTRATANTE e executada conforme cronograma previamente acordado entre as partes.

9.8. LICENCIAMENTO PARA FERRAMENTA DE ACESSO REMOTO RDS (100 licenças)

9.8.1. A solução deverá permitir o acesso remoto seguro a estações de trabalho e servidores localizados no ambiente da CONTRATANTE.

9.8.2. Especificações mínimas:

9.8.2.1. Suporte a múltiplos usuários simultâneos com isolamento de sessões.

9.8.2.2. Compatibilidade com protocolos seguros (como RDP) e com autenticação multifator (MFA).

9.8.2.3. Permitir controle de acesso baseado em grupos, perfis ou políticas.

9.8.2.4. Registro de sessões com logs de auditoria e, opcionalmente, gravação de sessão.

9.8.2.5. Suporte a acesso via navegadores web e/ou cliente dedicado;

9.8.2.6. Integração com diretórios de autenticação (como LDAP ou Active Directory).

9.8.3. A contratação deverá incluir o licenciamento de 100 (cem) licenças RDS (CALs por usuário

ou por dispositivo, conforme definição da CONTRATANTE), garantindo aderência às políticas de segurança e auditoria.

9.9. SERVIÇO DE MOVING DE EQUIPAMENTOS TIC

O serviço de moving integra o setup do item Hospedagem, não constituindo item de medição ou pagamento independente, mas devendo cumprir integralmente as condições operacionais aqui descrita.

9.9.1. CONTRATADA será responsável pela conectividade (cabeamento) dos equipamentos envolvidos na Migração. Será de responsabilidade da CONTRATANTE disponibilizar janelas aos sábados ou domingos de 08:00hrs às 18:00hrs para a realização da atividade de mapeamento. Esta atividade é crucial para o sucesso da migração, mitigando possíveis downtimes excedentes ao planejado;

9.9.2. A CONTRATANTE deverá realizar a validação do funcionamento dos Hardwares e caso necessário, a Prefeitura de Anápolis deverá acionar o fornecedor para reparo do equipamento que apresentou defeito;

9.9.3. A CONTRATANTE em conjunto com a CONTRATADA deverá realizar o levantamento in-loco de todos os equipamentos que serão transportados;

9.9.4. A CONTRATADA deverá realizar o Mapeamento de conexões físicas;

9.9.5. A CONTRATANTE deverá realizar o Mapeamento de conexões lógicas;

9.9.6. A CONTRATANTE deverá realizar o Turn-off lógico dos equipamentos;

9.9.7. A CONTRATADA deverá realizar a desmontagem, embalagem e Transporte dos equipamentos;

9.9.8. A CONTRATANTE deverá realizar o Acompanhamento da desmontagem, embalagem e recebimento no Data Center;

9.9.9. A CONTRATADA deverá proceder com o Recebimento, desembalagem e montagem dos equipamentos conforme Bay Face;

9.9.10. A CONTRATANTE deverá realizar o acompanhamento do Turn-on físico dos equipamentos;

9.9.11. A CONTRATANTE deverá realizar os Testes de funcionamento dos serviços, aplicações e acessos.

Matriz de Responsabilidade Moving				
Atividades			CONTRATADA	CONTRATANTE
1	Due Diligence para levantamento do atual ambiente a ser migrado	-		X

2	Disponibilizar infraestrutura para instalação dos equipamentos no Data Center CONTRATADA	X	-
3	Definir contatos mencionando, números de telefones e nível de decisão	X	X
4	Disponibilizar o Bay-Face dos Racks na CONTRATANTE	X	-
5	Disponibilizar o Bay-Face dos Racks no Data Center CONTRATADA pós moving	X	-
6	Identificação dos equipamentos, módulos e cabos de conexão no Site da CONTRATANTE	X	-
7	Identificação dos equipamentos, módulos e cabos de conexão no Site CONTRATADA	X	-
8	Emitir documentação legal (Notas Fiscais) para o processo de transporte	-	X
9	Executar configuração nos equipamentos caso necessário	-	X
10	Configurar aplicações necessárias envolvidas no processo de mudanças	-	X
11	Validação das aplicações necessárias no processo de mudança	-	X
13	Disponibilizar equipe técnica para a execução das atividades no Site da CONTRATANTE	X	X
14	Disponibilizar equipe técnica para a execução das atividades no Site da CONTRATADA	X	X
15	Programar a parada dos equipamentos e respectivos sistemas	-	X
16	Disponibilizar equipe técnica para acompanhamento do projeto	X	X
17	Gerenciar as atividades do projeto	X	X

18	Realizar o levantamento De-Para de Conexões de Cabeamento dos Equipamentos a serem migrados e que estão instalados no Site da CONTRATANTE	X	-
19	Preencher Planilha De-Para de Conexões de Cabeamento dos Equipamentos a serem instalados na CONTRATADA	X	X
20	Executar a desinstalação e desmontagem dos equipamentos (racks, trilhos, cabos, etc)	X	-
21	Fornecimento de Kit de Instalação 19" e Cabos Elétricos para Equipamentos	-	X
22	Embalar os Equipamentos	X	-
23	Executar o transporte especial para sensíveis	X	-
24	Executar a montagem dos equipamentos nas instalações de destino	X	-
25	Inicialização dos equipamentos no site de destino	-	X
26	Executar testes específicos de HW para verificar funcionalidade após o moving	-	X
27	Validar correto funcionamento do HW	-	X
28	Acionamento de suporte técnico caso necessário	-	X
29	Inicializar Aplicações	-	X
30	Validar Aplicações	-	X
31	Dar o aceite de finalização do processo de migração	-	X
32	Disponibilizar documentação pós Moving (Bay Face Final)	X	-

10. DA UTILIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA SOLUÇÃO CONTRATADA

10.1. A CONTRATANTE poderá utilizar o item 9.7 do presente contrato (Horas de Especialista em TI), especialmente conforme os procedimentos do item 9.7.3.3, de forma flexível, de acordo com a necessidade técnica e operacional de seus órgãos e unidades administrativas.

10.2. As variações de quantitativo de itens contratados, sejam para mais ou para menos,

ensejão reajuste proporcional do valor contratual, calculado com base nos valores unitários previstos na proposta comercial da CONTRATADA que integrará o presente instrumento.

10.3. As solicitações de alteração de quantitativos deverão ser formalizadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA, por escrito, podendo ocorrer via correspondência eletrônica (e-mail institucional) ou abertura de chamado/ticket no sistema de atendimento da CONTRATADA. A CONTRATADA deverá atender tais ajustes no prazo acordado entre as partes, respeitados os limites técnicos de fornecimento e capacidade da infraestrutura ofertada.

11. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

11.1. Trata-se de licitação para contratação de empresa especializada na prestação de serviços integrados de infraestrutura de Tecnologia da Informação, pelo período de 24 (meses), segundo as condições e exigências estabelecidas neste instrumento, dos seguintes serviços integrados da TI, conforme item 1.1 deste Termo de Referência.

11.2. Sustentabilidade: A execução do objeto contratual deverá atender a critérios de sustentabilidade ambiental, compreendendo, no mínimo:

11.2.1. Utilização de tecnologias de alta eficiência energética, priorizando equipamentos certificados para baixo consumo, bem como a adoção de práticas de gestão eficiente de energia.

11.2.2. Priorização de fornecedores que empreguem materiais recicláveis e/ou sustentáveis na fabricação de equipamentos e componentes.

11.2.3. Estabelecimento de processos para devolução, reaproveitamento, reciclagem ou descarte ambientalmente adequado de equipamentos eletrônicos e seus componentes ao final de sua vida útil, prevenindo o descarte irregular.

11.2.4. Garantia de que todos os resíduos eletrônicos e materiais utilizados sejam encaminhados para reciclagem ou tratamento adequado, em conformidade com a legislação ambiental vigente e normas técnicas aplicáveis.

11.2.5. Incentivo a práticas sustentáveis na cadeia de fornecedores, promovendo responsabilidade ambiental em toda a cadeia de valor, com cláusulas contratuais que estimulem a conformidade ambiental.

11.2.6. Manutenção de certificações reconhecidas (Tier III de Operação, Lead Gold, ISO 27001) por órgãos ou entidades competentes, quando aplicável.

11.2.7. Implementação de auditorias periódicas para verificação do cumprimento das medidas ambientais estabelecidas, com apresentação de relatórios à CONTRATANTE, quando solicitado.

11.2.8. Promoção de treinamentos e ações de conscientização junto aos colaboradores sobre práticas sustentáveis e uso responsável de recursos.

11.2.9. Prazo de implantação: A CONTRATADA deverá concluir a implantação integral dos serviços, incluindo migração, configuração, testes e entrega operacional, no prazo máximo de 3 (três) dias corridos após a retirada física dos equipamentos da Prefeitura, preferencialmente aos finais de semana e/ou fora do horário comercial., de forma a minimizar ou evitar a interrupção dos serviços essenciais da CONTRATANTE. O descumprimento deste prazo sujeitará a

CONTRATADA às penalidades previstas neste Termo de Referência e na legislação aplicável, sem prejuízo da rescisão contratual.

16. ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO (SLA)

16.1. Disposições Gerais

16.1.1. O presente Acordo de Nível de Serviço (SLA) tem por objetivo estabelecer, nos termos do art. 6º, inciso XX, e do art. 115 da Lei nº 14.133/2021, os padrões mínimos de desempenho, disponibilidade, tempos de resposta e solução, bem como as penalidades aplicáveis à CONTRATADA, visando garantir a continuidade e a qualidade dos serviços objeto deste contrato, em conformidade com as boas práticas de Tecnologia da Informação aplicáveis à Administração Pública.

16.1.2. Os serviços abrangidos incluem, mas não se limitam a: Colocation/Data Center, Conectividade LAN-to-LAN, Firewall/IDS/IPS, Armazenamento em Nuvem, Backup, Horas de Especialista, Migração de Equipamentos, Licenciamento de Softwares e Ferramentas de Segurança.

16.1.3. Este SLA integra o presente Termo de Referência e deve ser observado durante toda a vigência contratual.

16.1.4. O descumprimento dos níveis de serviço acarretará aplicação de penalidades específicas e/ou gerais, sem prejuízo da rescisão contratual e da reparação por perdas e danos, podendo tais penalidades ser aplicadas de forma cumulativa e proporcional ao período e extensão do descumprimento.

16.2. Classificação de Criticidade

16.2.1. Os incidentes serão classificados conforme impacto e urgência, observando os seguintes níveis:

Nível	Descrição	Exemplos
Crítico	Indisponibilidade total ou degradação severa que afete serviços essenciais da CONTRATANTE, sem alternativa operacional viável.	Queda total do Link LAN-to-LAN; Falha elétrica geral no Colocation; Interrupção de backups críticos em execução; inaccessibilidade relacionada ao firewall.
Alto	Falha que afete significativamente um serviço relevante, mas com alternativa temporária disponível.	Interrupção de um dos links redundantes; indisponibilidade de sala técnica; degradação de performance em storage.
Médio	Ocorrência que afete funcionalidades não essenciais ou parte restrita do serviço, sem comprometer a operação principal.	Lenta no acesso a backups; falha em um rack específico sem impacto geral; atraso em replicação não crítica.

Baixo	Solicitações de alteração, configuração ou atendimento sem impacto imediato na operação.	Troca de patch cord; atualização de documentação; ajustes cosméticos de configuração.
--------------	--	---

16.2.2. Consideram-se serviços essenciais aqueles cuja interrupção comprometa atividades públicas fundamentais ou cause prejuízo direto à população, abrangendo, entre outros, os serviços de saúde, educação, segurança pública, defesa civil, assistência social, administração financeira e arrecadação, infraestrutura e saneamento básico, bem como os sistemas de tecnologia da informação e comunicação que suportem tais serviços.

16.2.3. Para cada nível de criticidade, aplicam-se também os seguintes exemplos específicos:

- Colocation/Data Center – Crítico: Falha total de energia sem redundância.
- LAN-to-LAN – Alto: Perda de um dos enlaces redundantes com impacto de performance.
- Backup – Médio: Atraso em backup não crítico.
- Horas de Especialista – Baixo: Reagendamento de atividade previamente programada.

16.3. Prazos de Resposta e Solução

Os prazos máximos para resposta e solução contam-se a partir do registro oficial no sistema de chamados da CONTRATANTE, por e-mail institucional ou outro meio formal por ela designado.

Criticidade	Resposta Máx.	Solução Máx.
Crítico	30 min	4h
Alto	1h	8h
Médio	2h	16h
Baixo	8h	24h

16.4. Níveis de Serviço por Objeto Contratual

A aferição da disponibilidade mínima será realizada por meio de ferramentas de monitoramento homologadas pela CONTRATANTE, com geração de relatórios técnicos mensais. Não serão computadas como indisponibilidade as ocorrências motivadas por casos fortuitos ou força maior, desde que devidamente comprovadas e aceitas pela CONTRATANTE.

Os critérios de medição, apuração e abatimento estão detalhados e replicados na Cláusula 25 – Critérios de Medição e Pagamento, prevalecendo esta em caso de divergência numérica.

Serviço	Disponibilidade Mínima	Requisitos Adicionais	Penalidade Específica
----------------	-------------------------------	------------------------------	------------------------------

Serviço Completo de Hospedagem em Data Center	99,5% mensal	Cumprir certificação ISO/IEC 27001 (Segurança da Informação)	Desconto de 1% do valor do item por hora cheia de indisponibilidade, após franquia anual de 7,8 horas. Paralisação superior a 8 (oito) horas consecutivas, não justificada, implicará multa adicional de 10% sobre o valor mensal do serviço
LAN-to-LAN	99,5% mensal	Dupla abordagem física; links dedicados \geq 5 Gbps.	2% do valor mensal do serviço por ponto percentual abaixo da disponibilidade acordada
Firewall e IDS/IPS	99,9% mensal	Aplicar patches críticos de segurança \leq 48h; monitoramento 24x7; antídotos \geq 15Gbps.	3% do valor mensal por falha crítica de segurança desde que a contratante disponibilize a janela necessária para que a contratada execute a solicitação.
Armazenamento em Nuvem	99,9% mensal	Redundância de backup em fitas e no armazenamento em nuvem <i>in loco</i> .	2% do valor mensal por ponto percentual abaixo.
Backup e Recuperação	Em casos críticos, disponibilidade de dados de backup em menos de 4 horas, conforme item 16.3.	Teste mensal quando solicitados pela CONTRATADA, com taxa de sucesso dos testes acima de 95%	2% do valor mensal do contrato por taxa de sucesso abaixo de 95%. Glosa integral do mês em caso não justificado de realização do teste solicitado pela CONTRATADA.
Horas de Especialista	-	Disponibilidade sob demanda; entrega de relatório técnico de execução. Conforme descrito no item 9.7.3.	1% do valor mensal por atraso não justificado em atendimento.

Migração de Equipamentos	-	Execução de migração de local de origem ao data center em janela máxima de 3 dias, contando a partir do desligamento de serviços, ao re-ligar de equipamentos em novo local.	1% do valor total da migração por atraso não justificado.
Licenciamento de Softwares	-	Licenças válidas e atualizadas durante todo o contrato; aplicação de updates ≤ 48h.	1% do valor mensal por licença vencida ou atualização não aplicada.

16.5. Medição, Evidência e Relatórios

16.5.1. A CONTRATADA deverá apresentar Relatório Mensal de SLA até o 5º dia útil do mês subsequente, contendo indicadores consolidados, evidências (logs, capturas, gráficos), ocorrências registradas, prazos de atendimento e justificativas. A não conformidade dos indicadores apresentados será apurada pela fiscalização do contrato, podendo ensejar aplicação imediata das penalidades previstas.

16.5.2. Em caso de divergência de medições, prevalecerão os registros da CONTRATANTE, salvo apresentação, pela CONTRATADA, de prova documental e técnica, devidamente fundamentada e aceita pela CONTRATANTE.

16.5.3. O não envio do relatório mensal implicará multa de 0,5% do valor mensal do serviço.

16.6. Penalidades Gerais

16.6.1. Além das penalidades específicas de cada serviço:

- Multa de 10% do valor mensal por reincidência de falhas graves no período de 12 meses.
- Rescisão contratual sem ônus para a CONTRATANTE em caso de incidente grave de segurança ou descumprimento reiterado do SLA.
- Indenização por perdas e danos comprovados.
- As somas das penalidades apuradas no mês de Exercício estão limitadas ao valor máximo de 10% da parcela mensal.

16.6.2. O cumprimento parcial de qualquer nível de serviço não exime a CONTRATADA de cumprir integralmente as demais obrigações assumidas no contrato.

16.7. Procedimento de Apuração e Defesa: Antes da aplicação de qualquer penalidade, a CONTRATADA será notificada formalmente para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação. A ausência de manifestação no prazo será interpretada como concordância tácita com a penalidade aplicada.

17. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

17.1. SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL E CIBERNÉTICA

17.1.2. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a vigência do contrato, seguro de responsabilidade civil e cibernética, com cobertura suficiente para ressarcir a CONTRATANTE por eventuais danos decorrentes da prestação dos serviços, incluindo, mas não se limitando a:

I – Acesso físico não autorizado às instalações de colocation que resulte em violação, dano ou perda de dados e equipamentos;

II – Incêndio, explosão, curto-circuito, sobrecarga elétrica ou qualquer outro sinistro que cause dano ou perda aos equipamentos da CONTRATANTE;

III – Falha no fornecimento ou na retomada de energia que ocasione dano, perda ou inutilização de equipamentos;

IV – Falhas de segurança lógica ou cibernética diretamente relacionadas ao serviço de firewall fornecido, que resultem em indisponibilidade, acesso indevido, alteração ou perda de informações críticas. Ficam excluídos os riscos decorrentes de elementos sob responsabilidade da CONTRATANTE, tais como antivírus, atualizações de sistemas operacionais, políticas de uso de estações de trabalho, ou demais camadas de segurança fora do escopo contratual.

17.1.3. A CONTRATADA será integralmente responsável pela reparação dos danos diretos sofridos pela CONTRATANTE.

17.1.4. Não haverá exigência de garantia da contratação, nos termos do art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, por tratar-se de serviço em que não há complexidade operacional. O disposto neste item não afasta a obrigação da CONTRATADA de manter os seguros previstos no item 17.1, que não se confundem com a garantia contratual referida no art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

18. DA VISTORIA

18.1. Para o correto dimensionamento e elaboração da proposta, a licitante poderá realizar vistoria prévia nas instalações dos locais de execução dos serviços, acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9h às 12h e das 14h às 17h.

18.1.1. O agendamento deverá ser realizado previamente por meio do e-mail: licitacao@anapolis.go.gov.br.

18.1.2. A realização poderá ser comprovada por Declaração de Visita Técnica (Anexo I-A) ou, em caso de não realização, por Declaração de Renúncia de Visita Técnica (Anexo I-B).

18.2. O prazo para realização da vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

18.3. Para a vistoria, a licitante ou seu representante legal deverá estar devidamente identificado, apresentando documento oficial de identidade e documento emitido pela empresa que comprove sua habilitação para a realização da vistoria.

18.4. As vistorias, medições e quaisquer outras formas de análise do local correrão por conta e

risco da licitante.

18.5. Dúvidas poderão ser dirimidas dentro do período e horários estabelecidos no item 18.1.

18.6. A não realização da vistoria não poderá fundamentar alegações futuras de desconhecimento das condições do local, sendo a licitante vencedora responsável integralmente pela execução dos serviços, conforme previsto no art. 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

18.7. A licitante deverá apresentar, junto com os documentos de habilitação, a Declaração de Visita Técnica (Anexo I-A) ou, caso não seja realizada, a Declaração de Renúncia de Visita Técnica (Anexo I-B).

18.8. A licitante deverá declarar expressamente que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assumindo os ônus decorrentes da execução contratual.

19. PROCEDIMENTO DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO

19.1. O objeto do contrato é constituído por atividades rotineiras e conhecidas pelas empresas do ramo, de modo que não há necessidade de efetuar transição formal de conhecimento, tecnologia ou técnicas empregadas na execução do serviço.

19.2. A CONTRATADA deverá garantir a continuidade integral dos serviços até o término da vigência contratual, não podendo interromper ou reduzir o nível de atendimento antes da data final, salvo autorização expressa da CONTRATANTE.

19.3. Ao final da execução, a CONTRATADA deverá entregar à CONTRATANTE todos os documentos, registros, relatórios, credenciais, chaves, códigos de acesso ou quaisquer outros elementos necessários para assegurar a preservação e continuidade das atividades.

19.4. A CONTRATADA deverá cooperar com a Administração em caso de encerramento do contrato e eventual substituição por nova empresa, prestando todo apoio técnico necessário para a retirada dos equipamentos do data center e para a documentação de transição. A desmontagem, embalagem, transporte e reinstalação dos equipamentos pertencentes à CONTRATANTE serão custeados pela própria CONTRATANTE ou por futura contratada, cabendo à CONTRATADA garantir acesso, acompanhamento e suporte para que os bens sejam devolvidos no mesmo estado de funcionamento em que foram recebidos, ressalvado o desgaste natural decorrente do uso normal.

19.5. A execução da desmontagem, transporte e reinstalação prevista no subitem 19.4 deverá seguir, no que couber, os mesmos padrões técnicos e operacionais estabelecidos para o Serviço de Moving de Equipamentos TIC descrito no item 9.9. deste Termo de Referência, incluindo:

- Levantamento in-loco e mapeamento de conexões físicas e lógicas;
- Embalagens adequadas para transporte seguro;
- Acompanhamento pela equipe da CONTRATANTE;
- Reinstalação conforme o arranjo físico original (bay face) ou conforme instrução da CONTRATANTE;

- Validação funcional e testes de operação dos serviços e aplicações.

19.6. O descumprimento das obrigações previstas neste item sujeitará a CONTRATADA às penalidades contratuais cabíveis, sem prejuízo da reparação por eventuais danos causados aos equipamentos durante o processo de desmontagem, transporte ou reinstalação.

20. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO - CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO

20.1. Todos os materiais, insumos, equipamentos e serviços fornecidos deverão atender aos padrões técnicos e operacionais estabelecidos neste Termo de Referência e em seus anexos, sendo obrigatoriamente de primeira linha, com padrão de qualidade compatível com a finalidade contratada e em conformidade com as normas técnicas da ABNT e demais regulamentações aplicáveis, incluindo, quando couber, aquelas emitidas por órgãos, agências ou entidades congêneres de fiscalização e padronização. Conforme o item 9. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS deste TR.

20.2. A prestação dos serviços será contínua, com faturamento e pagamento em periodicidade mensal, observado o cronograma e as condições previstas neste Termo de Referência.

20.3. A execução dos serviços será demandada pela CONTRATANTE mediante Ordem de Serviço, enviada à CONTRATADA por e-mail institucional ou outro meio eletrônico previamente definido entre as partes, devendo ser atendida nos prazos e condições estabelecidos.

20.4. A CONTRATADA executará os serviços no prazo, escopo e padrões de qualidade estipulados na OS. Ao final, deverá apresentar Relatório Técnico contendo a descrição minuciosa das atividades realizadas, evidências comprobatórias de execução (tais como prints, registros de log, configurações ou equivalentes) e, quando aplicável, recomendações técnicas:

a) Concluída a execução, a CONTRATANTE deverá emitir o aceite formal da OS, atestando a conformidade da entrega;

b) De posse do aceite, a CONTRATADA estará autorizada a proceder com o faturamento das horas correspondentes;

c) A CONTRATANTE deverá efetuar o pagamento das horas faturadas, observada a conformidade com a OS e o aceite emitido.

20.5. O controle das horas consumidas será realizado mediante planilha de acompanhamento, a ser atualizada mensalmente pela CONTRATADA e validada pela fiscalização da CONTRATANTE, devendo o saldo remanescente estar permanentemente disponível para consulta.

20.6 Esgotado o quantitativo de 1920 (um mil, novecentas e vinte) horas para 24 meses, eventual necessidade de ampliação dependerá da celebração de termo aditivo contratual, observada a legislação aplicável.

20.7 A utilização das horas deverá ser previamente solicitada pela CONTRATANTE e executada conforme cronograma previamente acordado entre as partes.

21. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

21.1. Responder, exclusivamente, por todos os encargos decorrentes da execução do ajuste, tais como obrigações civis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias, bem como despesas com transporte,

distribuição e quaisquer outras que incidam sobre a contratação.

21.2. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE, no que se referir ao objeto, atendendo prontamente a quaisquer reclamações.

21.3. Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas, sem ônus para a CONTRATANTE, caso verifique que os serviços não atendem às especificações deste Termo de Referência e aos níveis definidos no SLA.

21.4. Comunicar, eletronicamente e imediatamente, ao fiscal responsável pelo contrato, qualquer motivo que impossibilite a execução dos serviços nas condições pactuadas para que essa proceda às correções necessárias, observando-se os prazos de resposta e solução previstos na Cláusula 16 – SLA.

21.5. Refazer, sem custo para a CONTRATANTE, todo e qualquer procedimento, se verificada incorreção e constatado que o erro é de responsabilidade da CONTRATADA.

21.6. Manter, durante o período de vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação ou no processo de contratação emergencial.

21.7. Executar os serviços conforme condições acordadas, atendendo integralmente os prazos e indicadores estabelecidos no SLA, sob pena de aplicação das penalidades previstas.

21.8. Encaminhar à CONTRATANTE a Nota Fiscal/Fatura juntamente com os documentos comprobatórios de regularidade fiscal e trabalhista após a execução dos serviços.

21.9. Executar todos os serviços especificados neste Termo de Referência de acordo com as normas técnicas aplicáveis e com observância das melhores práticas de gestão pública e de tecnologia da informação.

21.10. Solicitar autorização da CONTRATANTE para efetuar quaisquer despesas acessórias porventura especificadas neste Termo de Referência.

21.11. Empregar, na execução dos serviços, profissionais capacitados e especializados, com comprovação de qualificação técnica sempre que exigida.

21.12. Manter a rede e os sistemas livres de interceptações não autorizadas, de forma a garantir o sigilo, a segurança e a inviolabilidade das comunicações e dados, observada a legislação vigente e salvo por ordem judicial.

21.13. Fornecer serviço de suporte técnico 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, atendendo às janelas e prazos de resposta definidos no SLA.

21.14. Fornecer, na assinatura do contrato, planilha contendo os nomes, telefones e endereços eletrônicos (e-mail) das pessoas ou áreas responsáveis pelo atendimento à CONTRATANTE, incluindo contatos de escalonamento para incidentes críticos.

21.15. Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa pelo objeto contratado, não podendo transferir a outras empresas a responsabilidade pela prestação dos serviços, salvo nos casos autorizados pela Administração, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

21.16. Manter planos de contingência e continuidade documentados, atualizados e testados mensalmente, em agendamentos entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, incluindo procedimentos de recuperação de backup, com envio de relatórios à CONTRATANTE.

21.17. Entregar, no encerramento do contrato, toda a documentação técnica e administrativa atualizada, incluindo inventário, topologias, configurações (read-only/export), políticas e manuais, assegurando a transição sem descontinuidade.

21.18. Cumprir integralmente as obrigações da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), responsabilizando-se pela confidencialidade e segurança das informações e dados pessoais tratados no âmbito da execução contratual, bem como por incidentes de segurança que venham a ocorrer.

21.19. Notificar previamente e obter autorização expressa da CONTRATANTE para realizar alterações relevantes na infraestrutura utilizada para execução dos serviços, incluindo troca de Data Center, alteração de rotas de rede, substituição de equipamentos críticos ou mudanças que possam impactar a disponibilidade, segurança ou desempenho, apresentando plano de impacto e mitigação.

21.20. Garantir que todas as soluções, softwares e equipamentos utilizados estejam em versões e firmwares homologados e suportados pelos respectivos fabricantes, aplicando patches de segurança e atualizações obrigatórias nos prazos definidos no SLA, sem custo adicional.

21.21. Permitir e facilitar a realização de auditorias técnicas, operacionais e de segurança pela CONTRATANTE, por órgãos de controle interno e externo ou por auditorias independentes contratadas pela Administração, fornecendo todos os dados e informações necessárias para a verificação do cumprimento contratual.

21.22. Manter plano de contingência e recuperação de desastres para todos os serviços críticos abrangidos pelo contrato, com execução de testes práticos ao menos uma vez por ano e apresentação de relatório técnico à CONTRATANTE, contendo resultados, falhas encontradas e ações corretivas.

21.23. A CONTRATADA deve assinar, conforme orientações do Art. 18 da IN SGD/ME nº 1/2019, os seguintes Documentos de Segurança da Informação:

21.23.1. Termo de Compromisso (Anexo II - A deste Termo de Referência).

21.23.2. Termo de Ciência (Anexo II - B deste Termo de Referência).

22. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

22.1. Dar ciência formal à CONTRATADA de quaisquer fatos, ocorrências ou situações que possam afetar a execução do objeto, inclusive eventos de caso fortuito ou força maior.

22.2. Emitir a correspondente Ordem de Serviço (OS) ou documento equivalente, com todas as informações necessárias à execução, contendo prazos, especificações técnicas e critérios de aceite, observados os níveis de serviço previstos no SLA.

22.3. Verificar, por meio de seu fiscal técnico ou administrativo, se os serviços executados pela CONTRATADA atendem integralmente às especificações contidas neste Termo de Referência e

seus anexos, bem como aos níveis de qualidade e desempenho definidos no SLA.

22.4. Notificar a CONTRATADA, de forma formal e documentada, sempre que a execução do objeto estiver em desconformidade com o estabelecido no Termo de Referência e anexos, concedendo prazo para correção, quando aplicável, conforme estipulado contratualmente.

22.5. Efetuar, em favor da CONTRATADA, o pagamento devido, nas condições, prazos e forma estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato, condicionado à comprovação da execução satisfatória dos serviços e à regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA.

22.6. Disponibilizar à CONTRATADA todas as informações, documentos, acessos e autorizações necessários para a correta execução do objeto, observadas as diretrizes de segurança da informação e proteção de dados.

22.7. Garantir que as decisões, aprovações e liberações necessárias à execução dos serviços sejam emitidas em tempo hábil, de modo a não prejudicar os prazos estabelecidos.

22.8. Manter equipe técnica de acompanhamento e fiscalização do contrato, com competência para validar entregas, aferir indicadores, homologar relatórios e aplicar eventuais sanções, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

22.9. Zelar pelo cumprimento das obrigações legais relacionadas à proteção de dados pessoais, atuando como controlador de dados nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), e comunicando à CONTRATADAS incidentes de segurança que possam afetar a execução contratual.

23. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

23.1. Gestão contratual

23.1.1. A Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação, por meio da Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (DITM), será responsável pela gestão do contrato.

23.1.2. Os gestores e fiscais serão formalmente nomeados por portaria, com atribuições especificadas no ato de designação, em conformidade com os arts. 7º, 117 e 118 da Lei nº 14.133/2021.

23.2. Execução e responsabilidade:

23.2.1. O contrato deverá ser cumprido fielmente pelas partes, cabendo a cada uma responder por eventual inexecução total ou parcial, nos termos do art. 115 da Lei nº 14.133/2021. Conforme itens 21 e 22 deste TR.

23.2.2 O prazo para assinatura do instrumento contratual é de até 2 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas no Edital e seus anexos.

23.2.3 Vigência Contratual

23.2.3.1 O prazo de vigência da contratação será de 24 (vinte e quatro) meses, com início na data de publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município, prorrogável para até 10 anos, na

forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

23.2.3. Prazo para início da execução dos serviços

23.2.3.1 O início da execução dos serviços deverá ocorrer em até 10 (dez) dias corridos, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço ou instrumento equivalente, expedido pela CONTRATANTE, após a assinatura do contrato.

§1. O prazo estabelecido considera o período necessário para mobilização inicial da CONTRATADA, incluindo planejamento técnico, alocação de equipe, validação de requisitos operacionais e preparação do ambiente para início das atividades. Conforme item 11.2.9 deste TR.

§2. O prazo definido poderá ser prorrogado, mediante justificativa técnica devidamente fundamentada e aceita pela CONTRATANTE, desde que não haja prejuízo à continuidade dos serviços públicos e ao interesse da Administração.

23.3. Prorrogação de prazo:

23.3.1. O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável para até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021. Se houver impedimento, paralisação ou suspensão da execução, o cronograma será prorrogado automaticamente pelo período correspondente, mediante simples apostila, conforme § 5º do art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

23.3.2. A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

23.3.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

23.3.4. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

23.3.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

23.4. Fiscalização técnica e administrativa:

23.4.1. A execução será acompanhada por um ou mais Fiscais do Contrato designados em portaria, com substitutos indicados.

23.4.2. O Fiscal técnico monitorará a qualidade dos serviços e exigirá a correção imediata de falhas, vícios ou irregularidades. Conforme item 16. ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO (SLA) deste TR.

23.4.3. Constatada irregularidade, o Fiscal notificará a Contratada por escrito, fixando prazo para

saneamento, e registrará a ocorrência em livro, sistema próprio ou módulo de fiscalização contratual.

23.4.4. Questões que ultrapassem a competência do Fiscal serão encaminhadas ao Gestor do Contrato.

23.4.5. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade integral da Contratada por vícios, danos ou prejuízos.

23.4.6. A CONTRATANTE poderá realizar, direta ou indiretamente, auditorias técnicas, administrativas e jurídicas semestrais ou extraordinárias, sempre que houver incidente relevante ou suspeita de falha grave, com acesso irrestrito a relatórios, evidências e trilhas de auditoria, sem ônus adicional.

23.5. Preposto:

23.5.1. A Contratada manterá preposto formalmente aceito pela Administração para representá-la na execução, com poderes para receber notificações, ordens e solicitações operacionais, conforme art. 118 da Lei no 14.133/2021.

23.6. Justificativas e reincidência:

23.6.1. Justificativas para nível de serviço abaixo do pactuado só serão aceitas se comprovada a excepcionalidade e fatores alheios ao controle da Contratada.

23.6.2. A reincidência em falhas será apurada considerando o histórico durante toda a vigência do contrato, ensejando penalidades cumulativas nos termos deste Termo de Referência e do SLA.

23.7. Sanções e penalidades:

23.7.1. Havendo inexecução total ou parcial, aplica-se o rito dos arts. 155 a 163 da Lei no 14.133/2021, podendo ser impostas multas, suspensão ou declaração de inidoneidade, sem prejuízo de indenizações.

23.8. Encargos da Contratada:

23.8.1. A Contratada é única responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução, nos termos do art. 121 da Lei no 14.133/2021. A inadimplência não transfere responsabilidade à Administração.

23.9. Competências do Gestor do Contrato:

23.9.1. Coordenar a fiscalização, instruir processos de prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, aplicação de sanções ou extinção, e consolidar a documentação pertinente ao setor de contratos.

23.10. Indicadores de desempenho e pesquisa de satisfação

23.10.1. O Fiscal avaliará periodicamente se quantidade, qualidade, tempo de resposta e forma de execução atendem aos indicadores mínimos estabelecidos neste Termo de Referência e no SLA.

23.10.2. Poderá ser aplicada pesquisa eletrônica de satisfação aos usuários internos dos serviços;

itens com mais de 50% de avaliação negativa, calculada sobre as respostas efetivas, deverão ser corrigidos pela Contratada no prazo fixado. Pesquisas poderão ser obrigatórias em casos de incidentes críticos ou reincidências.

23.11. Comunicação operacional:

23.11.1. As comunicações formais serão realizadas por e-mail institucional; situações emergenciais poderão ser tratadas por telefone, devendo a Contratada registrar e responder a todas as solicitações em meio formal no prazo máximo de 24 horas.

23.12. Direito de rejeição e adequação:

23.12.1. A Contratante pode rejeitar bens ou serviços que não atendam às especificações, exigindo adequação ou substituição sem ônus adicional.

23.13. Obrigação de correção:

23.13.1. A Contratada deverá, às suas expensas, reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir o que apresentar vícios ou defeitos, conforme art. 119 da Lei no 14.133/2021.

23.14. Atendimento às determinações:

23.14.1. A Contratada atenderá, no prazo estipulado, todas as determinações do Fiscal ou Gestor relacionadas à execução, sem ônus extra para a Contratante.

23.14.2. O contrato poderá ser alterado, se assim convier a ambas as partes, nos termos e formas previstos nos artigos 124 a 136, da Lei nº 14.133/2021, desde que não altere o objeto original da licitação.

23.14.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021 e alterações.

23.15. Rescisão por gravidade:

23.15.1. Constatado incidente grave de segurança da informação, vazamento de dados ou descumprimento material e reiterado dos SLAs pactuados, a CONTRATANTE poderá rescindir o contrato sem ônus, sem prejuízo das penalidades legais e contratuais cabíveis, nos termos dos arts. 137 e 138 da Lei no 14.133/2021.

24. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

24.1. Forma de faturamento

24.1.1. A CONTRATADA apresentará fatura mensal única agrupando todos os itens de cobrança recorrente, quais sejam: Serviço Completo de Hospedagem em Data Center (incluindo colocation, moving e setup), Link LAN-to-LAN, Firewall, Armazenamento em Nuvem, Backup/Recuperação (licenças Veeam), Licenças RDS e Horas de Especialista efetivamente utilizadas, observando a proporcionalidade em caso de início ou término parcial de mês.

24.1.2. O serviço de moving e setup está incluído nos custos mensais do Serviço Completo de Hospedagem em Data Center.

24.1.3. O pagamento dar-se-á mediante atesto provisório do Fiscal e posterior atesto definitivo do Gestor do Contrato, nos termos do art. 141 da Lei no 14.133/2021.

24.2. Documentos de comprovação

24.3. A CONTRATADA deverá apresentar, para cada competência, relatórios automáticos do NOC, dashboards de SLA, logs de disponibilidade, relatórios de consumo (RDS, Veeam, S3), planilha de horas validadas e, no caso do moving, relatório “Bay Face” com fotos e checklist assinado por ambas as partes.

Todos os percentuais, métricas e penalidades seguem o disposto na Cláusula 16 – SLA e na Cláusula 32 – Matriz de Risco.

Objeto / item	Como é medido	Indicador mínimo	Desconto / abatimento*
Serviço Completo de Hospedagem em Data Center (incluindo colocation, moving e setup)	Disponibilidade elétrica, climatização e acesso; execução de moving/setup conforme planejamento pré-aprovado	99,5% no mês	Desconto de 1% do valor do item por hora cheia de indisponibilidade, após franquia anual de 7,8 horas; retenção de 10% do valor até aceite definitivo da migração, abatendo-se pendências proporcionalmente
Link LAN-to-LAN 5 Gbps	Disponibilidade do circuito e latência	99,5% de disponibilidade de conectividade	2% do valor mensal por ponto percentual abaixo + multa de 2% se latência média > 3 ms
Firewall como Serviço (cluster)	Disponibilidade do par ativo-passivo	99,9%	3% do valor mensal por falha crítica de segurança
Armazenamento em Nuvem (S3 – 80 TB)	Disponibilidade da API	99,9%	2% do valor mensal por ponto percentual abaixo; perda de dados gera rescisão por justa causa
Backup e Recuperação (Licenças Veeam)	95% dos testes mensais aprovados, conforme solicitação da CONTRATANTE	Conforme SLA	Desconto proporcional aos jobs falhos; falha > 10% gera multa de 3% do valor mensal do item de backup;

Licenças (200)	RDS	Licenças ativas e autenticáveis	100% disponibilidade	Desconto de 0,5% por falha de autenticação superior a 30 min
Horas Especialista (Conforme 9.7.3.)	de item	Relatório de horas homologado	Sob demanda, conforme criticidade	Possibilidade de uso de banco de horas mensais ainda não utilizadas, até o máximo global disponível em contrato.

24.4. Descontos e sanções

24.4.1. A aplicação de descontos ou abatimentos não impede a incidência das sanções administrativas previstas nos arts. 155 a 163 da Lei no 14.133/2021, nem a indenização por eventuais danos.

24.4.2. As glosas decorrentes do descumprimento dos níveis de serviço previstos no SLA serão aplicadas de forma automática na fatura do mês subsequente à ocorrência, com base nas medições e relatórios da CONTRATANTE, independentemente de processo administrativo prévio, resguardado o direito de defesa da CONTRATADA.

24.5. Redimensionamento do pagamento:

24.5.1. O valor mensal será abatido sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados contratados;
- b) não atingir o indicador mínimo;
- c) empregar recursos humanos ou materiais em quantidade/qualidade inferiores às especificadas.

24.6. Verificação de materiais e equipamentos:

24.6.1. Antes do início dos serviços, o Fiscal verificará, com base no memorial descritivo da CONTRATADA, a conformidade de todos os equipamentos, softwares e licenças (marca, modelo, quantidade, especificação técnica). Equipamentos fora de conformidade serão recusados e substituídos sem ônus à Administração.

24.7. Adequação de qualidade:

24.7.1. Constatadas, por meio de auditoria técnica ou relatório oficial da CONTRATANTE, falhas na execução dos serviços, tais como: indisponibilidade ou erros de funcionamento dos itens contratados, descumprimento de prazos de resposta, ou ainda a ocorrência de mais de 50% (cinquenta por cento) de registros de insatisfação formalizados em chamados técnicos ou protocolos administrativos, a CONTRATADA deverá proceder à correção integral das não conformidades no prazo estipulado pela CONTRATANTE. O descumprimento do prazo acarretará a aplicação de desconto adicional de 5% (cinco por cento) sobre o valor mensal do respectivo serviço, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação aplicável e no contrato.

24.7.2. Esses critérios asseguram que o pagamento reflita a efetiva qualidade e disponibilidade dos serviços contratados, conforme pactuado no SLA.

24.8. Entrega de logs e registros:

24.8.1. A cada mês, a CONTRATADA deverá disponibilizar relatório dos chamados abertos e serviços e modificações efetuados no ambiente de firewall;

24.8.2. A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, realizar auditorias técnicas e de segurança, presenciais ou remotas, nos ambientes, sistemas e procedimentos relacionados à execução do contrato, mediante agendamento ou, em caso de incidente grave, sem aviso prévio, garantindo-se pleno acesso aos recursos e informações necessárias para a verificação.

25. RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

25.1. O objeto composto pelos serviços de colocation, moving, link LAN-to-LAN, firewall como serviço, armazenamento em nuvem tipo objeto, licenças RDS, licenças Veeam e horas de especialista – será recebido em duas etapas, observando-se os arts. 140 e 141 da Lei no 14.133/2021.

25.2. Recebimento provisório – realizado pelo Fiscal do Contrato, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes em até quinze dias corridos após a comunicação escrita da Contratada informando a conclusão de cada fase listada abaixo:

25.2.1. execução completa do serviço de moving e energização dos equipamentos no data center;

25.2.2. ativação das duas posições de colocation, com climatização, energia redundante, patch cords e Golden Jumpers instalados;

25.2.3. entrega operacional do link LAN-to-LAN dedicado de 5 Gbps, testado com latência e banda dentro dos limites contratados;

25.2.4. implantação do cluster de firewall, com regras básicas homologadas;

25.2.5. liberação das 100 licenças RDS e das 150 licenças Veeam;

25.2.6. habilitação do bucket de 150 TB em nuvem objeto;

25.2.7. início do monitoramento 24x7 e disponibilização do acesso a ferramenta de gerenciamento de serviço e suporte da CONTRATADA.

25.3. Recebimento definitivo – efetuado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após período de observação de trinta dias consecutivos de operação estável, com aferição realizada de acordo com os critérios e indicadores estabelecidos na Cláusula 16 (Acordo de Nível de Serviço – SLA) e na Cláusula 25 (Critérios de Medição e Pagamento). Será lavrado termo circunstanciado comprovando a aderência a todos os SLAs de disponibilidade, desempenho e suporte.

25.4. O recebimento definitivo não exonera a Contratada da responsabilidade pelo desempenho perfeito dos serviços, inclusive pelo cumprimento contínuo dos níveis de serviço previstos no SLA, obrigando-a a corrigir vícios ou falhas a qualquer tempo.

25.5. Prazo de execução inicial – a Contratada deverá concluir o moving e o colocation em até três dias, evitando assim paralisações de serviço durante essa mudança. Os demais serviços (firewall ativo, licenças disponíveis, bucket configurado e NOC operante) deverão estar plenamente funcionais em, no máximo, vinte dias corridos. A prioridade de instalação seguirá os pontos

indicados pelo Fiscal, sob pena de aplicação das penalidades previstas na Cláusula 16 – SLA e na Cláusula 32 – Matriz de Risco, cumulativamente, quando cabível.

25.6. A Contratada fornecerá garantia integral de funcionamento durante toda a vigência contratual e garantia técnica de noventa dias sobre o serviço de moving.

25.7. A recusa injustificada em executar o objeto nos prazos estabelecidos constituirá descumprimento total da obrigação, sujeitando a Contratada às penalidades previstas.

25.8. O prazo para recebimento definitivo poderá ser prorrogado, de forma justificada, por igual período, caso sejam necessárias diligências adicionais para aferir o atendimento integral das exigências.

25.9. Serviços ou entregas em desacordo com o Termo de Referência, o edital ou a proposta serão rejeitados total ou parcialmente e deverão ser corrigidos, refeitos ou substituídos em até cinco dias corridos após notificação, sem ônus para a Administração.

25.10. Na hipótese de divergência quanto à dimensão, qualidade ou quantidade executada, aplica-se o art. 143 da Lei 14.133/2021: a Contratada emitirá nota fiscal apenas sobre a parcela incontroversa, permitindo a liquidação e o pagamento correspondentes.

25.11. O prazo destinado ao saneamento de inconsistências observadas pela Administração não será computado para fins de contagem do recebimento definitivo.

25.12. O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui responsabilidade civil pela segurança e solidez dos serviços nem afasta eventual responsabilidade ético-profissional da Contratada.

25.13. Verificada irregularidade fiscal, a Contratada será notificada por escrito para regularizar-se em cinco dias úteis, prorrogáveis uma única vez por igual período a critério da Contratante. Persistindo a inadimplência, serão adotadas as providências de comunicação aos órgãos de fiscalização, retenção de pagamentos e, se necessário, instauração de processo de rescisão contratual, assegurado o direito de defesa.

26. DO PAGAMENTO A CONTRATADA

26.1. O prazo para liquidação da despesa não poderá ultrapassar 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente.

26.2. Os pagamentos serão realizados em prazo não superior a 20 (vinte) dias úteis contados da data da liquidação da despesa, com verbas oriundas do Tesouro Municipal, mediante a apresentação de documentos hábeis para a cobrança e após a liberação da despesa pela Controladoria Geral do Município de Anápolis.

26.3. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP no 05, de 2017 e nos termos da Cláusula 16 – SLA e da Cláusula 25 – Critérios de Medição e Pagamento, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

26.3.1. Não produziu os resultados acordados;

26.3.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

26.3.3. Parágrafo único. As retenções e glosas aqui previstas serão aplicadas considerando, de forma vinculada, os resultados de medição obtidos conforme a Cláusula 16 (Acordo de Nível de Serviço – SLA) e a Cláusula 25 (Critérios de Medição e Pagamento), desde que as somas das penalidades apuradas no mês de exercício sejam limitadas ao valor máximo de 10% da parcela mensal. 26.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante.

26.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei no 14.133/2021.

26.6. Caso a Contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

26.7. A presente contratação não permite antecipação de pagamento, conforme art. 145 caput, da Lei no 14.133/2021.

26.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido pela Administração será atualizado financeiramente, de acordo com a variação do IGP-M/FGV, desde a data final do período de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, nos termos do inciso V do art. 92 da Lei 14.133/2021.

26.9. O pagamento será efetuado mensalmente, devidamente atestado pelo Fiscal do Contrato funcionário da Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação. O atesto ficará condicionado à comprovação, pela Contratada, de que todos os indicadores mínimos previstos no SLA e nos Critérios de Medição foram atendidos ou, em caso de descumprimento, de que foram aplicados os descontos e sanções cabíveis.

26.10. A Contratada deverá encaminhar Nota Fiscal do serviço prestado no mês para a Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação, respeitando o prazo mínimo de dez dias do mês subsequente.

26.11. A nota fiscal deverá descrever o serviço prestado no período correspondente.

26.12. Serão retidos na fonte os tributos e contribuições sobre os pagamentos efetuados utilizando-se as alíquotas previstas em lei e para o objeto do Contrato.

26.13. Deverão ser apresentados junto com a Nota Fiscal os seguintes documentos:

26.13.1. Certidão de Regularidade do FGTS;

26.13.2. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

26.13.3. Certidão Negativa quanto à Dívida Ativa do Estado;

26.13.4. Certidão Negativa quanto à Dívida Ativa do Município;

26.13.5. Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

26.14. Havendo devolução ou retificação de Nota Fiscal/fatura por incorreção e/ou rasuras, o prazo de pagamento contará a partir da data de reapresentação da(s) mesma(s).

26.15. O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, através de ordem bancária emitida em nome da Contratada, para crédito na conta corrente por ela indicada, contados após a data de entrega da Nota Fiscal, mediante aceite e atesto da prestação do serviço por parte do Fiscal do Contrato.

26.16. A Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada quando restar justificado.

26.17. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, pelo descumprimento das obrigações decorrentes da contratação, ou divergência e/ou irregularidade na documentação apresentada, sem que isso gere direito ao reajustamento do preço ou à atualização monetária.

26.18. A Contratante reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação da execução dos serviços, os mesmos não estiverem de acordo com a especificação apresentada e aceita.

27. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

27.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO pelo MENOR PREÇO GLOBAL, conforme inciso XLI, art. 6º da lei 14.133/2021 e art. 23, § 1º do Decreto nº. 48.980 DE 27 DE ABRIL DE 2023.

27.1.1 A contratação observará o disposto na Lei nº 14.133/2021, art. 29, adotando-se o pregão, por se tratar de objeto que possui padrões de desempenhos e qualidades que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

27.1.2 A não adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) para tecnologia justifica-se pela necessidade de soluções customizadas, evitando custos de manutenção em itens defasados. Complexidade da Gestão da Ata: A complexidade da infraestrutura de TI exige um contrato contínuo com SLA (Service Level Agreement) rígido, o qual é melhor gerido por meio de licitação tradicional (pregões eletrônicos com empreitada por preço global), assegurando a integridade da solução.

27.2. Na hipótese de apresentação de mais de uma proposta válida, aplicar-se-ão, no que couber, as regras de desempate previstas no art. 60 da Lei no 14.133/2021, observando-se a ordem de preferência legal e as condições estabelecidas no respectivo processo de contratação.

27.3. Critérios de Julgamento e Adjudicação

27.3.1 A contratação de serviços indicados como objeto deste TR será por MENOR PREÇO GLOBAL, em conformidade com o art. 22, incisos II da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022.

27.3.2. Justifica-se o critério de MENOR PREÇO GLOBAL, em licitações de tecnologia por motivos de a solução exigir que softwares, hardwares e serviços de instalação funcionem integrados, e a divisão em itens separados prejudicaria a compatibilidade técnica. Além de evitar conflitos de responsabilidade entre fornecedores diferentes, concentrando a garantia e a manutenção em uma única empresa, e garante que toda a infraestrutura de TI siga os mesmos padrões tecnológicos.

28. DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

28.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos, observadas as exigências da Lei no 14.133/2021 e vinculadas às obrigações de desempenho, SLA e fiscalização previstas neste Termo de Referência.

28.1.1. Habilitação Jurídica Conforme art. 66 da Lei no 14.133/2021:

28.1.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

28.1.1.2. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

28.1.1.3. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento;

28.1.1.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

28.1.1.5. Filial, sucursal ou agência: inscrição do ato constitutivo no registro competente, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

28.1.1.6. Todos os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou consolidação respectiva.

28.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

28.2.1. Prova de inscrição no CNPJ;

28.2.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, compatível com o objeto;

28.2.3. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, Estadual e Municipal;

28.2.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao FGTS;

28.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

28.2.6. Declaração de que não utiliza mão de obra em desacordo com o art. 7º, XXXIII, da CF;

28.2.7. Declaração de cumprimento das exigências relativas à reserva de cargos para PCDs e reabilitados da Previdência Social;

28.2.8. Todas as declarações e comprovações deverão estar em plena validade na data de assinatura do contrato e permanecer válidas durante toda a vigência contratual, sob pena de aplicação imediata das sanções previstas na cláusula de penalidades.

28.3. Habilitação Técnica

28.3.1. Comprovação de capacidade técnico-operacional para execução das parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto, nos termos do art. 67, inciso I e §1º, da Lei nº 14.133/2021, por meio de atestados emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, demonstrando o fornecimento dos serviços abaixo identificados, em valor igual ou superior a 15% (quinze por cento) do valor anual estimado de cada parcela correspondente. Para fins do disposto neste item, são consideradas parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto as seguintes: (i) Serviço de Hospedagem em Data Center certificado (Colocation) — parcela de maior criticidade técnica e operacional, responsável pela guarda física de todos os ativos de TI da Contratante, com valor estimado de R\$ 307.821,84 anuais, representando a principal parcela isolada do contrato; (ii) Conectividade LAN-to-LAN redundante — parcela essencial para a continuidade das operações municipais, com valor estimado de R\$ 220.688,76 anuais. Os atestados deverão comprovar expressamente que o desempenho alcançou, no mínimo, os níveis de disponibilidade e prazos de resposta e solução equivalentes aos definidos no SLA deste Termo de Referência. JUSTIFICATIVA: A exigência de 15% do valor anual das parcelas de maior relevância é adequada à comprovação de capacidade técnica sem restringir indevidamente a competitividade do certame, observando-se os limites e proporcionalidade previstos no art. 67 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 11, §5º, III, do Decreto Municipal nº 48.980/2023, que estabelece o teto máximo de 50% do valor estimado.

28.3.2. Os atestados deverão conter:

- a) identificação da contratante e contratada;
- b) descrição detalhada dos serviços;
- c) período e local de execução;
- d) assinatura do responsável legal;

28.3.3. Atestados poderão ser apresentados em nome da matriz ou filial;

28.3.4. Quando solicitado, deverá ser apresentada cópia do contrato que deu suporte ao atestado e respectivas notas fiscais;

28.3.5. Declaração de conhecimento de todas as condições de trabalho e dos critérios de medição e pagamento estabelecidos neste Termo;

28.3.6. Declaração de visita técnica ou renúncia, conforme modelos anexos;

28.3.7. Declaração de que a proposta contempla a integralidade dos custos necessários ao cumprimento das obrigações trabalhistas e contratuais.

28.4. Qualificação Econômico-Financeira

28.4.1 Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e demais

demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

28.4.1.1 As demonstrações contábeis deverão estar devidamente registradas nos órgãos competentes, quando exigível, e assinadas por profissional legalmente habilitado e pelo representante legal da empresa;

28.4.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, emitida há no máximo 90 dias;

28.4.3. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) superiores a 1 (um), conforme fórmulas previstas na Lei nº 14.133/2021;

28.4.4. Caso algum índice seja ≤ 1 , deverá apresentar capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado da contratação;

28.4.5. Empresas constituídas no exercício da licitação deverão apresentar balanço de abertura;

28.4.6. Para empresas com menos de 2 anos, balanço patrimonial limitado ao último exercício;

28.4.7. Declaração assinada por profissional habilitado da área contábil atestando atendimento aos índices;

28.4.8. Certidão negativa de insolvência civil (quando aplicável);

28.4.8. JUSTIFICATIVA DAS EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

28.4.8.1. A exigência de comprovação de qualificação econômico-financeira fundamenta-se no art. 69 da Lei nº 14.133/2021 e justifica-se pela natureza, complexidade e risco da contratação, conforme exposto a seguir.

28.4.8.2. Natureza e risco da contratação: Trata-se de contrato de prestação de serviços contínuos pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, com valor estimado de R\$ 3.173.878,08 (três milhões, cento e setenta e três mil, oitocentos e setenta e oito reais e oito centavos). A contratada será responsável pela guarda, segurança e disponibilidade dos ativos de TI da Prefeitura Municipal de Anápolis, incluindo os sistemas que suportam serviços públicos essenciais de saúde, educação, arrecadação e atendimento ao cidadão. A eventual insolência ou incapacidade financeira da contratada durante a vigência do contrato implicaria risco crítico de interrupção dos serviços públicos municipais, com dano direto à população, tornando imprescindível a verificação prévia da solidez financeira do licitante.

28.4.8.3. Justificativa dos índices de liquidez (LG, SG e LC > 1): A exigência de índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente superiores a 1,0 fundamenta-se na necessidade de garantir que o licitante possua capacidade de honrar suas obrigações de curto e longo prazo simultaneamente à prestação dos serviços contratados. Empresas com índices inferiores a 1,0 apresentam passivos superiores aos ativos, configurando situação de desequilíbrio financeiro que comprometeria a continuidade da prestação de serviços críticos ao longo de 24 meses. Trata-se de exigência proporcionalmente justificada em razão do risco de dano ao erário e à continuidade dos serviços públicos, em linha com a jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União (Acórdãos nº 2.465/2007, 3.337/2012 e 1.214/2013 — Plenário).

28.4.8.4. Justificativa do capital ou patrimônio líquido mínimo de 10%: Na hipótese de qualquer dos índices de liquidez ser igual ou inferior a 1,0, exige-se a comprovação de capital social ou patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% do valor estimado da contratação (aproximadamente R\$ 317.387,81). Esse percentual é o mínimo necessário para demonstrar que

o licitante dispõe de recursos próprios suficientes para suportar o início da prestação dos serviços, em especial o custeio da migração e setup inicial, antes do primeiro ciclo de pagamento. O percentual de 10% respeita o limite máximo previsto no art. 69, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 (que autoriza até 10% do valor estimado do contrato) e é proporcionalmente adequado à envergadura e ao risco da contratação, sem restringir indevidamente a competição.

29. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD) – LEI Nº 13.709/2018

29.1. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, mantendo-se sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

29.2. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da LGPD e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pela CONTRATANTE e aos quais tiver acesso em decorrência da execução do objeto.

29.3. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar à Prefeitura de Anápolis, em até 2 (dois) dias do conhecimento, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

29.4. A CONTRATADA cooperará com a CONTRATANTE no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas demais Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

29.5. Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido no contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD. A CONTRATADA assume integral responsabilidade civil e criminal por danos diretos ou indiretos, materiais ou imateriais, decorrentes de sua ação ou omissão, inclusive por incidentes de segurança da informação, indisponibilidade ou perda de dados da CONTRATANTE.

29.6. Propriedade e controle dos dados: todos os dados, metadados, logs e backups tratados no âmbito deste contrato são de propriedade exclusiva da Prefeitura Municipal de Anápolis, sendo vedada à CONTRATADA qualquer retenção, uso distinto do objeto ou limitação de acesso.

30. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

30.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

30.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

30.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

30.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

30.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

30.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

30.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

30.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

30.1.9. fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

30.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

30.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

30.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5o da Lei no 12.846, de 1o de agosto de 2013.

30.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

30.2.1. Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2o, da Lei 14.133/2021);

30.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do §4o, da Lei 14.133/2021;

30.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5o, da Lei 14.133/2021);

30.2.4. Multa:

30.3. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

30.4. Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial.

30.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE (art. 156, §9o, da Lei 14.133/2021).

30.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7o, da Lei 14.133/2021).

30.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei 14.133/2021).

31. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

31.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

31.2. A contratação ocorrerá à conta da seguinte dotação orçamentária: UO: 0246 - S. M. de Governo; Funcional programática: 04.126.0415.2054; Fonte de recurso: 0100

31.3. Declaração do ordenador da despesa de que o gasto tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

32. DA MATRIZ DE RISCO

32.1. A presente contratação adota a alocação objetiva de riscos, conforme art. 103 da Lei 14.133/2021, para mitigar incertezas, prevenir desequilíbrios contratuais e assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais. Em caso de conflito ou divergência entre os percentuais, prazos, parâmetros técnicos ou penalidades previstas nesta Matriz de Risco e aqueles definidos no Acordo de Nível de Serviço (Cláusula 16), prevalecerão os parâmetros estabelecidos no SLA.

Risco identificado	Parte responsável	Medidas preventivas	Tratamento da ocorrência	Cláusula recomendada
Interrupção de serviços críticos hospedados no data center (saúde, educação, arrecadação, SEI)	Contratada	Data center Tier III com energia e climatização N+1, link LAN-to-LAN, monitoramento 24 x 7, plano de contingência homologado	Substituição imediata de componentes, desconto de 1 % do valor mensal por hora de downtime; paralisação > 8 h consecutivas gera multa de 10 %	Penalidade automática por interrupção não justificada e possibilidade de rescisão por falha grave
Atraso na migração (moving) ou em expansões futuras	Contratada	Cronograma validado pela fiscalização, vistoria prévia e check-list de pronto-atendimento	Multa de 0,5 % do valor mensal por dia de atraso, limitada a 10 % do contrato; após 20 dias de atraso, rescisão por inexecução	Cláusula de multa progressiva por atraso
Falha de segurança cibernética (ransomware, vazamento de dados)	Contratada	Firewall NGFW em HA, IDS/IPS, backup diário, criptografia AES-256, autenticação MFA	Responsabilidade integral por danos; obrigação de notificar em até 2 h e de restaurar serviços em até 24 h; rescisão e indenização por infração grave	Cláusula de sigilo, confidencialidade e penalidades específicas

Inadimplência de encargos trabalhistas, fiscais ou previdenciários	Contratada	Entrega mensal de certidões negativas; bloqueio automático de fatura na ausência de comprovação	Suspensão de pagamentos até regularização; possibilidade de rescisão após 30 dias de inadimplência	Cláusula de responsabilidade exclusiva da Contratada, art. 121 da Lei 14.133/2021
Descumprimento de SLA (colocation, link, firewall, storage ou suporte)	Contratada	NOC pró-ativo, painéis de SLA compartilhados, Books mensais e relatórios de serviço.	Glosa proporcional ao percentual de serviço não disponível; reincidência em três meses consecutivos acarreta multa adicional de 5 %	Cláusula de glosa automática e redução de pagamento
Falhas de conectividade ao acesso remoto	Contratante	Manter eventuais subcontratos e pagamentos de licenciamento em dia, verificar que SLAs seguem padrões de qualidade pré-acordados	Em caso de falha no licenciamento, aplicar SLAs de tratativa conforme criticidade estabelecida no item 16.3.	Cláusula de SLAs de criticidade em atendimentos por falhas em licenças RDS
Falha de backup ou impossibilidade de restauração dos dados	Contratada	Licenças Veeam válidas, políticas de retenção testadas mensalmente, relatórios de restauração	Correção com SLAs conforme criticidade acordada em item 16.3; perda de dados gera multa de 10% e possibilidade de rescisão	Cláusula de garantia de integridade e restauração de dados

Reajuste de preços e variação cambial sobre licenças de software	Contratante	Índice de reajuste: IST (Anatel) aplicado anualmente; cláusula de reequilíbrio econômico-financeiro	Reajuste aplicado na data base sem efeitos retroativos; solicitação de reequilíbrio instruída com planilhas de custo	Cláusula econômica de reequilíbrio contratual
--	-------------	---	--	---

33. INDEXADOR DE REAJUSTE

33.1. Conforme art. 24 da IN SGD/ME nº 94/2022, nas contratações de serviços de Tecnologia da Informação em que haja previsão de reajuste de preços por aplicação de índice de correção monetária é obrigatória a adoção do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.

33.2. O reajuste será aplicado anualmente, observando-se o interregno mínimo de 12 (doze) meses a partir da data do orçamento estimado que instruiu o processo licitatório, nos termos do art. 92, §3º, da Lei nº 14.133/2021, vedada a fixação de data-base vinculada à apresentação da proposta.

33.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

35. DA PUBLICAÇÃO

35.1. A eficácia do contrato está condicionada à sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em até 10 (dez) dias úteis, conforme art. 94, II da Lei nº 14.133/2021.

ANEXO I - A

DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA REALIZADA

Nome da Empresa:

Responsável pela visita Empresa:.....

CPF:.....Telefone:.....

Endereço:.....

.....

E-mail:.....

Declaramos para os devidos fins que participamos da visita técnica guiada no dia/...../..... e vistoriamos as condições e locais de

funcionamento das unidades ligadas a Prefeitura Municipal de Anápolis, bem como coletamos as informações de todos os dados e

elementos necessários para a perfeita elaboração da proposta, anotando todas as características, condições especiais e dificuldades que

porventura possam existir na realização dos serviços, admitindo, conseqüentemente, como certo, o prévio e total conhecimento da

situação/estado dos ambientes.

Desta forma, não poderá ser alegado, posteriormente, o desconhecimento de fatos evidentes, à época da vistoria, para solicitar qualquer

alteração do valor do contrato celebrado, caso a empresa seja declarada vencedora.

Local e Data

.....

Assinatura Empresa

.....

Assinatura representante da Prefeitura de Anápolis

ANEXO II - A

TERMO DE COMPROMISSO

Eu, _____, na qualidade de representante legal da empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, DECLARO estar ciente das normas de segurança da informação vigentes no Município de Anápolis e COMPROMETO-ME, em nome da empresa que represento, ao cumprimento integral das políticas de segurança, manutenção de sigilo das informações acessadas e observância às diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei nº 13.709/2018).

ASSUMO a responsabilidade pela disseminação dessas diretrizes a todos os colaboradores envolvidos na execução contratual e pelo cumprimento das seguintes obrigações:

Implementar controles de segurança adequados conforme ISO 27001

Manter registros de auditoria por período mínimo de 5 anos

Garantir segregação lógica dos dados da CONTRATANTE

Notificar incidentes de segurança em até 24 horas

Permitir auditorias da CONTRATANTE ou terceiros por ela designados

Local e Data: _____

Assinatura: _____

Nome: _____

Cargo: _____

ANEXO II - B

TERMO DE CIÊNCIA

Eu, _____, portador do CPF nº _____, funcionário da empresa _____, DECLARO ter ciência das normas de segurança da informação e das políticas de confidencialidade vigentes no Município de Anápolis.

COMPROMETO-ME ao sigilo absoluto sobre as informações acessadas durante a execução dos serviços contratados, incluindo:

Dados pessoais e sensíveis dos cidadãos

Informações estratégicas e operacionais do Município

Dados técnicos da infraestrutura de TI

Qualquer informação não pública acessada

ESTOU CIENTE das sanções administrativas, civis e penais aplicáveis em caso de descumprimento das presentes disposições, bem

como das diretrizes estabelecidas pela Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

Local e Data: _____

Assinatura: _____

Nome: _____

Cargo/Função: _____



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Fiche Martins, Servidor Municipal**, em 10/06/2026, às 10:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Tarcila Da Silva Batista, Gerente**, em 10/06/2026, às 10:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANO BARBOSA DOS SANTOS, Diretor(a)**, em 10/06/2026, às 11:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.anapolis.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2483376** e o código CRC **7D54B720**.

SECRETARIA DE GOVERNO

Estudo Técnico Preliminar - ETP Nº 5/2026 - SEGOV/DITM/GECON

Em 19 de maio de 2026.

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, INCLUINDO O SERVIÇO DE HOSPEDAGEM (DATA CENTER), LINK LAN-TO-LAN, FIREWALL COMO SERVIÇO, LICENCIAMENTOS E APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO PARA ATENDER À PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS.

1- INFORMAÇÕES BÁSICAS (art. 3º, I, c/c Art. 5º, I, Decreto nº. 48.980/2023)

1.1 Principal responsável por sua elaboração: Adriano Barbosa dos Santos

1.2 Categoria do objeto: Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica

1.3 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 3º, II, Decreto nº. 48.980/2023) (art. 18, § 1º, I, Lei nº 14.133/2021)

1.4 Considerando a criticidade dos serviços públicos mantidos pela infraestrutura de Tecnologia da Informação (TI) da Prefeitura Municipal de Anápolis, torna-se imprescindível a contratação de empresa especializada para prestação de serviços integrados de hospedagem, incluindo moving de equipamentos TIC, colocation e setup em data center certificado, com serviços de monitoramento de segurança (24 horas por dia, 7 dias por semana) e fornecimento de licenciamentos necessários.

1.5 A Prefeitura de Anápolis não dispõe de infraestrutura física e tecnológica compatível com os requisitos mínimos exigidos para a operação de um Data Center de missão crítica, tais como redundância elétrica com sistemas de UPS e geradores, controle térmico especializado, ambiente com climatização redundante, conectividade estruturada, controle rigoroso de acesso e mecanismos avançados de segurança da informação.

1.6 A contratação justifica-se em razão do encerramento, em 18/09/2026, do Contrato Emergencial nº 155/2025, vinculado ao Processo SEI nº 01123.00006022/2025-99, aliado à identificação de riscos críticos na infraestrutura de Tecnologia da Informação, tais como:

1.7 Ausência de infraestrutura adequada para manter os ativos de TI em operação segura e contínua;

1.8 Vulnerabilidade a falhas elétricas, incêndios e problemas de climatização, evidenciados por incidentes anteriores recentes, como:

1.9 Um incidente de incêndio ocorrido em 2024 na sala de servidores, que colocou em risco a integridade dos equipamentos e dados;

1.10 Falhas recorrentes nos sistemas de climatização, com episódios de panes nos aparelhos de ar condicionado, comprometendo o controle de temperatura e aumentando o risco de superaquecimento;

1.11 Falta de geradores, e no-breaks sem manutenção desde 2020, e que hoje sustentam apenas 5 minutos. A falta de energia, além de aumentar o risco de danificar os equipamentos, faz com que a rede fique desconfigurada após o reinício dos mesmos, causando paralisação em diversos serviços críticos;

1.12 Falta de monitoramento especializado 24x7x365, o que expõe a administração a ameaças cibernéticas e falhas críticas fora do horário administrativo.

1.13 Ressalta-se que, tanto a recolocação dos servidores, a instalação de firewall e os serviços de acesso e manutenção dessa rede são imprescindíveis para amenizar o risco iminente de interrupção de serviços essenciais, como sistemas de saúde, educação, arrecadação e atendimento ao cidadão, caso não ocorra a imediata realocação dos equipamentos para ambiente adequado;

2 – DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (art. 9º, Decreto 48.980/2023) (art. 18, §1º, II, Lei nº 14.133/2021).

2.1 Embora a elaboração do Plano de Contratações Anual (PCA) esteja prevista na Lei nº 14.133/2021 como instrumento obrigatório de planejamento das contratações públicas, informa-se que, até o presente momento, o Município de Anápolis ainda não instituiu, de forma definitiva, a implementação do PCA em sua estrutura administrativa.

2.2 Ressalta-se, contudo, que a demanda está alinhada ao interesse público e à necessidade administrativa identificada pelos órgãos municipais, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e continuidade dos serviços públicos, que orientam o planejamento das contratações.

3 – DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 3º, IV, Decreto nº. 48.980/2023) (art. 18, §1º, III, Lei nº 14.133/2021.)

Requisitos da Solução

3.1 Trata-se de licitação para contratação de empresa especializada na prestação de serviços integrados de infraestrutura de Tecnologia da Informação, pelo período de 24 (meses), segundo as condições e exigências estabelecidas neste instrumento, dos seguintes serviços integrados da TI:

a) Serviço de hospedagem de ativos tecnológicos em Data Center certificado Tier III (ou equivalente), emitido por entidade reconhecida internacionalmente, com certificado válido e disponibilidade mínima de 99,982%, incluindo obrigatoriamente:

- Moving: migração física dos equipamentos de TIC, com desmontagem, transporte seguro, instalação e validação funcional no novo ambiente;
- Colocation: alocação física dos equipamentos em racks dedicados, incluindo as mídias de backup (fitas LTO), com energia redundante, climatização adequada, acesso controlado e suporte à operação contínua;
- Setup: preparação e configuração completa do ambiente para entrada em produção, com ajustes de rede, integração de serviços e aplicação de políticas de segurança.

b) Conectividade LAN-to-LAN dedicada e redundante, com largura de banda mínima de 5 Gbps, operando em rotas fisicamente independentes, transporte transparente de VLANs, baixa latência, largura de banda simétrica e operação em modo full-duplex.

c) Firewall como Serviço (FWaaS), em regime gerenciado, com gestão, monitoramento e resposta a incidentes 24 horas por dia, 7 dias por semana, contemplando filtragem por aplicação, VPN (Site-to-Site e Client), IDS/IPS, inspeção SSL/TLS, proteção contra ataques DDoS, atualizações automáticas, painel seguro para acompanhamento e armazenamento imutável de logs por 24 meses, sujeito a SLA com penalidades contratuais.

d) Serviço de armazenamento em nuvem do tipo objeto (Object Storage), com capacidade de 150 TB, protocolos de segurança de acesso devidamente documentados e informados à CONTRATANTE e acesso via protocolo compatível com S3.

e) 150 licenças Veeam Backup ou equivalente para ambientes físicos e virtuais, garantindo compatibilidade e continuidade operacional, ou, caso substituída a solução, com assunção integral pela CONTRATADA de todos os custos e responsabilidades de migração e integração.

f) 100 licenças de Remote Desktop Services (RDS), original, com suporte técnico nacional, direito a atualizações, autenticação multifator, criptografia de ponta a ponta e integração com Active Directory, assegurando acesso remoto seguro aos sistemas corporativos.

g) Banco de horas técnicas equivalente a 960 (novecentas e sessenta) horas globais por ano, totalizando 1920 (um mil, novecentos e vinte) horas para 24 meses, distribuídas entre suporte técnico e consultoria especializada, prestadas por especialistas em redes, segurança cibernética, firewall e outros tópicos de monitoramento, operação, diagnóstico e execução de projetos, com formalização via Ordens de Serviço e entrega de relatórios consolidados, conforme procedimentos detalhados no item 14.7.3 deste ETP.

g.1) Horas de Suporte Técnico: reserva de 480 horas anuais, totalizando 960 (novecentas e sessenta) horas para 24 meses, destinadas ao atendimento de chamados técnicos operacionais, incluindo diagnóstico, resolução de incidentes, configurações e atividades de manutenção corretiva e preventiva relacionadas à infraestrutura de rede e segurança.

g.2) Horas de Consultoria Especializada: reserva de 480 horas anuais, totalizando 960 (novecentas e

sessenta) horas para 24 meses, destinadas à prestação de serviços consultivos por especialistas em redes, segurança cibernética, firewall e monitoramento, abrangendo análise de ambientes, elaboração de projetos, recomendações estratégicas e acompanhamento de implantações.

3.2. Todos os serviços deverão atender aos níveis mínimos de serviço (SLAs) definidos neste ETP, sendo de inteira responsabilidade da contratada garantir a execução integral das atividades, com aplicação de penalidades proporcionais em caso de descumprimento, de forma a assegurar:

I – A continuidade dos serviços públicos digitais;

II – A integridade e disponibilidade dos dados institucionais;

III – A segurança da informação no âmbito da Administração Pública Municipal;

3.3. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, consoante à classificação do serviço com respaldo na Lei Nº 14.133/2021, artigo 6º, INCISO XIII, por ser aquele cujo “objeto da contratação” estabelece padrão de desempenho e qualidade usuais no mercado, sendo possível enumerar as funcionalidades mínimas para que seja delimitado o objeto do TR, devendo-se aperfeiçoar, o processo licitatório, na modalidade pregão, para sua contratação.

3.4. As prestações de serviços objeto desta contratação enquadram-se na categoria de "serviços e fornecimentos contínuos", conforme respaldo da Lei Nº 14.133/2021, artigo 6º, INCISO XV. A interrupção desses serviços acarretaria na impossibilidade de fornecer serviços públicos à sociedade. Essa interrupção também resultaria na paralisação de todas as atividades administrativas, podendo comprometer gravemente a integridade da base de dados dos sistemas municipais, incluindo, mas não se limitando, ao portal institucional da Prefeitura, sistema de saúde, plataforma de atendimento ao cidadão, sistemas da rede municipal de educação, sistema de documentação digital (SEI) e sistema financeiro (SIM), entre outros indispensáveis à operacionalização da administração municipal.

3.5. Atesta-se o atendimento ao disposto no art. 10, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 48.980/2023 e no art. 19, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, adotando-se, na ausência de catálogo eletrônico municipal, os Catálogos CATMAT e CATSER do SIASG para a especificação dos itens da contratação.

Sustentabilidade

3.6. A execução do objeto contratual deverá atender a critérios de sustentabilidade ambiental, compreendendo, no mínimo:

3.7. Utilização de tecnologias de alta eficiência energética, priorizando equipamentos certificados para baixo consumo, bem como a adoção de práticas de gestão eficiente de energia.

3.8. Priorização de fornecedores que empreguem materiais recicláveis e/ou sustentáveis na fabricação de equipamentos e componentes.

3.9. Estabelecimento de processos para devolução, reaproveitamento, reciclagem ou descarte ambientalmente adequado de equipamentos eletrônicos e seus componentes ao final de sua vida útil, prevenindo o descarte irregular.

3.10. Garantia de que todos os resíduos eletrônicos e materiais utilizados sejam encaminhados para reciclagem ou tratamento adequado, em conformidade com a legislação ambiental vigente e normas técnicas aplicáveis.

3.11. Incentivo a práticas sustentáveis na cadeia de fornecedores, promovendo responsabilidade ambiental em toda a cadeia de valor, com cláusulas contratuais que estimulem a conformidade ambiental.

3.12. Manutenção de certificações reconhecidas (Tier III de Operação, Lead Gold, ISO 27001) por órgãos ou entidades competentes, quando aplicável.

3.13. Implementação de auditorias periódicas para verificação do cumprimento das medidas ambientais estabelecidas, com apresentação de relatórios à CONTRATANTE, quando solicitado.

3.14. Promoção de treinamentos e ações de conscientização junto aos colaboradores sobre práticas sustentáveis e uso responsável de recursos.

3.15. Prazo de implantação: A CONTRATADA deverá concluir a implantação integral dos serviços, incluindo migração, configuração, testes e entrega operacional, no prazo máximo de 3 (três) dias corridos após a retirada física dos equipamentos da Prefeitura, preferencialmente aos finais de semana e/ou fora do horário comercial, de forma a minimizar ou evitar a interrupção dos serviços essenciais da CONTRATANTE. O descumprimento deste prazo sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas no

item 3.33.7 e na legislação aplicável, sem prejuízo da rescisão contratual.

Indicação de marcas ou modelos

3.16. Não serão indicadas marcas ou modelos para esta Contratação.

Subcontratação

3.17. Admite-se a subcontratação parcial de parcelas do objeto contratual, desde que previamente autorizada pela CONTRATANTE, mediante solicitação formal da CONTRATADA, acompanhada da comprovação da qualificação técnica, regularidade jurídica e fiscal da empresa subcontratada.

3.17.1. Fica vedada a subcontratação do item 3.1, alínea “a” — Serviço de hospedagem de ativos tecnológicos em Data Center (Data Center e fitas LTO).

3.17.2. A vedação fundamenta-se na natureza crítica do serviço, notadamente quanto à segurança da informação, à continuidade operacional e à adequada responsabilização contratual. Considerando que a hospedagem envolve o tratamento e o armazenamento de dados sensíveis da Administração, exige-se que a execução seja realizada diretamente pela CONTRATADA, assegurando-se a centralização da responsabilidade pelos níveis de serviço (SLA), inclusive no que se refere à segurança física e lógica do ambiente.

3.17.3. A eventual subcontratação desse serviço poderia introduzir camadas adicionais de intermediação, dificultando a fiscalização contratual, a rastreabilidade de incidentes e a atribuição de responsabilidades, além de potencialmente comprometer requisitos mínimos de desempenho, tais como disponibilidade (uptime), latência e integridade dos dados.

3.17.4. A execução direta pela CONTRATADA assegura maior controle sobre a infraestrutura empregada, garantindo aderência aos requisitos técnicos, operacionais e de segurança definidos neste ETP, bem como a continuidade e a confiabilidade dos serviços prestados.

3.18. Em qualquer hipótese, a CONTRATADA permanecerá como única responsável perante a CONTRATANTE pelo cumprimento integral do contrato, respondendo solidariamente por eventuais falhas, vícios, atrasos, danos ou prejuízos decorrentes da atuação de subcontratada.

3.19. A subcontratação não exime a CONTRATADA do cumprimento dos níveis de serviço (SLA) estabelecidos, nem das demais obrigações técnicas, administrativas, legais e de confidencialidade previstas neste instrumento.

3.20. É vedada a subcontratação integral do objeto ou a cessão total do contrato, admitindo-se apenas a subcontratação de parcelas específicas e previamente autorizadas.

3.21. É vedada a subcontratação de empresa declarada inidônea, suspensa ou impedida de contratar com a Administração Pública, nos termos da legislação vigente.

Garantia da contratação

3.22 SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL E CIBERNÉTICA

3.22.1. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a vigência do contrato, seguro de responsabilidade civil e cibernética, com cobertura suficiente para ressarcir a CONTRATANTE por eventuais danos decorrentes da prestação dos serviços, incluindo, mas não se limitando a:

I – Acesso físico não autorizado às instalações de colocation que resulte em violação, dano ou perda de dados e equipamentos;

II – Incêndio, explosão, curto-circuito, sobrecarga elétrica ou qualquer outro sinistro que cause dano ou perda aos equipamentos da CONTRATANTE;

III – Falha no fornecimento ou na retomada de energia que ocasione dano, perda ou inutilização de equipamentos;

IV – Falhas de segurança lógica ou cibernética diretamente relacionadas ao serviço de firewall fornecido,

que resultem em indisponibilidade, acesso indevido, alteração ou perda de informações críticas. Ficam excluídos os riscos decorrentes de elementos sob responsabilidade da CONTRATANTE, tais como antivírus, atualizações de sistemas operacionais, políticas de uso de estações de trabalho, ou demais camadas de segurança fora do escopo contratual.

3.23. A CONTRATADA será integralmente responsável pela reparação dos danos diretos sofridos pela CONTRATANTE.

3.24. Não haverá exigência de garantia da contratação, nos termos do art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, por tratar-se de serviço em que não há complexidade operacional. O disposto neste item não afasta a obrigação da CONTRATADA de manter os seguros previstos no item 3.22, que não se confundem com a garantia contratual referida no art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

Participação de Consórcios

3.25. A participação de consórcios não será admitida, uma vez que o objeto do presente ETP é amplamente comercializado por diversas empresas do mercado, de forma individual. A permissão para formação de consórcios poderia reduzir a competitividade e frustrar o caráter competitivo da licitação, cujo critério de julgamento será o menor preço global.

3.25.1. A disponibilização dos serviços mencionados por meio de consórcios ou cooperativas não é uma prática comum no mercado de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC), especialmente para os itens de alta complexidade técnica mencionados no escopo deste ETP. A prática predominante na indústria é a prestação de serviços por empresas altamente especializadas, que realizam significativos investimentos financeiros na construção de ambientes especializados, conhecidos como Colocation Centre, seguindo elevados padrões técnicos de qualidade adotados em todo o mundo.

3.25.2. Ademais, ao proibir o uso de consórcios ou cooperativas, o contrato visa evitar a fragmentação na gestão e responsabilidade, que podem surgir quando várias entidades ou empresas trabalham em conjunto. Considerando a alta complexidade do projeto de implantação e gestão da estrutura de prestação de serviços, essa fragmentação pode dificultar o controle, a coordenação e a responsabilização, resultando em atrasos, conflitos e possíveis problemas na entrega dos serviços conforme especificado.

Execução do serviço

3.26. Todos os materiais, insumos, equipamentos e serviços fornecidos deverão atender aos padrões técnicos e operacionais estabelecidos neste ETP e em seus anexos, sendo obrigatoriamente de primeira linha, com padrão de qualidade compatível com a finalidade contratada e em conformidade com as normas técnicas da ABNT e demais regulamentações aplicáveis, incluindo, quando couber, aquelas emitidas por órgãos, agências ou entidades congêneres de fiscalização e padronização. Conforme o item 14. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS deste ETP.

3.27 A prestação dos serviços será contínua, com faturamento e pagamento em periodicidade mensal, observado o cronograma e as condições previstas neste ETP.

3.28. A execução dos serviços será demandada pela CONTRATANTE mediante Ordem de Serviço, enviada à CONTRATADA por e-mail institucional ou outro meio eletrônico previamente definido entre as partes, devendo ser atendida nos prazos e condições estabelecidos.

3.29. A CONTRATADA executará os serviços no prazo, escopo e padrões de qualidade estipulados na OS. Ao final, deverá apresentar Relatório Técnico contendo a descrição minuciosa das atividades realizadas, evidências comprobatórias de execução (tais como prints, registros de log, configurações ou equivalentes) e, quando aplicável, recomendações técnicas:

- a) Concluída a execução, a CONTRATANTE deverá emitir o aceite formal da OS, atestando a conformidade da entrega;
- b) De posse do aceite, a CONTRATADA estará autorizada a proceder com o faturamento das horas correspondentes;
- c) A CONTRATANTE deverá efetuar o pagamento das horas faturadas, observada a conformidade com a OS e o aceite emitido.

3.30. O controle das horas consumidas será realizado mediante planilha de acompanhamento, a ser atualizada mensalmente pela CONTRATADA e validada pela fiscalização da CONTRATANTE, devendo o saldo remanescente estar permanentemente disponível para consulta.

3.31. Esgotado o quantitativo de 1920 horas para 24 meses, eventual necessidade de ampliação dependerá da celebração de termo aditivo contratual, observada a legislação aplicável.

3.32. A utilização das horas deverá ser previamente solicitada pela CONTRATANTE e executada conforme cronograma previamente acordado entre as partes.

Dos Níveis De Serviço (Slas), Prazos e Classificação das Ocorrências

3.33.1. Disposições Gerais

3.33.1.1. O presente Acordo de Nível de Serviço (SLA) tem por objetivo estabelecer, nos termos do art. 6º, inciso XX, e do art. 115 da Lei nº 14.133/2021, os padrões mínimos de desempenho, disponibilidade, tempos de resposta e solução, bem como as penalidades aplicáveis à CONTRATADA, visando garantir a continuidade e a qualidade dos serviços objeto deste contrato, em conformidade com as boas práticas de Tecnologia da Informação aplicáveis à Administração Pública.

3.33.1.2. Os serviços abrangidos incluem, mas não se limitam a: Colocation/Data Center, Conectividade LAN-to-LAN, Firewall/IDS/IPS, Armazenamento em Nuvem, Backup, Horas de Especialista, Migração de Equipamentos, Licenciamento de Softwares e Ferramentas de Segurança.

3.33.1.3. Este SLA integra o presente ETP e deve ser observado durante toda a vigência contratual.

3.33.1.4. O descumprimento dos níveis de serviço acarretará aplicação de penalidades específicas e/ou gerais, sem prejuízo da rescisão contratual e da reparação por perdas e danos, podendo tais penalidades ser aplicadas de forma cumulativa e proporcional ao período e extensão do descumprimento.

3.33.2. Classificação de Criticidade

3.33.2.1. Os incidentes serão classificados conforme impacto e urgência, observando os seguintes níveis:

Nível	Descrição	Exemplos
Crítico	Indisponibilidade total ou degradação severa que afete serviços essenciais da CONTRATANTE, sem alternativa operacional viável.	Queda total do Link LAN-to-LAN; Falha elétrica geral no Colocation; Interrupção de backups críticos em execução; inacessibilidade relacionada ao firewall.
Alto	Falha que afete significativamente um serviço relevante, mas com alternativa temporária disponível.	Interrupção de um dos links redundantes; indisponibilidade de sala técnica; degradação de performance em storage.
Médio	Ocorrência que afete funcionalidades não essenciais ou parte restrita do serviço, sem comprometer a operação principal.	Lenta no acesso a backups; falha em um rack específico sem impacto geral; atraso em replicação não crítica.
Baixo	Solicitações de alteração, configuração ou atendimento sem impacto imediato na operação.	Troca de patch cord; atualização de documentação; ajustes cosméticos de configuração.

3.33.2.2. Consideram-se serviços essenciais aqueles cuja interrupção comprometa atividades públicas fundamentais ou cause prejuízo direto à população, abrangendo, entre outros, os serviços de saúde, educação, segurança pública, defesa civil, assistência social, administração financeira e arrecadação, infraestrutura e saneamento básico, bem como os sistemas de tecnologia da informação e comunicação que suportem tais serviços.

3.33.2.3. Para cada nível de criticidade, aplicam-se também os seguintes exemplos específicos:

- Colocation/Data Center – Crítico: Falha total de energia sem redundância.

- LAN-to-LAN – Alto: Perda de um dos enlaces redundantes com impacto de performance.
- Backup – Médio: Atraso em backup não crítico.
- Horas de Especialista – Baixo: Reagendamento de atividade previamente programada.

3.33.3. Prazos de Resposta e Solução

Os prazos máximos para resposta e solução contam-se a partir do registro oficial no sistema de chamados da CONTRATANTE, por e-mail institucional ou outro meio formal por ela designado.

Criticidade	Resposta Máx.	Solução Máx.
Crítico	30 min	4h
Alto	1h	8h
Médio	2h	16h
Baixo	8h	24h

3.33.4. Níveis de Serviço por Objeto Contratual

A aferição da disponibilidade mínima será realizada por meio de ferramentas de monitoramento homologadas pela CONTRATANTE, com geração de relatórios técnicos mensais. Não serão computadas como indisponibilidade as ocorrências motivadas por casos fortuitos ou força maior, desde que devidamente comprovadas e aceitas pela CONTRATANTE.

Os critérios de medição, apuração e abatimento estão detalhados e replicados na Cláusula 3.33.5 – Critérios de Medição e Pagamento, prevalecendo esta em caso de divergência numérica.

Serviço	Disponibilidade Mínima	Requisitos Adicionais	Penalidade Específica
Serviço Completo de Hospedagem em Data Center	99,5% mensal	Cumprir certificação ISO/IEC 27001 (Segurança da Informação)	Desconto de 1% do valor do item por hora cheia de indisponibilidade, após franquia anual de 7,8 horas. Paralisação superior a 8 (oito) horas consecutivas, não justificada, implicará multa adicional de 10% sobre o valor mensal do serviço
LAN-to-LAN	99,5% mensal	Dupla abordagem física; links dedicados ≥ 5 Gbps.	2% do valor mensal do serviço por ponto percentual abaixo da disponibilidade acordada
Firewall e IDS/IPS	99,9% mensal	Aplicar patches críticos de segurança $\leq 48h$; monitoramento 24x7; antídotos $\geq 15Gbps$.	3% do valor mensal por falha crítica de segurança desde que a contratante disponibilize a janela necessária para que a contratada execute a solicitação.
Armazenamento em Nuvem	99,9% mensal	Redundância de backup em fitas e no armazenamento em nuvem <i>in loco</i> .	2% do valor mensal por ponto percentual abaixo.
	Em casos críticos,	Teste mensal quando	2% do valor mensal do contrato por taxa de sucesso abaixo de 95%.

Backup e Recuperação	disponibilidade de dados de backup em menos de 4 horas, conforme item 3.33.3	solicitados pela CONTRATADA com taxa de sucesso dos testes acima de 95%	Glosa integral do mês em caso não justificado de realização do teste solicitado pela CONTRATADA.
Horas de Especialista	-	Disponibilidade sob demanda; entrega de relatório técnico de execução. Conforme descrito no item 14.7.3	1% do valor mensal por atraso não justificado em atendimento.
Migração de Equipamentos	-	Execução de migração de local de origem ao data center em janela máxima de 3 dias, contando a partir do desligamento de serviços, ao re-ligar de equipamentos em novo local.	1% do valor total da migração por atraso não justificado.
Licenciamento de Softwares	-	Licenças válidas e atualizadas durante todo o contrato; aplicação de updates $\leq 48h$.	1% do valor mensal por licença vencida ou atualização não aplicada.

3.33.6. Medição, Evidência e Relatórios

3.33.6.1. A CONTRATADA deverá apresentar Relatório Mensal de SLA até o 5º dia útil do mês subsequente, contendo indicadores consolidados, evidências (logs, capturas, gráficos), ocorrências registradas, prazos de atendimento e justificativas. A não conformidade dos indicadores apresentados será apurada pela fiscalização do contrato, podendo ensejar aplicação imediata das penalidades previstas.

3.33.6.2. Em caso de divergência de medições, prevalecerão os registros da CONTRATANTE, salvo apresentação, pela CONTRATADA, de prova documental e técnica, devidamente fundamentada e aceita pela CONTRATANTE.

3.33.6.3. O não envio do relatório mensal implicará multa de 0,5% do valor mensal do serviço.

3.33.7 Penalidades Gerais

3.33.7.1. Além das penalidades específicas de cada serviço:

- Multa de 10% do valor mensal por reincidência de falhas graves no período de 12 meses.
- Rescisão contratual sem ônus para a CONTRATANTE em caso de incidente grave de segurança ou descumprimento reiterado do SLA.
- Indenização por perdas e danos comprovados.
- As somas das penalidades apuradas no mês de Exercício estão limitadas ao valor máximo de 10% da parcela mensal.

3.33.7.2. O cumprimento parcial de qualquer nível de serviço não exime a CONTRATADA de cumprir integralmente as demais obrigações assumidas no contrato.

3.33.7.3. Procedimento de Apuração e Defesa: Antes da aplicação de qualquer penalidade, a CONTRATADA será notificada formalmente para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação. A ausência de manifestação no prazo será interpretada como concordância tácita com a penalidade aplicada.

Prazo de Conclusão dos Serviços

3.33.7.4. A conclusão dos serviços e o restabelecimento da conectividade ocorrerão conforme a

complexidade técnica da ocorrência, observadas as condições do local, a disponibilidade de materiais e eventuais fatores externos que impactem a execução.

3.33.7.5. Quando não for possível a solução imediata, a contratada deverá:

- Informar à fiscalização o prazo estimado para conclusão dos serviços;
- Registrar em relatório técnico as atividades executadas e os fatores que influenciaram o prazo.

3.33.7.6. Para ocorrências críticas, a solução definitiva deverá ocorrer, sempre que tecnicamente possível, no prazo máximo de até 72 (setenta e duas) horas, salvo situações excepcionais devidamente justificadas e aceitas pela Administração.

3.33.7.7. O descumprimento injustificado dos prazos estabelecidos sujeitará a contratada às sanções administrativas previstas em contrato e na legislação vigente.

4 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS (art. 3º, VII, Decreto nº. 48.980/2023) (art. 18, §1º, IV, Lei nº 14.133/2021).

Função	Item	Descrição	Qtd.
Serviço de Hospedagem (Data Center)	1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SOLUÇÃO DE AMBIENTE DATA CENTER, MODALIDADE COLOCATION (ENTREGA DE ESPAÇO/POSIÇÃO PARA RACK DE 42Us, DIMENSÕES: L 600 MM X P 1100 MM X H 2000 MM – 19 POLEGADAS), INCLUINDO ATIVIDADES DE COLOCATION, MOVING E SETUP, e Gerenciamento, Custódia e Armazenamento de Mídias de Backup (Fitas LTO), CONFORME DISCRIMINADO NO REFERENCIAL TÉCNICO.	2
	2	CONEXÃO LAN-to-LAN ENTRE AS UNIDADES (5 Gbps, por caminhos distintos).	2
	3	ARMAZENAMENTO EM NUVEM DO TIPO OBJETO	150 TB
	4	LICENCIAMENTO VEEAM BACKUP OU EQUIVALENTE	150 LICENÇAS
	5	LICENCIAMENTO DE REMOTE DESKTOP SERVICES (RDS)	100 LICENÇAS
Segurança Perimetral do Data Center & Rede	6	FIREWALL COMO SERVIÇO (FWaaS).	1
Serviço especializado de suporte por demanda	7	SALDO GLOBAL DE HORAS DE ESPECIALISTA EM TI POR 12 MESES	480 HORAS
Serviço especializado de consultoria por demanda	8	SALDO GLOBAL DE HORAS DE ESPECIALISTA EM TI POR 12 MESES	480 HORAS

5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO (art. 3º, V, Decreto nº. 48.980/2023) (art. 18, §1º, V, Lei nº 14.133/2021).

5.1. Para atendimento da necessidade identificada, foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar as soluções disponíveis e avaliar, sob os aspectos técnicos e econômicos, qual apresenta a melhor relação custo-benefício para a Administração Pública Municipal. A análise considerou o disposto no art. 18, §1º, inciso V da Lei nº 14.133/2021.

5.2. Foram pesquisadas contratações similares realizadas por outros entes da federação, bem como obtidas cotações junto a empresas do setor, além da análise de experiências internas da Administração. Com base nessas informações, foram identificadas as seguintes alternativas:

5.3. Alternativas:

- Execução por equipe própria - Inviável (ausência de estrutura técnica)
- Contratações esporádicas - Ineficiente (demanda recorrente)
- Contratação contínua (24 meses) - Mais vantajosa

Justificativa da Solução Adotada

5.4. A contratação contínua:

- Garante resposta imediata;
- Reduz tempo de indisponibilidade;
- Previne danos maiores;
- Assegura regularidade operacional.

Atende ao art. 11, inciso I, e art. 18, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

6 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 3º, VIII, Decreto nº. 48.980/2023) (art. 18, §1º, VI, Lei nº 14.133/2021).

6.1. O custo estimado mensal da contratação é de R\$ 132.244,92 (cento e trinta e dois mil, duzentos e quarenta e quatro reais e noventa e dois centavos), totalizando R\$ 1.586.939,04 (um milhão, quinhentos e oitenta e seis mil, novecentos e trinta e nove reais e quatro centavos) para o período de 12 meses, e R\$ 3.173.878,08 (três milhões, cento e setenta e três mil, oitocentos e setenta e oito reais e oito centavos) para 24 (vinte e quatro) meses.

CATMAT /CATSER	Serviço	Unidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (12 MESES)
27022	Serviço de Hospedagem (Data Center+Fitas LTO)	Fixo Mensal	R\$ 25.651,82	R\$ 307.821,84
26506	Link (LAN-to-LAN) Redundante 5GB	Fixo Mensal	R\$ 18.390,73	R\$ 220.688,76
21202	Firewall (FwaaS)	Fixo Mensal	R\$ 5.232,31	R\$ 62.787,72
27057	150TB armazenamento em nuvem	Fixo Mensal	R\$ 27.780,25	R\$ 333.363,00
27758	150 licenças Veeam Backup ou equivalente	Fixo Mensal	R\$ 16.401,91	R\$ 196.822,92
24333	100 licenças de Remote Desktop Services (RDS)	Fixo Mensal	R\$ 9.077,50	R\$ 108.930,00
24970	Suporte 480h anual - por demanda	Hora Técnica de Serviço	R\$ 371,38	R\$ 178.262,40
24970	Consultoria 480h anual - por demanda	Hora Técnica de Serviço	R\$ 371,38	R\$ 178.262,40
*Obs: Valor da Hora mensal é estimada, sendo o cálculo efetuado da seguinte maneira 480/12=40h mensais				
	Valor mensal estimado			R\$ 132.244,92
	Valor Total – 12 MESES (R\$)			R\$ 1.586.939,04
	Valor Total – 24 MESES (R\$)			R\$ 3.173.878,08

7 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 3º, VI, Decreto nº. 48.980/2023) (art. 18, §1º, VII, Lei nº 14.133/2021).

7.1. Trata-se de licitação para contratação de empresa especializada na prestação de serviços integrados de infraestrutura de Tecnologia da Informação, pelo período de 24 (meses), abrangendo os seguintes componentes, conforme condições e requisitos técnicos mínimos estabelecidos neste Estudo Técnico Preliminares (ETP):

a) Serviço de Hospedagem (Data Center certificado):

7.2. Disponibilização de espaço físico, energia redundante, refrigeração e conectividade em Data Center com

certificação Tier III (ou superior), emitida por entidade reconhecida (ex.: Uptime Institute), devidamente comprovada por certificado válido, e o gerenciamento, custódia e armazenamento de mídias de backup (Fitas LTO). Inclui o setup e a migração física (moving) como parte integrante do serviço;

7.3. A prestação do serviço de Colocation deverá ocorrer em Data Center localizado dentro de um raio de até 200 km da sede da CONTRATANTE; visando:

7.4. Menor latência na comunicação entre os sistemas hospedados e a infraestrutura local da CONTRATANTE, garantindo melhor desempenho e estabilidade dos serviços;

7.5. Acesso rápido e facilitado pelos analistas e técnicos da CONTRATANTE ao ambiente físico do Data Center sempre que necessário, sem restrições de horário ou agendamento prévio, para manutenções, inspeções técnicas ou atuação emergencial;

7.6. Redução de custos com deslocamentos, eliminando a necessidade de passagens, hospedagens ou pagamento de diárias, podendo os deslocamentos serem realizados com veículos próprios da Administração.

7.7. A limitação geográfica também se justifica sob o ponto de vista técnico de desempenho, uma vez que a proximidade física impacta diretamente na latência da comunicação, permitindo a implementação de links dedicados com alta disponibilidade e baixa latência, essenciais para aplicações críticas, replicações de dados, acesso remoto a consoles de gestão e integração com sistemas internos que exigem tempo de resposta imediato.

7.8. Execução integral do moving, incluindo remoção, transporte, reinstalação e comissionamento dos ativos de TI da CONTRATANTE para o Data Center contratado, assegurando a integridade física e lógica dos equipamentos e dados;

7.9. O transporte deverá observar, cumulativamente: utilização de embalagens adequadas para equipamentos sensíveis; contratação de seguro compatível com o valor integral dos ativos transportados; execução por profissionais qualificados para desmontagem e reinstalação; e disponibilização de escolta armada durante todo o trajeto, de modo a mitigar riscos e assegurar a integridade e a segurança patrimonial;

7.10. Os equipamentos serão transportados em caminhão preparado para transportes de equipamentos sensíveis, com o valor segurado de R\$ 600.000,00 (600 mil reais);

7.11. A CONTRATADA deverá elaborar e apresentar à CONTRATANTE, antes da execução da migração, Plano de Migração contendo cronograma detalhado, janelas de manutenção, medidas de contingência e procedimentos de rollback.

7.12. Após a conclusão da migração, a CONTRATADA deverá entregar documentação técnica completa, incluindo topologia, configuração de rede, alocação física e lógica dos equipamentos, e políticas aplicadas.

b) Link (LAN-to-LAN):

7.13. A CONTRATADA deverá disponibilizar conexão de dados dedicada e redundante, com largura de banda mínima de 5 Gbps (gigabits por segundo), garantindo comunicação contínua e segura entre os pontos da CONTRATANTE e o Data Center contratado;

7.14. A conectividade deverá ser dedicada e exclusiva, estabelecendo ligação direta com o Data Center da CONTRATADA, sem compartilhamento com terceiros;

7.15. Deverão ser utilizadas rotas fisicamente independentes, de modo a manter a operação mesmo em caso de falha total de uma das conexões, assegurando a disponibilidade dos sistemas essenciais. A topologia e SLAs (latência máxima, perda de pacotes, jitter máximo, disponibilidade, entre outros) da operadora de telecomunicação escolhida deve ser pré-aprovada pela CONTRATADA antes da sub-contratação, garantindo completa ciência pela CONTRATANTE dos riscos envolvidos no trajeto da LAN-2-LAN;

7.16. A largura de banda deverá ser simétrica (mesma taxa de upload e download) e a comunicação deverá operar em modo full-duplex;

7.17. A CONTRATADA deverá fornecer relatórios mensais de desempenho, contendo registros de latência, perda de pacotes e jitter, com dados extraídos de ferramentas de monitoramento homologadas e auditáveis pela CONTRATANTE;

7.18. O não atendimento aos parâmetros definidos no item anterior ensejará aplicação das penalidades previstas neste ETP, sem prejuízo da rescisão contratual em caso de descumprimento reiterado.

c) Firewall como Serviço (FWaaS):

7.19. Solução de proteção perimetral gerenciada, contemplando regras de filtragem personalizadas, inspeção profunda de pacotes (DPI), sistema de prevenção de intrusão (IPS), suporte a VPNs seguras (IPSec e SSL),

bloqueio de tráfego malicioso e controle de aplicações;

7.20. Atualizações automáticas e constantes de assinaturas e políticas de segurança;

7.21. Padrões mínimos de criptografia como AES-256 e TLS 1.3.;

7.22. Painel de controle seguro para a CONTRATANTE, com visualização em tempo real e exportação de logs para auditoria;

7.23. Armazenamento imutável de logs por 24 meses.

d) Armazenamento em Nuvem – Tipo Objeto (Object Storage) – 150TB

7.24. Disponibilização de 150 TB de capacidade inicial em armazenamento tipo objeto (S3), com protocolos de segurança de acesso aos dados devidamente documentados e informados à CONTRATANTE, escalabilidade sob demanda e alta durabilidade compatível com ambientes de missão crítica;

7.25. Garantir integração segura com o ambiente de backup existente e com outros serviços contratados (hospedagem, firewall e link LAN-to-LAN);

7.26. Suporte a políticas de versionamento e retenção configuráveis, de acordo com as diretrizes de segurança e compliance da CONTRATANTE;

7.27. Fornecer documentação técnica com detalhes da configuração (buckets, permissões, políticas de acesso e logs), bem como testes de escrita/leitura e validação de desempenho;

7.28. Disponibilizar canais de suporte técnico 24x7 para incidentes relacionados ao serviço de armazenamento;

e) Licenças Veeam Backup ou equivalente – 150 unidades

7.29. Fornecimento de 150 (cento e cinquenta) licenças da solução Veeam Backup, compatíveis com o ambiente atual da Prefeitura, assegurando migração transparente, validação dos jobs existentes e manutenção ininterrupta das rotinas de backup e recuperação;

7.30. Suporte a ambientes físicos e virtuais, com criptografia, deduplicação, compressão e políticas de retenção configuráveis;

7.31. Funcionalidades mínimas: Backups incrementais e full com agendamento flexível;

7.32. Restauração granular (arquivos individuais, VMs, aplicações); Integração nativa com armazenamento tipo objeto (S3) e compatibilidade com múltiplos destinos; Monitoramento de jobs e geração de relatórios; Teste automático de recuperação para validação de integridade.

7.33. Entrega deverá contemplar configuração inicial, integração completa com o ambiente de armazenamento contratado (item d) e repasse de conhecimento para a equipe da CONTRATANTE.

f) Licenciamento de Remote Desktop Services (RDS):

7.34. Disponibilização de 100 (cem) licenças Microsoft Remote Desktop Services (RDS), permitindo que usuários da Prefeitura acessem remotamente, de forma segura e controlada, os serviços e sistemas corporativos hospedados no Data Center contratado;

7.35. As licenças deverão ser originais, com suporte técnico nacional e direito a atualizações durante todo o período contratual;

7.36. A solução deverá suportar autenticação multifator, criptografia de ponta a ponta e integração com o ambiente de diretório ativo (Active Directory) da CONTRATANTE;

7.37. A CONTRATADA deverá realizar a instalação, configuração inicial e entrega de documentação técnica, garantindo plena operacionalidade para todos os usuários contemplados;

7.38. Em caso de falha no licenciamento, aplicar SLAs de tratativa conforme criticidade estabelecida no item 3.33.3 deste ETP.

g) Banco de Horas Técnicas:

7.39. A CONTRATADA deverá disponibilizar anualmente, um banco de 960 (novecentas e sessenta) horas técnicas globais para execução de serviços de suporte e consultoria em infraestrutura de TI, backup, segurança da informação e conectividade.

7.39.1 Horas de Suporte Técnico: reserva de 480 horas anuais destinadas ao atendimento de chamados técnicos operacionais, incluindo diagnóstico, resolução de incidentes, configurações e atividades de manutenção corretiva e preventiva relacionadas à infraestrutura de rede e segurança.

7.39.2 Horas de Consultoria Especializada: reserva de 480 horas anuais destinadas à prestação de serviços consultivos por especialistas em redes, segurança cibernética, firewall e monitoramento, abrangendo análise de ambientes, elaboração de projetos, recomendações estratégicas e acompanhamento de implantações.

7.40. As horas técnicas correspondem a trabalho especializado prestado por profissional com qualificação mínima exigida neste ETP, sendo contabilizadas individualmente por hora efetivamente trabalhada.

7.41. O consumo das horas técnicas seguirá de acordo com a necessidade da CONTRATANTE, contudo, poderão ser acumuladas e utilizadas durante toda a vigência contratual, respeitando-se, em qualquer hipótese, o saldo global previsto no item 3.1(g) deste ETP.

7.42. As regras de utilização, controle e faturamento das horas técnicas seguem os procedimentos estabelecidos no item 14.7.3 deste ETP.

7.43. O não cumprimento das atividades no prazo ou com a qualidade exigida ensejará aplicação das penalidades previstas neste ETP.

8 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 3º, IX, Decreto nº. 48.980/2023) (art. 18, §1º, VIII, Lei nº 14.133/2021).

8.1. A contratação refere-se a uma solução integrada, englobando serviços de colocation e firewall gerenciado, cuja execução conjunta é imprescindível para garantir a continuidade, segurança e eficiência da infraestrutura tecnológica da Prefeitura Municipal de Anápolis. Interdependência técnica: Os componentes (hospedagem, conectividade, firewall, backup e suporte) formam um ecossistema integrado de infraestrutura crítica.

8.2. Economia de escala: A contratação unificada proporciona melhor custo-benefício e gestão centralizada.

8.3. Responsabilidade única: A integração sob um único fornecedor elimina conflitos de responsabilidade entre diferentes prestadores.

8.4. A não divisão do objeto em lotes encontra amparo no art. 12, §2º, inciso I, da Instrução Normativa SGD/ME nº 1/2019, uma vez que a divisão prejudicaria a eficiência na contratação, considerando que os serviços possuem interdependência técnica e operacional, constituindo uma solução integrada de infraestrutura crítica onde o funcionamento adequado de cada componente depende intrinsecamente dos demais.

9 – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 3º, XII, Decreto nº. 48.980/2023) (art. 18, §1º, IX, Lei nº 14.133/2021)

9.1. O que se pretende com a presente contratação é assegurar a continuidade das operações críticas de Tecnologia da Informação da Prefeitura Municipal de Anápolis, por meio da implantação de infraestrutura segura, redundante e monitorada para hospedagem dos ativos tecnológicos e de rede do Município.

9.2. O firewall como serviço garante a segurança dos dados trafegados nos servidores e na rede de conectividade da Prefeitura. Em ambos os níveis, na proteção dos servidores físicos e na rede de dados, a segurança é imprescindível para evitar prejuízos operacionais e institucionais, especialmente diante do cenário atual de riscos, tais como falhas elétricas, vulnerabilidades cibernéticas, indisponibilidade de backup e degradação do ambiente físico onde hoje se encontram os servidores municipais.

9.3. A infraestrutura de TI representa um elo essencial entre o Município e a população, sustentando os canais digitais de acesso a serviços e informações públicas. Além disso, é por meio dessa estrutura que ocorre a integração entre departamentos internos e com órgãos externos, permitindo a execução de políticas públicas, projetos e metas institucionais.

9.4. Além de mitigar riscos e assegurar a continuidade dos serviços, a contratação proporcionará ganhos estratégicos e institucionais relevantes, tais como:

9.4.1. Elevação do nível de disponibilidade dos sistemas municipais, com aderência aos SLAs previstos para Data Center certificado Tier III ou superior;

9.4.2. Modernização e padronização da infraestrutura de TI, eliminando vulnerabilidades decorrentes de equipamentos e práticas obsoletas;

9.4.3. Aumento da resiliência cibernética e da capacidade de resposta a incidentes de segurança;

9.4.4. Melhoria na capacidade de recuperação de desastres, com backup remoto, replicado e integrado ao ambiente de produção;

9.4.5. Otimização da gestão contratual, com centralização de suporte e manutenção em único prestador especializado;

9.4.6. Fortalecimento da continuidade dos serviços públicos digitais, garantindo atendimento ágil, seguro e ininterrupto à população.

9.5. Para fins de avaliação objetiva dos benefícios decorrentes desta contratação, apresenta-se a seguir a comparação entre a situação atual da infraestrutura de TI da Prefeitura Municipal de Anápolis e os resultados esperados após a implantação dos serviços contratados, com indicação de indicadores mensuráveis:

9.5.1. Disponibilidade dos sistemas: Situação atual — estimada em menos de 95%, em razão de interrupções por falhas elétricas (no-breaks com autonomia de apenas 5 minutos, sem geração alternativa), panes recorrentes nos sistemas de climatização e ausência de monitoramento 24x7. Meta contratual — disponibilidade mínima de 99,982% do ambiente de Data Center (Tier III), e 99,5% mensal para os serviços de hospedagem e link LAN-to-LAN, conforme SLA previsto no item 3.33.4. Ganho esperado — redução de aproximadamente 99% no tempo médio de indisponibilidade não programada dos sistemas municipais.

9.5.2. Segurança física e contra incêndios: Situação atual — ausência de sistema automático de combate a incêndio adequado para ambientes de TI, comprovada pelo incêndio ocorrido em 2024 na sala de servidores. Meta contratual — ambiente Data Center com sistema NOVEC 1230 (ou equivalente), detecção de alta sensibilidade, monitoramento contínuo 24x7 e circuito fechado de TV com retenção mínima de 90 dias, conforme itens 14.1.14 a 14.1.16. Ganho esperado — eliminação do risco de perda total de equipamentos e dados por eventos físicos, com cobertura de seguro de R\$ 600.000,00 para os ativos em trânsito e durante a hospedagem.

9.5.3. Segurança cibernética: Situação atual — ausência de monitoramento especializado 24x7x365, expondo a Administração a ameaças cibernéticas fora do horário administrativo, sem Firewall como Serviço gerenciado, IDS/IPS ou proteção contra DDoS ativa. Meta contratual — Firewall como Serviço (FWaaS) com disponibilidade mínima de 99,9% mensal, proteção anti-DDoS ≥ 15 Gbps, monitoramento 24x7, armazenamento imóvel de logs por 24 meses e aplicação de patches críticos em até 48 horas, conforme item 3.33.4. Ganho esperado — cobertura integral e contínua contra intrusões, com tempo de resposta máximo de 30 minutos para incidentes críticos e trilha de auditoria completa.

9.5.4. Capacidade de backup e recuperação: Situação atual — ausência de solução integrada de backup com replicação remota, sem testes periódicos de restauração e sem armazenamento em nuvem para cenários de desastre. Meta contratual — 150 licenças Veeam Backup (ou equivalente), 150 TB de armazenamento em nuvem tipo objeto (S3), testes mensais de restauração com taxa mínima de sucesso de 95% e disponibilização de dados críticos em até 4 horas, conforme item 3.33.4. Ganho esperado — redução do Objetivo de Ponto de Recuperação (RPO) e do Objetivo de Tempo de Recuperação (RTO) a níveis compatíveis com serviços públicos essenciais.

9.5.5. Continuidade dos serviços públicos: Situação atual — risco crítico de interrupção de sistemas essenciais (saúde, educação, arrecadação, SEI, SIM e portal institucional) decorrente da precariedade da infraestrutura física e da iminente expiração do Contrato Emergencial nº 155/2025 em 18/09/2026. Meta contratual — transição integral dos ativos de TI para ambiente certificado Tier III em até 3 dias corridos após a retirada dos equipamentos, com conectividade LAN-to-LAN redundante de 5 Gbps e monitoramento contínuo, assegurando a ininterrupção dos serviços municipais. Ganho esperado — eliminação do risco de paralisação dos serviços públicos digitais que atendem diretamente à população de Anápolis, com compromisso contratual de SLA e penalidades em caso de descumprimento.

10 – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO (art. 3º, XIII, Decreto nº. 48.980/2023) (art. 7º; 18, §1º, X, Lei nº 14.133/2021).

10.1 Previamente à formalização da contratação, a Administração adotará as seguintes providências, em conformidade com o planejamento e com os princípios da governança pública:

- Será formalmente designado servidor público para exercer a função de fiscal do contrato, conforme estabelece o art. 117 da Lei nº 14.133/2021, o qual será responsável pelo acompanhamento e verificação das entregas, atestação das notas fiscais, controle de prazos, aplicação de penalidades e interlocução com a contratada;
- Caso necessário, o servidor designado será capacitado previamente quanto às obrigações contratuais, critérios de fiscalização, rotinas de acompanhamento técnico, a fim de assegurar o pleno exercício das

atribuições de fiscalização e a adequada execução contratual;

- Será garantida a estrutura mínima de apoio administrativo para o recebimento, guarda e conferência dos itens entregues.

10.2 Essas providências têm por objetivo assegurar a execução eficiente, regular e contínua do objeto contratual, com base em planejamento adequado e responsabilidade administrativa.

11 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (art. 3º, X, Decreto nº. 48.980/2023) (art. 18, §1º, XI, Lei nº 14.133/2021).

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes para este objeto

12 – DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 3º, XIV, Decreto nº. 48.980/2023)

12.1 O impacto previsto é positivo, considerando que a centralização da infraestrutura em Data Center certificado, com alta eficiência energética e climatização controlada, contribui para a redução do consumo de energia e das emissões associadas. A solução contempla o uso de equipamentos com certificação de baixo consumo e a adoção de práticas adequadas para o descarte ou reciclagem de resíduos eletrônicos, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

13 – FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA (art. 23º, § 1º, Decreto nº. 48.980/2023)

13.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO pelo MENOR PREÇO GLOBAL, conforme inciso XLI, art. 6º da lei 14.133/2021 e art. 23, § 1º do Decreto nº. 48.980 DE 27 DE ABRIL DE 2023.

13.1.1 A contratação observará o disposto na Lei nº 14.133/2021, art. 29, adotando-se o pregão, por se tratar de objeto que possui padrões de desempenhos e qualidades que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

13.1.2 A não adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) para tecnologia justifica-se pela necessidade de soluções customizadas, evitando custos de manutenção em itens defasados. Complexidade da Gestão da Ata: A complexidade da infraestrutura de TI exige um contrato contínuo com SLA (Service Level Agreement) rígido, o qual é melhor gerido por meio de licitação tradicional (pregões eletrônicos com empreitada por preço global), assegurando a integridade da solução.

13.2. Na hipótese de apresentação de mais de uma proposta válida, aplicar-se-ão, no que couber, as regras de desempate previstas no art. 60 da Lei no 14.133/2021, observando-se a ordem de preferência legal e as condições estabelecidas no respectivo processo de contratação.

14. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

14.1 HOSPEDAGEM (Data Center – Colocation integrado)

14.1.1. O ambiente de prestação de serviços deverá ser certificado na classificação Tier III de operação (ou equivalente, como TR3 TÜV Rheinland), emitido por entidade reconhecida internacionalmente, observando as demais especificidades solicitadas neste documento. Considera-se “aderente” o resultado do ambiente de sustentação operacional que proporcione disponibilidade mínima de 99,982% para a operação do Data Center da CONTRATANTE hospedado no ambiente da CONTRATADA.

14.1.2. Operação e manutenção em regime de 24x7. A operação deverá possuir técnicos residentes qualificados, de acordo com NR-10, e a manutenção dos principais sistemas (Geradores, UPS e Máquinas de climatização).

14.1.3. O serviço deverá prover infraestrutura de sustentação operacional e atender características técnicas construtivas para a prestação do serviço, compostas pelas especificações e normas técnicas indicadas nos itens a seguir:

14.1.4. O espaço físico deverá possuir piso elevado com resistência mínima para acomodar a carga do rack mesmo que estes estejam completamente ocupados por equipamentos.

14.1.5. Deverá possuir racks com porta frontal e traseira com chaves individuais de acesso por rack. O

perímetro deverá delimitar espaço suficiente para conforto de acesso aos equipamentos pelos especialistas TIC da CONTRATANTE.

14.1.6. Deverá ser disponibilizada, no endereço, sala de desembalagem de equipamentos recebidos por envio da CONTRATANTE, com responsabilidade de descarte sustentável de papelão.

14.1.7. Deverá ser disponibilizada, fora da área de hospedagem, sala de uso técnico para acesso seguro através de notebooks portados por especialistas da CONTRATANTE, para conexão com o Data Center hospedado.

14.1.8. Dupla abordagem das operadoras de telecomunicações por salas de telecomunicações distintas. A entrada de Telecom não deve coincidir em nenhum ponto do DC até a operadora.

14.1.9. O dimensionamento do serviço de colocation terá como unidade básica de mensuração o rack de 19" com, no mínimo, 42 Us. Toda a infraestrutura física necessária, incluindo o quantitativo de racks e todos os elementos do ambiente de sustentação operacional, deverá estar integralmente contemplada na prestação do serviço.

14.1.10. A CONTRATADA deverá fornecer segurança física ao data center com equipe de vigilância patrimonial armada 24 horas por dia, 7 dias na semana, 365 dias por ano, com no mínimo dois postos de atuação, sendo um destes em cabine blindada, e sistema composto por câmeras de circuito interno de televisão, monitoradas e gerenciadas, cujas imagens possam ser posteriormente consultadas, por período mínimo de 90 dias, e viabilizem o rastreamento de pessoas dentro do ambiente hospedeiro.

14.1.11. A CONTRATADA deverá ter pessoas dedicadas, treinadas e responsáveis pela segurança de acesso às suas instalações prediais e ao Colocation contratado, através de mecanismos efetivos de controle de entrada e saída de pessoas e materiais.

14.1.12. O acesso de terceiros aos equipamentos da Contratante se dará sempre mediante autorização expressa da fiscalização/gestão da Contratante.

14.1.13. Para o adequado desempenho dos serviços a CONTRATADA deve observar as premissas, procedimentos, recomendações e melhores práticas encontradas em normas técnicas de referência nacionais e internacionais.

14.1.14. SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIOS

14.1.15. A infraestrutura de hospedagem do Colocation deve possuir sistema de combate a incêndio composto por mecanismos automáticos de extinção de fogo que não danifiquem os equipamentos elétricos e eletrônicos, e sejam inertes e não tóxicos com ação baseada na quebra das moléculas de oxigênio, do tipo NOVEC 1230, ou equivalente.

14.1.16. Deverá ter sistema de detecção de incêndio de alta sensibilidade e dispositivo de pré-alarme e alarme, no ambiente do Data Center, incluindo a área embaixo do piso elevado, os quadros elétricos de distribuição e ar-condicionado, com sistema integrado de alarme monitorado por computador e acompanhado em regime contínuo (24 horas por dia, 7 dias por semana).

14.1.17. Possuir sistema de detecção de vazamento de água.

14.2. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

14.2.1. A rede elétrica estabilizada 3F+N+T (Trifásica 380V) com disponibilidade de circuitos para monofásico (220V), frequência de 60 Hz e com dois circuitos elétricos independentes e dedicados (Via A e Via B), para alimentação das fontes redundantes dos equipamentos.

14.2.2. O padrão de tomadas elétricas adotado deverá ser do Tipo 36 tomadas C13 e 06 tomadas C114.

14.2.3. Deverá possuir Aterramento em todos os racks.

14.2.4. Deverá fornecer a potência elétrica total para alimentação dos equipamentos TIC existentes na infraestrutura atual da CONTRATANTE e que possam vir a ser adquiridos.

14.2.5. O cabeamento elétrico deverá ser distribuído através de eletrocalhas, com caminhos redundantes e independentes para as Vias A e B, devendo todas estarem devidamente aterradas;

14.2.6. A estrutura do próprio piso elevado deverá estar adequadamente aterrada para eliminar o acúmulo de carga estática, evitando a ocorrência de descarga eletrostática ESD (Electrostatic Discharge) e o subsequente dano aos equipamentos;

14.2.7. A edificação deve possuir sistema de proteção contra descargas atmosféricas e aterramento para proteção de equipamentos dentro das áreas de Colocation.

14.2.8. Toda a infraestrutura metálica deverá estar interligada e aterrada.

14.2.9. Subestação externa de média tensão com redundância mínima de 2 transformadores, garantindo com dupla distribuição de energia desde a Média Tensão de entrada. A alimentação dos transformadores após a alimentação da Concessionária, deverá ser por dois caminhos distintos (A e B) e possibilitar que cada lado interno (X e Y) seja atendido individualmente, na configuração: Caminho A alimenta lado X e caminho B alimenta lado Y, ou caminho A alimenta X e Y ou caminho B alimenta X e Y).

14.2.10. Deverá fornecer Grupo de UPS (Uninterruptible Power Supply) com bancos redundantes e autonomia mínima de 10 (dez) minutos a plena carga.

14.2.11. O Grupo UPS deverá ser alimentado por grupo-gerador redundante, que energize toda a área do datacenter (e não apenas os circuitos de alimentação dos no-breaks), com acionamento automático na eventualidade de interrupção no fornecimento de energia comercial e autonomia mínima de 12 (doze) horas, sem reabastecimento.

14.2.12. Grupos de Geradores e UPS devem ser redundantes e independentes (N+1), com acionamento automático na eventualidade de interrupção no fornecimento de energia, com a capacidade de suportar todo o ambiente de Colocation por no mínimo 12 (doze) horas ininterruptas em caso de falha total no fornecimento de energia elétrica.

14.2.13. Todos os sistemas de alimentação (Transformadores, QGBTs, gerador, linhas de abastecimento de diesel, UPS – Uninterruptable Power Supply, painéis, PDU – Power Distribution Unit, linhas de distribuição, etc.) e refrigeração (Chillers ou expansão direta, CRAC, etc.) devem possuir redundância mínima tipo N+1 com manutenção concorrente, isto é, a manutenção de equipamento não causa desligamento da operação dos ativos de TI.

14.2.14. O sistema de geradores dedicado ao Data Center deverá possuir tanques com capacidade mínima para 12 (doze) horas de operação a plena carga, com SLA de reabastecimento que garanta no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de operação contínua. Os geradores devem possuir caminhos de alimentação de óleo redundantes, permitindo manutenção sem afetar a ativação. Os tanques de diesel deverão ser individuais, com opção de atendimento cruzado. Deverão existir procedimentos documentados de manutenção preventiva e testes periódicos, com registros disponíveis à CONTRATANTE.

14.2.15. Todos os racks equipados com dupla alimentação (circuitos A e B) CA para os equipamentos com dupla fonte.

14.2.16. Sistema de baterias corretamente dimensionado de forma a garantir a transição entre o fornecimento normal de energia e o grupo gerador, sem gerar nenhum tipo de interrupção na alimentação dos equipamentos.

14.2.17. Sistema de Climatização:

14.2.18. Deverá possuir arquitetura redundante (n+1) contando sempre com, ao menos, uma máquina de ar condicionado de precisão reserva, além das principais, com controles de temperatura, umidade relativa do ar e filtros de poeira, prezando sempre pela manutenção da condição ideal para o bom funcionamento dos equipamentos;

14.2.19. Os equipamentos de climatização devem ser alimentados por fontes de energia distintas (X ou Y). As linhas de tanques de combustível deverão ser redundantes, bem como as bombas de abastecimento.

14.2.20. Características do Cabeamento Estruturado LAN/SAN:

14.2.21. Toda a infraestrutura de cabeamento estruturado LAN/SAN interior da área Colocation para conectividade dos equipamentos TIC da Contratante será de responsabilidade da CONTRATADA, compreendendo o fornecimento e manutenção ao cabeamento.

14.2.22. Deverá ser fornecido pela CONTRATADA cabeamento de manobra do tipo Patch Cord UTP CAT6 ou CAT6A e cordões de Fibra Óptica pré-conectorizados do tipo OM4.

14.2.23. Deve ser contabilizado o quantitativo de 40 Pach Cords UTP e 80 cordões MM (LC/LC) por Rack;

14.2.24. Todo o cabeamento estruturado deve ser do tipo LSZH (Low Smoke Zero Halogen), CMP, COP (Plenum) ou outros que apresentem melhor comportamento em relação à propagação vertical e horizontal de chama, densidade de fumaça e gases gerados em sua combustão;

14.2.25. Todo o cabeamento deverá possuir documentação de Homologação junto à ANATEL;

14.2.26. O Datacenter da CONTRATADA deverá possuir sala de entrada secundária para os serviços de telecomunicações, com canaletas redundantes e painéis, tomadas, cabeamento, patch cords e jumpers etiquetados/identificados;

14.2.27. Os Golden Jumpers para atender aos links de conexão do Colocation já devem fazer parte do escopo inicial dos serviços de conectividade, não cabendo à CONTRATANTE efetuar nenhum pagamento adicional por estes recursos.

14.2.28. A instalação e sustentação dos equipamentos das operadoras de serviços de comunicação de dados é obrigatória para viabilizar os enlaces de comunicação da CONTRATANTE. O pleno funcionamento desses ativos é regulado por acordo entre as operadoras e a CONTRATADA. Nesses acordos as operadoras instalam estruturas de concentração que podem ser utilizados para outros clientes dos serviços de seu data center, não sendo de uso exclusivo da CONTRATANTE. Estes equipamentos deverão estar instalados em espaço específico (sala segregada) para “TELECOM” e não fazem parte do conjunto de equipamentos alvo do serviço de Colocation reservado a CONTRATANTE, não sendo sua instalação e sustentação alvo de qualquer cobrança.

14.2.29. Sistema de Controle de Acesso e Monitoramento:

14.2.30. Sistema de monitoramento digital com cobertura do perímetro externo, áreas de acesso a sala do Data Center, e interno nos corredores da sala do Data Center. Sala de monitoramento 24x7, com câmeras digitais;

14.2.31. Acesso aos equipamentos restrito às pessoas previamente cadastradas e autorizadas pela CONTRATANTE;

14.2.32. Relatórios de visitas à infraestrutura física do Data Center, quando solicitado;

14.2.33. Controle de acesso dividindo a infraestrutura física do Data Center em regiões diferentes, de acordo com a política de segurança estabelecida e com níveis de restrições diferenciados, monitorando e verificando toda e qualquer tentativa de acesso;

14.2.34. Data Center sem acesso ao ambiente exterior, tais como: janelas, vidros ou divisórias, de forma a impedir acessos não autorizados e também fatores de exposição ao meio-ambiente (chuvas, ventos fortes, inundações etc.).

14.2.35. A porta de entrada do Colocation deverá possuir fechadura eletrônica;

14.2.36. O Colocation deverá possuir Sistema de CFTV digital com recurso para casos de ausência de iluminação para monitoramento remoto da área interna do Colocation;

14.2.37. As câmeras deverão ser posicionadas para a visualização do acesso frontal e traseiro dos racks;

14.2.38. Sistema de controle de acesso com, no mínimo, log de entrada à sala de Data Center (sala de Racks, sala elétrica) racks com gravação e retenção por, no mínimo, 90 dias;

14.2.39. É de responsabilidade da CONTRATADA todo o controle de acesso físico de profissionais e materiais às suas instalações e a área Colocation.

14.2.40. Os controles de acesso físico ao ambiente Colocation devem permitir individualizar o acesso (quem, quando, por que) mantendo o registro para consulta durante toda a vigência do contrato;

14.2.41. A CONTRATADA deverá apresentar, sempre que solicitado, informações sobre os procedimentos adotados para armazenamento e gerência dos dados de autenticação, acesso e monitoramento (controle de acesso, imagens do CFTV) que impactem na segurança do Colocation contratado.

14.2.42. Sistema de monitoramento de temperatura e umidade da sala do Data Center e racks individualizados;

14.2.43. Deverá possuir Sistema de Monitoramento Ambiental (DCIM - Data Center Infrastructure Management), ou seja, conjunto de ferramentas que monitoram, medem, gerenciam e controlam o uso do Data Center e Consumo de Energia, com as seguintes características:

14.2.43.1. Monitoramento dos Quadros Elétricos;

14.2.43.2. Monitoramento da Temperatura e Umidade interna do Data Center;

14.2.43.3. Gerenciamento do espaço físico;

14.2.43.4. Monitoramento de abertura/fechamento de Portas;

14.2.43.5. Monitoramento dos Equipamentos de Facilities com a geração de alarmes (Geradores, UPS, Máquinas de Climatização de Precisão)

14.3. FIREWALL COMO SERVIÇO (FWaaS)

14.3.1. Disponibilização de solução de firewall de próxima geração (NGFW) baseada em Fortigate (ou equivalente de mercado), em regime de serviço gerenciado (Firewall as a Service – FWaaS), com redundância física e lógica e operação 24x7.

14.3.2. Funcionalidades mínimas: inspeção profunda de pacotes (DPI), prevenção contra intrusões (IPS), antivírus/antimalware, controle de aplicações, filtragem de conteúdo por categorias de URL e integração com Threat Intelligence.

14.3.3. Entrega em alta disponibilidade (HA), em modo ativo-ativo ou ativo-passivo, assegurando continuidade de operação.

14.3.4. Integração com os serviços contratados (hospedagem, conectividade LAN-to-LAN e armazenamento), suportando segmentação por VLANs e políticas de segurança alinhadas às necessidades da CONTRATANTE.

14.3.5. Autenticação corporativa por Active Directory/LDAP, com possibilidade de aplicação de políticas baseadas em usuário/grupo.

14.3.6. VPNs site-to-site e de acesso remoto (IPSec e SSL VPN), com parâmetros de criptografia compatíveis com as políticas da CONTRATANTE.

14.3.7. Gerenciamento centralizado, com interface gráfica e linha de comando, monitoramento 24x7 e relatórios mensais (uso, eventos de segurança e intervenções).

14.3.8. Atualizações contínuas de assinaturas e firmware, sem custos adicionais, conforme melhores práticas do fabricante.

14.3.9. Desempenho mínimo: throughput de firewall ≥ 20 Gbps e inspeção SSL/TLS ≥ 2 Gbps, compatível com o tráfego previsto.

14.3.10. SLA de atendimento a incidentes conforme níveis definidos neste Termo para criticidade Crítica/Alta, com resposta e solução dentro dos prazos estabelecidos.

14.4. SERVIÇO DE CONECTIVIDADE LAN-TO-LAN

14.4.1. Deverá ser disponibilizado o link LAN-to-LAN transparente e redundante (extensão de vLAN L2) de pelo menos 05 Gbps direto e dedicado entre esta Administração Pública e o Datacenter onde estará alocado o ambiente Colocation.

14.4.2. Os Links deverão obrigatoriamente ter dupla abordagem: a conexão deve chegar ao data center (e à Prefeitura) por dois percursos físicos totalmente independentes entre si.

14.4.3. O link deverá ser fisicamente configurado no antigo Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Anápolis, situada na Av. Brasil Norte, nº 200 – Centro, Anápolis/GO. CEP: 75075-210, com uma banda total de no mínimo 05Gbps.

14.4.4. Caberá à contratada ou suas prestadoras de serviço a instalação física do link do backbone, incluindo a fixação destes, a instalação e a realização das conexões físicas dos cabos.

14.4.5. Caberá à CONTRATANTE o fornecimento, a instalação lógica, configuração e manutenção dos terminadores (switches, routers, transceiver, entre outros) de camada 2 no ponto de backbone definido para atendimento da comunicação entre o Datacenter e esta Administração Pública.

14.4.6. O serviço deve contemplar a entrega de Golden Jumpers.

Integração com o FWaaS: A segurança perimetral (NGFW/IDS/IPS) será prestada como serviço conforme o item 14.3 (FWaaS), devendo o serviço de conectividade estar plenamente integrado a este, incluindo configuração de políticas, alta disponibilidade, contingência e monitoramento conforme especificações de segurança estabelecidas no presente Termo.

14.5. Armazenamento em Nuvem do Tipo Objeto

14.5.1. A solução deverá oferecer capacidade inicial de 150 (cento e cinquenta) TB de armazenamento escalável e redundante baseado no modelo de objetos, acessível por protocolo compatível com API REST, mantendo as demais características desta subseção.

14.5.2. O armazenamento deverá suportar a organização por buckets ou contêineres, com gerenciamento de políticas de retenção e versionamento de objetos.

14.5.3. A arquitetura deverá garantir alta disponibilidade com SLA mínimo de 99,9% e protocolos de segurança de acesso devidamente documentados e informados à CONTRATANTE.

14.5.4. Deverá oferecer suporte a criptografia dos dados no armazenamento e em trânsito, com integração a mecanismos de controle de identidade e permissões.

14.5.5. Com capacidade de auditoria de acessos e logs de operações sobre os dados armazenados.

14.5.6. Suporte à integração com ferramentas de backup e aplicações corporativas.

14.5.7. Padrões mínimos de segurança criptográfica: uso obrigatório de AES-256 para dados em repouso e

TLS 1.3 para dados em trânsito, com controle de chaves e rotação periódica.

14.6. LICENCIAMENTO PARA FERRAMENTA DE BACKUP (150 licenças Veeam Backup ou equivalente)

14.6.1. A solução de backup, contemplando 150 (cento e cinquenta) licenças Veeam Backup ou equivalente, deve permitir a proteção de ambientes virtuais e físicos com suporte a múltiplas plataformas de virtualização e sistemas operacionais.

14.6.2. Deve possibilitar a realização de backups completos, incrementais e diferenciais, com políticas de retenção configuráveis.

14.6.3. Requisitos para a ferramenta:

14.6.3.1. Recuperação granular de arquivos e aplicações (como e-mails, bancos de dados, documentos, etc.).

14.6.3.2. Suporte à replicação de dados entre locais e para armazenamento externo (on-premises, cloud, objeto).

14.6.3.3. Capacidade de automatizar agendamentos, relatórios e alertas sobre o status dos jobs de backup.

14.6.3.4. Interface de gerenciamento centralizada, baseada em interface gráfica com dashboards personalizáveis.

14.6.3.5. Recursos de deduplicação, compressão e criptografia fim a fim (AES-256 ou superior).

14.6.4. Em um cenário onde houver a necessidade de restore de backup, a disponibilização dos dados deve seguir os SLAs de acordo com o nível de criticidade, e seguindo os prazos da tabela 3.33.3.

14.6.5. Testes de restore do backup: deverão ser realizados testes mensais de restauração e recuperação, com apresentação de relatório de evidências e tempos médios observados.

14.7. HORAS DE ESPECIALISTA EM TI

14.7.1. Disponibilização de profissionais técnicos com experiência comprovada em ambientes de infraestrutura de TI de médio ou grande porte, aptos a atuar de forma integrada nas seguintes frentes tecnológicas, garantindo compatibilidade, interoperabilidade e continuidade com o ambiente atualmente utilizado pela CONTRATANTE:

14.7.1.1. Software Básico de Infraestrutura (Sistemas Operacionais)

Administração, suporte e troubleshooting de sistemas operacionais de servidores, contemplando ambientes corporativos diversos, incluindo plataformas Windows e Linux, bem como outras soluções utilizadas em ambientes críticos.

As soluções deverão ser compatíveis com o ambiente atualmente utilizado pela CONTRATANTE.

(Exemplos: Windows Server, distribuições Linux corporativas, entre outros equivalentes)

14.7.1.2. Software de Suporte à Aplicação (Middleware)

Configuração, administração e suporte a servidores de aplicação e serviços web, incluindo implantação, tuning e resolução de incidentes.

As soluções deverão ser compatíveis com o ambiente atualmente utilizado pela CONTRATANTE.

(Exemplos: Apache Tomcat, JBoss, NGINX, WebSphere ou equivalentes)

14.7.1.3. Software de Gerenciamento de Dados (Banco de Dados)

Administração e suporte a bancos de dados relacionais utilizados em ambiente corporativo, incluindo instalação, manutenção, tuning, backup e recuperação.

As soluções deverão ser compatíveis com o ambiente atualmente utilizado pela CONTRATANTE.

(Exemplos: Microsoft SQL Server, Oracle, PostgreSQL, MySQL ou equivalentes)

14.7.1.4. Soluções de Segurança Perimetral (Firewall / Segurança de Rede)

Configuração, operação e suporte a soluções de segurança de rede, incluindo firewall, VPN, controle de acesso e análise de incidentes.

As soluções deverão ser compatíveis com o ambiente atualmente utilizado pela CONTRATANTE.

(Exemplos: soluções de firewall corporativo de mercado, como Cisco, Fortinet, Palo Alto, SonicWall ou equivalentes)

14.7.1.5. Infraestrutura de Armazenamento de Dados (Storage)

Administração e suporte a ambientes de armazenamento corporativo, incluindo gestão de volumes, desempenho, replicação e disponibilidade de dados.

As soluções deverão ser compatíveis com o ambiente atualmente utilizado pela CONTRATANTE.

(Exemplos: arquiteturas SAN, NAS, DAS e soluções corporativas de mercado ou equivalentes)

14.7.1.6. Software de Proteção e Recuperação de Dados (Backup)

Implantação, configuração e suporte a soluções de backup corporativo, incluindo rotinas de backup, restauração, retenção e testes de recuperação.

As soluções deverão ser compatíveis com o ambiente atualmente utilizado pela CONTRATANTE.

(Exemplos: Veeam, Commvault, NetBackup ou equivalentes)

14.7.1.7. Infraestrutura de Virtualização

Administração e suporte a ambientes virtualizados, incluindo criação, migração, monitoramento e otimização de máquinas virtuais.

As soluções deverão ser compatíveis com o ambiente atualmente utilizado pela CONTRATANTE.

(Exemplos: VMware, Hyper-V, Nutanix ou equivalentes)

14.7.1.8. Soluções de Segurança da Informação

Atuação em ferramentas e práticas de segurança da informação, incluindo proteção de endpoints, monitoramento de eventos, análise de incidentes e aplicação de políticas de segurança.

As soluções deverão ser compatíveis com o ambiente atualmente utilizado pela CONTRATANTE.

(Exemplos: antivírus corporativo, EDR, SIEM, DLP ou equivalentes)

14.7.2. A experiência dos profissionais deverá abranger, de forma comprovada, múltiplas frentes tecnológicas descritas neste item, não sendo admitida atuação restrita a apenas uma única área de especialização.

14.7.3. Da Utilização do Banco de Horas:

14.7.3.1. Fica instituído banco de horas composto por 960 (novecentas e sessenta) horas anuais, totalizando 1920 (um mil, novecentos e vinte) horas para 24 meses, com validade durante toda a vigência contratual. A CONTRATANTE efetuará o pagamento apenas das horas efetivamente utilizadas, devidamente atestadas pela fiscalização, sendo estas deduzidas do saldo do banco. Não haverá pagamento por horas não utilizadas, bem como não se admitirá a acumulação ou indenização de horas não consumidas até o término da vigência contratual.

a) Horas de Suporte Técnico: reserva de 480 horas anuais destinadas ao atendimento de chamados técnicos operacionais, incluindo diagnóstico, resolução de incidentes, configurações e atividades de manutenção corretiva e preventiva relacionadas à infraestrutura de rede e segurança.

b) Horas de Consultoria Especializada: reserva de 480 horas anuais destinadas à prestação de serviços consultivos por especialistas em redes, segurança cibernética, firewall e monitoramento, abrangendo análise de ambientes, elaboração de projetos, recomendações estratégicas e acompanhamento de implantações.

14.7.3.2. A solicitação, execução e faturamento das horas serão processados conforme os seguintes procedimentos:

a) A CONTRATANTE deverá formalizar solicitação de execução de projeto à CONTRATADA, por meio de e-mail, abertura de chamado ou reunião entre as partes;

b) A CONTRATADA deverá apresentar prévia de Ordem de Serviço – OS, contendo a descrição detalhada do objeto, a justificativa técnica, o prazo estimado de execução (em horas) e a indicação do responsável técnico;

c) Compete à CONTRATANTE avaliar a prévia da OS, podendo aceitá-la, rejeitá-la ou propor ajustes. Estando o conteúdo adequado e consensuado, a CONTRATADA emitirá a OS definitiva, que deverá ser assinada pela CONTRATANTE;

d) A CONTRATADA executará os serviços no prazo, escopo e padrões de qualidade estipulados na OS. Ao final, deverá apresentar Relatório Técnico contendo a descrição minuciosa das atividades realizadas, evidências comprobatórias de execução (tais como prints, registros de log, configurações ou equivalentes) e, quando aplicável, recomendações técnicas;

e) Concluída a execução, a CONTRATANTE deverá emitir o aceite formal da OS, atestando a conformidade da entrega;

f) De posse do aceite, a CONTRATADA estará autorizada a proceder com o faturamento das horas correspondentes;

g) A CONTRATANTE deverá efetuar o pagamento das horas faturadas, observada a conformidade com a OS e o aceite emitido.

14.7.3.3. O controle das horas consumidas será realizado mediante planilha de acompanhamento, a ser

atualizada mensalmente pela CONTRATADA e validada pela fiscalização da CONTRATANTE, devendo o saldo remanescente estar permanentemente disponível para consulta.

14.7.3.4. Esgotado o quantitativo de 1920 (um mil, novecentos e vinte) horas para 24 meses, eventual necessidade de ampliação dependerá da celebração de termo aditivo contratual, observada a legislação aplicável.

14.7.3.5. A utilização das horas deverá ser previamente solicitada pela CONTRATANTE e executada conforme cronograma previamente acordado entre as partes.

14.8. LICENCIAMENTO PARA FERRAMENTA DE ACESSO REMOTO RDS (100 licenças)

14.8.1. A solução deverá permitir o acesso remoto seguro a estações de trabalho e servidores localizados no ambiente da CONTRATANTE.

14.8.2. Especificações mínimas:

14.8.2.1. Suporte a múltiplos usuários simultâneos com isolamento de sessões.

14.8.2.2. Compatibilidade com protocolos seguros (como RDP) e com autenticação multifator (MFA).

14.8.2.3. Permitir controle de acesso baseado em grupos, perfis ou políticas.

14.8.2.4. Registro de sessões com logs de auditoria e, opcionalmente, gravação de sessão.

14.8.2.5. Suporte a acesso via navegadores web e/ou cliente dedicado;

14.8.2.6. Integração com diretórios de autenticação (como LDAP ou Active Directory).

14.8.3. A contratação deverá incluir o licenciamento de 100 (cem) licenças RDS (CALs por usuário ou por dispositivo, conforme definição da CONTRATANTE), garantindo aderência às políticas de segurança e auditoria.

14.09. SERVIÇO DE MOVING DE EQUIPAMENTOS TIC

O serviço de moving integra o setup do item Hospedagem, não constituindo item de medição ou pagamento independente, mas devendo cumprir integralmente as condições operacionais aqui descrita.

14.09.1. CONTRATADA será responsável pela conectividade (cabeamento) dos equipamentos envolvidos na Migração. Será de responsabilidade da CONTRATANTE disponibilizar janelas aos sábados ou domingos de 08:00hrs às 18:00hrs para a realização da atividade de mapeamento. Esta atividade é crucial para o sucesso da migração, mitigando possíveis downtimes excedentes ao planejado;

14.09.2. A CONTRATANTE deverá realizar a validação do funcionamento dos Hardwares e caso necessário, a Prefeitura de Anápolis deverá acionar o fornecedor para reparo do equipamento que apresentou defeito;

14.09.3. A CONTRATANTE em conjunto com a CONTRATADA deverá realizar o levantamento in-loco de todos os equipamentos que serão transportados;

14.09.4. A CONTRATADA deverá realizar o Mapeamento de conexões físicas;

14.09.5. A CONTRATANTE deverá realizar o Mapeamento de conexões lógicas;

14.09.6. A CONTRATANTE deverá realizar o Turn-off lógico dos equipamentos;

14.09.7. A CONTRATADA deverá realizar a desmontagem, embalagem e Transporte dos equipamentos;

14.09.8. A CONTRATANTE deverá realizar o Acompanhamento da desmontagem, embalagem e recebimento no Data Center;

14.09.9. A CONTRATADA deverá proceder com o Recebimento, desembalagem e montagem dos equipamentos conforme Bay Face;

14.09.10. A CONTRATANTE deverá realizar o acompanhamento do Turn-on físico dos equipamentos;

14.09.11. A CONTRATANTE deverá realizar os Testes de funcionamento dos serviços, aplicações e acessos.

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

15.10.2. A contratação ocorrerá à conta da seguinte dotação orçamentária: UO: 0246 - S. M. de Governo; Funcional programática: 04.126.0415.2054; Fonte de recurso: 0100

16. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18,

16.1 A presente contratação demonstra-se tecnicamente viável, economicamente vantajosa e operacionalmente imprescindível para garantir a continuidade, disponibilidade e segurança dos serviços de Tecnologia da Informação da Prefeitura Municipal de Anápolis. Observando os requisitos e princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021 e na Instrução Normativa nº 40/2020. Assegurando a adequada relação custo-benefício e a mitigação de riscos operacionais.

16.2 Portanto, declara-se que a contratação pretendida é plenamente adequada para suprir a necessidade identificada, apresentando-se como solução técnica compatível, juridicamente válida e orçamentariamente viável.

Anápolis, data da assinatura eletrônica.

Adriano Barbosa dos Santos
Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
Secretaria de Governo – SEEGOV/DITM

Rodrigo Fiche
Responsável Técnico
Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Fiche Martins, Servidor Municipal**, em 25/05/2026, às 17:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Tarcila Da Silva Batista, Gerente**, em 26/05/2026, às 10:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANO BARBOSA DOS SANTOS, Diretor(a)**, em 26/05/2026, às 17:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.anapolis.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2428524** e o código CRC **0C93B1E0**.

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

(Processo Administrativo nº 01125.00001853/2026-07)

CONTRATO Nº XX/2026, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS E A EMPRESA _____ PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, INCLUINDO O SERVIÇO DE HOSPEDAGEM (DATA CENTER), LINK LAN-TO-LAN, FIREWALL COMO SERVIÇO, LICENCIAMENTOS E APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO PELO PERÍODO DE 24 MESES, PARA ATENDER À PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS.

A Prefeitura de Anápolis-GO, por intermédio do(a) Secretaria Municipal de Administração, com sede à Av. Profa. Zenaide de Calle Roriz, 1350 - Jundiáí, Anápolis - GO, 75110-030, na cidade de Anápolis – GO, inscrito(a) no CNPJ sob o nº. 01.067.479/0001-46, neste ato representado(a) pelo(a) Senhor Prefeito MÁRCIO AURÉLIO CORRÊA, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] **OU** [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 01125.00001853/2026-07 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de infraestrutura de tecnologia da informação, incluindo o serviço de hospedagem (data center), link lan-to-lan, firewall como serviço, licenciamentos e apoio técnico especializado pelo período de 24 meses, para atender à Prefeitura Municipal de Anápolis, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDAD E DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRI O	VALO R TOTA L

1						
2						
3						
...						

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1.** O Termo de Referência;
- 1.2.2.** O Edital de Licitação;
- 1.2.3.** A Proposta do contratado;
- 1.2.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses contados a partir da data da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Município, na forma do artigo 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, observados o disposto no art. 80, do Decreto Municipal nº 48.980/2023.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo ao Edital e a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxxx)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE E ATUALIZAÇÃO

7.1. Conforme art. 24 da IN SGD/ME nº 94/2022, nas contratações de serviços de Tecnologia da Informação em que haja previsão de reajuste de preços por aplicação de índice de correção monetária é obrigatória a adoção do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.

7.2. O reajuste será aplicado anualmente, observando-se o interregno mínimo de 12 (doze) meses a partir da data do orçamento estimado que instruiu o processo licitatório, nos termos do art. 92, §3º, da Lei nº 14.133/2021, vedada a fixação de data-base vinculada à apresentação da proposta.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADA

8.1. São obrigações do CONTRATADO:

8.2. Responder, exclusivamente, por todos os encargos decorrentes da execução do ajuste, tais como obrigações civis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias, bem como despesas com transporte, distribuição e quaisquer outras que incidam sobre a contratação.

8.3. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE, no que se referir ao objeto, atendendo prontamente a quaisquer reclamações.

8.4. Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas, sem ônus para a CONTRATANTE, caso verifique que os serviços não atendem às especificações do Termo de Referência e aos níveis definidos no SLA.

8.5. Comunicar, eletronicamente e imediatamente, ao fiscal responsável pelo contrato, qualquer motivo que impossibilite a execução dos serviços nas condições pactuadas para que essa proceda às correções necessárias, observando-se os prazos de resposta e solução previstos na Cláusula 16 – SLA.

8.6. Refazer, sem custo para a CONTRATANTE, todo e qualquer procedimento, se verificada incorreção e constatado que o erro é de responsabilidade da CONTRATADA.

8.7. Manter, durante o período de vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação ou no processo de contratação emergencial.

8.8. Executar os serviços conforme condições acordadas, atendendo integralmente os prazos e indicadores estabelecidos no SLA, sob pena de aplicação das penalidades previstas.

8.9. Fornecer, na assinatura do contrato, planilha contendo os nomes, telefones e endereços eletrônicos (e-mail) das pessoas ou áreas responsáveis pelo atendimento à CONTRATANTE, incluindo contatos de escalonamento para incidentes críticos.

8.10. Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa pelo objeto contratado, não podendo transferir a outras empresas a responsabilidade pela prestação dos serviços, salvo nos casos autorizados pela Administração, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

- 8.11.** Manter planos de contingência e continuidade documentados, atualizados e testados mensalmente, em agendamentos entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, incluindo procedimentos de recuperação de backup, com envio de relatórios à CONTRATANTE.
- 8.12.** Entregar, no encerramento do contrato, toda a documentação técnica e administrativa atualizada, incluindo inventário, topologias, configurações (read-only/export), políticas e manuais, assegurando a transição sem descontinuidade.
- 8.13.** Cumprir integralmente as obrigações da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), responsabilizando-se pela confidencialidade e segurança das informações e dados pessoais tratados no âmbito da execução contratual, bem como por incidentes de segurança que venham a ocorrer.
- 8.14.** E Notificar previamente e obter autorização expressa da CONTRATANTE para realizar alterações relevantes na infraestrutura utilizada para execução dos serviços, incluindo troca de Data Center, alteração de rotas de rede, substituição de equipamentos críticos ou mudanças que possam impactar a disponibilidade, segurança ou desempenho, apresentando plano de impacto e mitigação.
- 8.15.** Garantir que todas as soluções, softwares e equipamentos utilizados estejam em versões e firmwares homologados e suportados pelos respectivos fabricantes, aplicando patches de segurança e atualizações obrigatórias nos prazos definidos no SLA, sem custo adicional.
- 8.16.** Permitir e facilitar a realização de auditorias técnicas, operacionais e de segurança pela CONTRATANTE, por órgãos de controle interno e externo ou por auditorias independentes contratadas pela Administração, fornecendo todos os dados e informações necessárias para a verificação do cumprimento contratual.
- 8.17.** Manter plano de contingência e recuperação de desastres para todos os serviços críticos abrangidos pelo contrato, com execução de testes práticos ao menos uma vez por ano e apresentação de relatório técnico à CONTRATANTE, contendo resultados, falhas encontradas e ações corretivas.
- 8.18.** A CONTRATADA deve assinar, conforme orientações do Art. 18 da IN SGD/ME nº 1/2019, os seguintes Documentos de Segurança da Informação:
- 8.19.** Termo de Compromisso (Anexo II - A deste Termo de Referência).
- 8.20.** Termo de Ciência (Anexo II - B deste Termo de Referência).

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 9.1.** Dar ciência formal à CONTRATADA de quaisquer fatos, ocorrências ou situações que possam afetar a execução do objeto, inclusive eventos de caso fortuito ou força maior.
- 9.2.** Emitir a correspondente Ordem de Serviço (OS) ou documento equivalente, com todas as informações necessárias à execução, contendo prazos, especificações técnicas e critérios de aceite, observados os níveis de serviço previstos no SLA.
- 9.3.** Verificar, por meio de seu fiscal técnico ou administrativo, se os serviços executados pela CONTRATADA atendem integralmente às especificações contidas no Termo de Referência e seus anexos, bem como aos níveis de qualidade e desempenho definidos no SLA.
- 9.4.** Notificar a CONTRATADA, de forma formal e documentada, sempre que a execução do objeto estiver em desconformidade com o estabelecido no Termo de Referência e anexos, concedendo prazo para correção, quando aplicável, conforme estipulado contratualmente.
- 9.5.** Efetuar, em favor da CONTRATADA, o pagamento devido, nas condições, prazos e forma estabelecidos no Termo de Referência e no contrato, condicionado à comprovação da execução satisfatória <https://www.anapolis.go.gov.br/> E-mail: licitacao@anapolis.go.gov.br
Centro de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia de Anápolis (CEITEC)
Av. Profa. Zenaide de Calle Roriz, 1350 - Jundiá, Anápolis - GO, 75110-030

dos serviços e à regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA.

9.6. Disponibilizar à CONTRATADA todas as informações, documentos, acessos e autorizações necessários para a correta execução do objeto, observadas as diretrizes de segurança da informação e proteção de dados.

9.7. Garantir que as decisões, aprovações e liberações necessárias à execução dos serviços sejam emitidas em tempo hábil, de modo a não prejudicar os prazos estabelecidos.

9.8. Manter equipe técnica de acompanhamento e fiscalização do contrato, com competência para validar entregas, aferir indicadores, homologar relatórios e aplicar eventuais sanções, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9.9. Zelar pelo cumprimento das obrigações legais relacionadas à proteção de dados pessoais, atuando como controlador de dados nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), e comunicando à CONTRATADAS incidentes de segurança que possam afetar a execução contratual.

10. CLÁUSULA DÉCIMA– OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, mantendo-se sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

10.2. A Contratada declara que tem ciência da existência da LGPD e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pela Contratante e aos quais tiver acesso em decorrência da execução do objeto.

10.3. A Contratada fica obrigada a comunicar à Prefeitura de Anápolis, em até 2 (dois) dias do conhecimento, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

10.4. A Contratada cooperará com a Contratante no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

10.5. Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido no contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia da contratação, nos termos do art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, por tratar-se de serviço em que não há complexidade operacional. O disposto neste item não afasta a obrigação da CONTRATADA de manter os seguros previstos no item 17.1 do Termo de Referência, que não se confundem com a garantia contratual referida no art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

11.2. Do Objeto:

11.2.1. As regras para a Garantia e assistência técnica do objeto são as constantes do Termo de Referência anexo ao Edital e a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo ao edital e a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

<https://www.anapolis.go.gov.br/> E-mail: licitacao@anapolis.go.gov.br
Centro de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia de Anápolis (CEITEC)
Av. Profa. Zenaide de Calle Roriz, 1350 - Jundiá, Anápolis - GO, 75110-030

- 13.1.** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 13.2.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 13.3.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 13.4.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 13.5.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 13.5.1.** Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - 13.5.2.** Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - 13.5.3.** Das indenizações e multas.
- 13.6.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 13.7.** O CONTRATANTE poderá ainda:
- 13.7.1.** nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
 - 13.7.2.** nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.
- 13.8.** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

- 14.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 14.2.** O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.3.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato (art. 125 da Lei 14.133/2021).
- 14.4.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 14.5.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – MATRIZ DE RISCOS

<https://www.anapolis.go.gov.br/> E-mail: licitacao@anapolis.go.gov.br
Centro de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia de Anápolis (CEITEC)
Av. Profa. Zenaide de Calle Roriz, 1350 - Jundiá, Anápolis - GO, 75110-030

15.1 A Análise de Risco referente ao presente contrato foi elaborada em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e integra este instrumento como Anexo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. A despesa será paga com recursos próprios através da Dotação Orçamentária nº 0246 - S. M. de Governo; Funcional programática: 04.126.0415.2054; Fonte de recurso: 0100

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA– FORO

19.1 Fica eleito o foro da Comarca de Anápolis-GO, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente instrumento contratual.

Anápolis, XX de XXXXXXXX de 2026.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANÁLISE DE RISCOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, INCLUINDO O SERVIÇO DE HOSPEDAGEM (DATA CENTER), LINK LAN-TO-LAN, FIREWALL COMO SERVIÇO, LICENCIAMENTOS E APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO PARA ATENDER À PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS

1. Risco de Interrupção de Serviços Essenciais

Descrição: Falhas no fornecimento de energia, climatização, conectividade ou segurança do ambiente de TI podem causar paralisação de sistemas críticos (Saúde, Educação, Arrecadação, SEI, Portal Cidadão).

Probabilidade: Alta, considerando histórico recente de incidentes relatados (apagões e falhas no ar-condicionado).

Impacto: Muito Alto – risco de prejuízo institucional, operacional e social.

Medidas Mitigadoras:

Exigir certificação Tier III (ou equivalente) válida do Data Center.

Implantar SLAs rígidos com penalidades proporcionais.

Redundância elétrica, climatização e links de dados, conforme TR.

Monitoramento 24x7x365.

2. Risco de Perda de Dados

Descrição: Falhas de hardware, ataques cibernéticos ou indisponibilidade de backup podem levar à perda definitiva de informações.

Probabilidade: Média-Alta.

Impacto: Muito Alto – perdas irreversíveis de dados institucionais e possível infração à LGPD.

Medidas Mitigadoras:

Licenciamento de ferramenta de backup corporativo compatível, com criptografia e deduplicação.

Armazenamento redundante em nuvem tipo objeto.

Testes periódicos de restauração de backup.

3. Risco de Vulnerabilidade Cibernética

Descrição: Ataques de ransomware, DDoS ou invasões podem comprometer dados e serviços.

Probabilidade: Alta.

Impacto: Alto.

Medidas Mitigadoras:

Firewall como Serviço (FWaaS) com IPS/IDS, inspeção SSL, proteção Anti-DDoS.

Painéis de monitoramento e relatórios mensais.

Regras contratuais de tempo máximo de resposta (SLA de até 2h para incidentes críticos).

4. Risco de Atraso na Migração (Moving)

Descrição: Problemas logísticos, falhas de planejamento ou incompatibilidades técnicas podem atrasar a realocação dos equipamentos.

Probabilidade: Média.

Impacto: Alto – risco de prolongar a exposição ao ambiente inadequado.

Medidas Mitigadoras:

Matriz de responsabilidades clara (conforme TR).

Cronograma detalhado com janelas de manutenção e testes.
Transporte especializado e seguro com seguro de carga.

5. Risco Contratual/Jurídico

Descrição: Inexecução parcial, descumprimento de requisitos técnicos ou de SLAs pode gerar litígios e prejuízos.

Probabilidade: Média.

Impacto: Alto.

Medidas Mitigadoras:

Exigir documentação comprobatória de certificações e capacidade técnica.

Fiscalização ativa e relatórios de conformidade.

Cláusulas claras sobre penalidades e rescisão.

6. Risco de Dependência de Fornecedor Único

Descrição: Concentração de serviços em um único prestador pode dificultar substituição em caso de falhas graves.

Probabilidade: Média.

Impacto: Médio-Alto.

Medidas Mitigadoras:

Previsão contratual para transição assistida em caso de rescisão.

Documentação e inventário detalhados da infraestrutura.

7. Risco Ambiental e Físico

Descrição: Incêndios, alagamentos, falhas no controle de temperatura e umidade.

Probabilidade: Baixa-Média (dependendo da infraestrutura contratada).

Impacto: Muito Alto.

Medidas Mitigadoras:

Sistemas de detecção e combate a incêndio (NOVEC 1230 ou equivalente).

Controle ambiental contínuo com sensores e alarmes.

Localização geográfica com baixo risco ambiental (até 100 km, fora de áreas de risco).

8. Risco de Não Conformidade com Sustentabilidade

Descrição: Descumprimento de exigências ambientais e de descarte correto de resíduos eletrônicos.

Probabilidade: Baixa.

Impacto: Médio.

Medidas Mitigadoras:

Exigir certificações ambientais reconhecidas.

Auditorias periódicas de conformidade.

Previsão de processos de descarte sustentável.

Conclusão

A contratação apresenta riscos críticos de **continuidade operacional, segurança cibernética e integridade dos dados**, potencializados pelo contexto emergencial. A mitigação eficaz exige:

Infraestrutura certificada e redundante;

Gestão contratual proativa com SLAs exigentes;

Monitoramento e auditoria contínuos.

Sugere-se que a **matriz de riscos** seja incorporada ao Plano de Gestão do Contrato, com monitoramento sistemático dos indicadores de desempenho.

Matriz de Riscos

Nº	Risco Identificado	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco*	Medidas Mitigadoras
1	Interrupção de serviços essenciais (falhas de energia, climatização ou conectividade)	Alta	Muito Alto	Crítico	Certificação Tier III; redundância elétrica, climatização e links; SLAs com penalidades; monitoramento 24x7x365.
2	Perda de dados institucionais	Média-Alta	Muito Alto	Crítico	Backup corporativo com criptografia e de duplicação; armazenamento em nuvem tipo objeto; testes periódicos de restauração.
3	Vulnerabilidade cibernética (ataques DDoS, ransomware, invasões)	Alta	Alto	Alto	FWaaS com IPS/IDS, inspeção SSL, Anti-DDoS; painéis e relatórios; SLA de resposta em até 2h para incidentes críticos.
4	Atraso na migração (moving) de equipamentos	Média	Alto	Alto	Matriz de responsabilidades definida; cronograma com janelas de manutenção; transporte seguro com seguro de carga.
5	Descumprimento contratual ou de requisitos técnicos	Média	Alto	Alto	Comprovação prévia de certificações; fiscalização contínua; cláusulas de penalidades e rescisão.
6	Dependência de fornecedor único	Média	Médio-Alto	Médio-Alto	Cláusula de transição assistida; documentação técnica completa; inventário atualizado da infraestrutura.
7	Riscos ambientais e físicos (incêndio, alagamento, falhas ambientais)	Baixa-Média	Muito Alto	Alto	Sistemas NOVEC 1230 ou equivalente; sensores de temperatura/umidade; localização segura (até 100 km).
8	Não conformidade ambiental e de descarte de resíduos	Baixa	Médio	Médio	Exigir certificações ambientais; auditorias periódicas; processos formais de descarte sustentável.

* **Nível de Risco** = Combinação entre probabilidade e impacto, categorizado como Crítico, Alto, Médio-Alto ou Médio.

Lara Caroline Damaceno Faria

Técnico Responsável

Diretora de Tecnologia da Informação e Comunicação



Documento assinado eletronicamente por **Lara Caroline, Diretor(a)**, em 25/03/2026, às 16:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.anapolis.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2292825** e o código CRC **D482A2F1**.

01125.00001853/2026-07

2292825v3